

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

ARQUIVOS PESSOAIS, ARQUIVOS DE MEMÓRIA E O PROCESSO DE INDEXAÇÃO

APRESENTADO POR

ISABEL CRISTINA BORGES DE OLIVEIRA

Rio de Janeiro, Março, 2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO LETÍCIA BORGES NEDEL  
PROFESSOR CO-ORIENTADOR DOUTORA MARIA CELINA SOARES DE MELLO E SILVA

ISABEL CRISTINA BORGES DE OLIVEIRA

ARQUIVOS PESSOAIS, ARQUIVOS DE MEMÓRIA E O PROCESSO DE INDEXAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais.

Rio de Janeiro, Março 2009

OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de / *Arquivos Pessoais, arquivos de memória e o processo de indexação*. Rio de Janeiro: CPDOC-PPHPBC; Fundação Getulio Vargas, 2009, 161 p.

Dissertação de Mestrado. CPDOC, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, 2009.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Leticia Borges Nedel

1. Arquivos pessoais 2. Memória 3. Indexação 4. Arquivologia 5. Pontos de acesso 6. Controle de vocabulário 7. Bens Culturais e Projetos Sociais 8. CPDOC-PPHPBC

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

ARQUIVOS PESSOAIS, ARQUIVOS DE MEMÓRIA E O PROCESSO DE INDEXAÇÃO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO APRESENTADO POR  
ISABEL CRISTINA BORGES DE OLIVEIRA

E  
APROVADO EM  
PELA BANCA EXAMINADORA

---

Professora Doutora Letícia Borges Nedel (orientadora)

---

Doutora Maria Celina Soares de Mello e Silva (co-orientadora)

---

Professora Doutora Eliane Vasconcellos

---

Professora Doutora Angela de Castro Gomes (SUPLENTE)

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais, Enny e João Carlos

## AGRADECIMENTOS

A expressão “ninguém é uma ilha” define bem o que tenho a colocar nessas linhas.

Aos meus pais, pela compreensão, paciência e ajuda nesses últimos meses. Sem eles, esse momento não existiria. O sonho não se tornaria realidade.

Aos meus irmãos que, durante os últimos tempos, souberam entender a minha ausência, meu mau humor e meu nervosismo.

Aos novos membros da minha família que compartilharam essa nova etapa da minha vida.

À minha sobrinha que ainda não pode brincar com a tia.

À minha orientadora Letícia Borges Nedel que aceitou o desafio de orientar essa pesquisa. Obrigada pelo encorajamento e pelos momentos de discussão e indagações durante a orientação.

À minha co-orientadora Maria Celina Soares de Mello e Silva que prontamente aceitou o desafio. Obrigada pelos questionamentos e ensinamentos durante a co-orientação.

À Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Angela de Castro Gomes pelas discussões que agregaram valor a pesquisa.

À professora Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Eliane Vasconcellos por aceitar o convite para participar da banca de defesa.

Aos professores do programa, pelo conhecimento transmitido em sala de aula.

Aos colegas de turma, pelas novas amizades construídas nos dois anos de curso.

Às velhas amigas Fatima e Isabel que, tenho certeza, perdoaram o silêncio e entenderam os esquecimentos.

Às novas amigas, Lucia, Leila, Jozy e Dilza, pelas trocas de idéias e por sempre me incentivarem a continuar neste caminho.

A todos os colegas da Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB que, tenho certeza, acreditavam que eu venceria mais esta etapa.

E a todos aqueles que passaram pelo meu caminho nestes dois anos e auxiliaram de alguma maneira na execução dessa pesquisa.

Si les archives sont ‘la mémoire de la nation’, le devoir de mémoire et l’exigence (démocratique) de transparence impliquent qu’elles soient aisément consultables, pas seulement par des chercheurs patentés. Pour interroger les archives, vient dès lors au premier plan un vocabulaire qui emprunte, à la fois, à la critique traditionnelle des sources et au judiciaire. L’archives est en effet un témoin, une preuve ; on parle de secret, de dissimulation, d’aveu.

François Hartog

## RESUMO

A presente dissertação busca discutir a questão da indexação em arquivos pessoais, tendo como campo de análise o arquivo pessoal de Ubaldino do Amaral Fontoura, além dos aspectos teóricos arquivísticos que devem ser considerados durante a normalização, padronização e construção de vocabulário controlado, a fim de melhor atender ao usuário. A pesquisa também analisa os arquivos pessoais enquanto arquivos de memória e como a definição dos pontos de acesso interfere na questão do enquadramento e apagamento da memória.

**Palavras-chave:** arquivos pessoais, memória, indexação, arquivologia, pontos de acesso; controle de vocabulário.

## **ABSTRACT**

This dissertation seek to discuss the personal archives indexing by analyzing the personal archive of Ubaldino do Amaral Fontoura index. Besides, the archival theoretical questions like normalization, standardization and controlled vocabulary construction in order to improve the answer to the user. The research also examines personal archives as memory archives and how the access point definition interferes in the issue of environment and erasing the memory.

**Keyword:** personal archives; memory; indexing; science archive; access points; controlled vocabulary

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Registro da Base de Autoridades incorporando aspectos na norma ISAAR (CPF). 90

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Literatura sobre indexação e controle de autoridade para a área arquivística (para referências completas ver Anexo 1)	54
---	----

## LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Cronologia sobre o tema indexação e controle de autoridade no campo arquivístico	127
Anexo 2: Arranjo do Arquivo Pessoal de Ubaldino do Amaral Fontoura	138
Anexo 3: Dossiê Prudente de Moraes da Série Correspondência do Arquivo Pessoal de Ubaldino do Amaral Fontoura	139
Anexo 4: Item documental do Dossiê Campanha de São Cristóvão da subsérie Arbitragem Comercial, da série Arbitragem	143
Anexo 5: Item documental do dossiê Campanha de São Cristóvão da subsérie Arbitragem Comercial, da série Arbitragem	146
Anexo 6: Item documental da série Correspondência do Arquivo Pessoal de Ubaldino do Amaral Fontoura	150
Anexo 7: Item documental da série Correspondência do Arquivo Pessoal de Ubaldino do Amaral Fontoura	156

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I: Arquivos Pessoais: registros, lembranças e provas	18
1.1 Memória, História e Arquivo	20
1.2 O arquivo como objeto da história	24
1.3 Arquivo Pessoal: “uma evidência de si”	31
CAPÍTULO II: Indexação Arquivística: um longo caminho	43
2.1 A indexação como campo teórico	45
2.2 Indexação em arquivos	51
2.2.1 Os pontos de acesso e as normas de descrição arquivísticas	59
2.2.2 A indexação no cenário arquivístico brasileiro	67
2.3 A Arquivologia e a definição dos pontos de acesso	71
CAPÍTULO III: Vocabulário controlado: um estudo de caso	81
3.1 Fundação Casa de Rui Barbosa: a residência do arquivo pessoal de Ubaldino do Amaral Fontoura	82
3.1.1 A implementação das bases de dados	87
3.1.2 A vida de Ubaldino do Amaral Fontoura	91
3.1.3 Arquivo Pessoal de Ubaldino do Amaral Fontoura	93
3.1.3.1 O tratamento do arquivo pessoal de Ubaldino do Amaral Fontoura	93
3.2 A construção do vocabulário controlado do arquivo pessoal de Ubaldino do Amaral Fontoura	99
CONCLUSÃO	107
BIBLIOGRAFIA	112
ANEXOS	126

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX a questão da indexação vem sendo colocada para os arquivistas das mais diferentes formas, por meio da necessidade de normalização, padronização e utilização de bases de dados para acesso aos instrumentos de pesquisa, trazendo para a arquivologia a necessidade de estudar o assunto considerando os aspectos teóricos arquivísticos.

Meu primeiro contato com a questão da indexação foi por meio da normalização e padronização de nomes na Fundação Casa de Rui Barbosa ainda enquanto estagiária no Serviço de Arquivo Histórico e Institucional. Naquele momento, não fazia idéia dos desafios que estavam por vir, os quais me levariam a escrever a presente dissertação.

O Serviço de Arquivo Histórico e Institucional a partir desse momento será nomeado, na dissertação, apenas de Serviço de Arquivo.

Já formada, tornei-me responsável pela padronização, normalização e construção do vocabulário controlado dos arquivos do Serviço de Arquivo. Dentre eles, o Arquivo Pessoal de Ubaldino do Amaral Fontoura, pelo qual me responsabilizei pela normalização, padronização e construção do vocabulário controlado a partir da descrição e indexação elaborada por outra arquivista.

Os questionamentos que já me inquietavam tornaram-se, a partir de então, mais evidentes.

A cada dia que me deparava com o Arquivo Pessoal de Ubaldino do Amaral Fontoura, novos desafios apareciam, em uma tentativa de conciliar questões da área da arquivologia com uma metodologia para construção de vocabulário controlado e norma de padronização que se calcavam na área de biblioteconomia.

Inúmeras perguntas surgiram ao longo do tratamento: Como definir os possíveis usuários? Como dar visibilidade aos diferentes contextos em que o documento se insere? Como possibilitar, por meio da indexação, o acesso aos documentos? Como padronizar os nomes segundo o Código de Catalogação Anglo-Americano, onde se encontram as diretrizes que servem de base para a padronização dos nomes de pessoas e instituições, sem com isso ir contra conceitos arquivísticos?

Todos esses questionamentos podem ser sintetizados na principal pergunta norteadora da pesquisa: como indexar documentos de arquivo partindo do pressuposto de que a

indexação é parte do processo da descrição e sabendo que o produto dessa atividade será decisivo na escolha do usuário/pesquisador de consultar ou não o arquivo? Decisão esta que poderia ser tomada em domicílio, já que esse produto poderá estar disponível na WEB.

Na verdade, quantas vezes nós, os usuários, ficamos durante um fim de semana ou no meio da madrugada pesquisando? Vasculhando, em meio as mais diferentes bases de dados, as informações que de alguma maneira nos serão úteis, em uma tentativa de agilizar nossa busca por informação ou mesmo para decidir se vamos visitar esta ou aquela instituição?

Com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a temática, ingressei no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas.

A pesquisa tem como objetivo: contribuir para a discussão sobre o processo de indexação arquivística em arquivos pessoais, levando em consideração que este é um objeto de interesse, novo e estratégico, da arquivologia e da história; identificar os aspectos teóricos a serem considerados durante esse processo; e analisar a escolha dos termos eleitos como pontos de acesso e sua função como instrumento para a construção da memória.

Os pontos de acesso podem ser compreendidos como “portas ou pontes” (Smit; Kobashi, 2003: 13) que permitem localizar os documentos. No caso, estes pontos de acesso podem ser o nome de uma pessoa, instituição ou lugar, bem como os assuntos do documento.

Nesse sentido, a pesquisa teve três pontos norteadores. A questão da memória, buscando observar como os arquivos pessoais podem ser entendidos enquanto arquivos de memória; a história, em função de os arquivos pessoais serem um objeto de interesse para sua atividade; e a arquivologia, que diante dessa nova demanda teve que torná-lo objeto de análise.

Entre os diferentes olhares, encontra-se a questão da recuperação da informação nos arquivos pessoais, mais precisamente da indexação, devido aos instrumentos de pesquisa estarem, cada vez mais, em ambiente WEB.

A metodologia utilizada para alcançar os objetivos acima enunciados dividiu-se em duas linhas. A primeira foi um levantamento bibliográfico, contemplando teóricos cujo tema de estudo são a memória, os arquivos pessoais, a teoria arquivística e a indexação. Nesse último tema foram utilizadas, também, referências da área biblioteconômica.

Em relação à discussão sobre indexação em arquivos, foram contemplados, para efeitos de análise, além da literatura da área, a produção em periódicos de língua inglesa e francesa, entre a década de 1980 e a atual. Também neste mesmo intervalo foram pesquisados

dois periódicos nacionais da área de arquivos: a revista *Acervo* do Arquivo Nacional e a revista *Arquivo & Administração* da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

A segunda linha de reflexão foi o estudo de caso do Arquivo Pessoal de Ubaldino do Amaral Fontoura.

O progresso científico e tecnológico, traduzido no uso cada vez mais constante da internet, nos últimos anos, vem colocando uma questão para as instituições custodiadoras de acervos arquivísticos: a informatização e a possibilidade de essa informação, antes encerrada nos arquivos, precisar ser disponibilizada em ambiente WEB. Que implicações esse fato produz?

Além disso, desde a década de 1970 do século XX, uma mudança historiográfica acarretou um crescente interesse nos arquivos pessoais, ou seja, eles ganham maior atenção dos historiadores. Como exemplo, podemos citar o artigo de Angela de Castro Gomes, *Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados*, no qual analisa o que denominou “boom dos arquivos pessoais” e as razões pelas quais eles, os arquivos pessoais, seduzem e enfeitiçam os historiadores.

Nesse sentido, o arquivo pessoal pode ser percebido como um espaço habitado por seres sociais, capazes de sofrer e provocar mudanças, seres que, para terem evidências da própria existência, munem-se de certidões, carteira de identidade e fotografias e que, em uma dada sociedade hierarquizada, retratam-se por meio de uma profissão. Esta, por sua vez, para se legitimar produz diplomas, certificados, gerando assim novos documentos.

Ao mesmo tempo, enquanto seres sociais somos inseridos em uma “rede de sociabilidade” (Ferreira, 2004) concretizada nos diários, cadernos de apontamentos, correspondências e lembranças, onde as relações de intimidade e amizade ficam registradas. A cada instante, estamos nos escrevendo enquanto indivíduos únicos pertencentes a uma teia social, buscando na individualidade e na pluralidade os mecanismos para a construção do que será lembrado.

Com isso, a organização dos arquivos pessoais e o desafio de ingressar em ambiente WEB tornam-se uma preocupação presente nas discussões arquivísticas, e a indexação deve ser um desses pontos de debate.

A indexação pode ser compreendida como a atividade de elaborar índices de assuntos, nomes e lugares. De certa forma, este entendimento persiste até hoje sob o ponto de vista de que o resultado do processo de indexação é o vocabulário controlado, ou seja, “um conjunto limitado de termos autorizados para uso da indexação e busca de documentos” (Lopes, 2002: 42). No capítulo dois, esses conceitos serão melhor analisados.

Parto do princípio de que um sistema de recuperação da informação, seja em ambientes informatizados ou não, é um sistema que busca estabelecer uma forma de comunicação entre aquele que procura pela informação – o usuário – e o responsável por disponibilizá-la – no caso, o arquivista.

Para que este sistema possa comunicar-se, é necessária uma linguagem controlada. Pode-se entender este conceito percebendo que em sistemas informatizados encontramos três personagens: quem utiliza o sistema, quem alimenta o sistema e o próprio sistema. Para se comunicarem de forma eficaz, todos precisam falar uma mesma linguagem.

Essa preocupação pode ser observada em diferentes instituições arquivísticas nos últimos anos.

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) é considerado um dos pioneiros na definição de uma metodologia para tratamento de arquivos pessoais, doados à instituição desde 1973. Com a formulação e implementação de uma base de dados – *Accessus* –, o CPDOC possibilitou o acesso mais rápido às informações contidas em seu acervo.

O Arquivo Edgard Leuenroth, fundado em 1974, com a aquisição do acervo de Edgard Leuenroth, militante anarquista do início do século XX, também pode ser citado como outro exemplo. Por meio de seu *website*, o usuário tem acesso ao catálogo do Sistema de Arquivos Históricos – Pesquisarch, da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, onde estão disponíveis os instrumentos de pesquisa do Arquivo.

A Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), que na década de 1970 já havia organizado o arquivo pessoal de Rui Barbosa (Mello; Oliveira, 1997), na década de 1990, iniciou a implementação de uma política de informatização, englobando os acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos. Foram então definidas a estrutura da base de dados, respeitando as especificidades de cada acervo; a elaboração de um *Manual de Metadados dos Acervos da Fundação da Casa de Rui Barbosa*; a normalização de nomes e a elaboração do vocabulário controlado sistematizado.

O primeiro capítulo da presente dissertação está dividido em três partes. A primeira aborda a relação entre memória, história e arquivo, tendo como fio condutor a discussão de Nora sobre “lugares de memória”. A segunda parte discute sobre a relação entre arquivo e história, envolvendo a apreensão do arquivo como objeto da história e a relação entre memória, arquivo e pesquisa histórica. A terceira parte aborda o conceito de arquivo pessoal partindo de dois pressupostos: primeiro, de que ele é uma evidência da existência de um

indivíduo na sociedade; e segundo, de que os avanços trazidos aos arquivos pela tecnologia, inclusive aos arquivos pessoais, acarretam também a necessidade de repensar suas práticas.

O segundo capítulo analisa a indexação e os aspectos teóricos arquivísticos que devem ser considerados durante o processo de indexação. Nele, são discutidos a diferença entre o documento de arquivo e biblioteca, os conceitos de indexação e análise documentária para a biblioteconomia e as teorias que embasam as linguagens documentárias objetivando salientar quais pontos devem ser observados pela arquivologia durante o processo de indexação. Neste capítulo, também é traçado um panorama internacional e nacional sobre a questão da indexação e do controle de autoridade. Nesse ponto, é feita uma análise do que está sendo discutido sobre a questão e como isso é consubstanciado em normas arquivísticas.

Por fim, o capítulo discute os aspectos teóricos arquivísticos que devem ser levados em consideração durante o processo de indexação. O princípio da proveniência e do respeito aos fundos, a questão do contexto arquivístico, os diferentes personagens que concorrem na elaboração de um documento, a diferença entre autor e produtor e o uso da diplomática como um recurso auxiliar na definição dos pontos de acesso serão objeto de análise.

O terceiro capítulo refere-se ao estudo de caso. Neste capítulo, são apresentados mais detalhadamente a vida de Ubaldino do Amaral Fontoura, a história da Fundação Casa de Rui Barbosa e a implantação das bases de dados. Também será abordada a forma pela qual se aplicam, durante o processo de indexação e construção de vocabulário em um arquivo pessoal, as questões levantadas no primeiro capítulo e, mais precisamente, no segundo capítulo.

No final da pesquisa, é apresentada a conclusão da análise com as sugestões das principais diretrizes que devem ser consideradas durante um processo de indexação arquivística em arquivos pessoais.

# CAPÍTULO I

## ARQUIVOS PESSOAIS: REGISTROS, LEMBRANÇAS E PROVAS

Para introduzir o tema a ser abordado neste primeiro capítulo, apresento uma situação fictícia com a qual posso representar a sensação de uma pessoa diante da angústia da incerteza de uma lembrança e da importância dos registros e das provas para a certeza de sua existência.

Uma pessoa é convidada a entrar em uma casa onde tudo a sua volta é a recordação de um instante de vida e, ao mesmo tempo, ela imagina a ausência total da materialização dessas recordações. Algo como pensar que nada será esquecido, ou mesmo entender como que, a todo instante cada canto da casa relembra partes desse passado, cada quarto, corredor, cada quina trazem à tona parte dessa história que teima em povoar a mente.

Por outro lado, ela imagina que, por não ter com quem compartilhar esses momentos de lembrança, essa história poética, a dúvida de que aquelas recordações são apenas fruto de uma imaginação muito fértil começa a tornar-se uma realidade.

De repente, uma imagem. A síntese dessas lembranças está ali em um simples quadro e, com ele, o alívio de perceber que todas aquelas emoções são reais. Ela realmente as viveu ou sabe quem as viveu.

Ao subir as escadas e abrir a porta de um cômodo, um baú cheio de poeira reveste-se de uma aura de descoberta: nele, estão as evidências dos moradores daquela residência, suas cartas, fotografias, seus diários, recibos, contratos de compra e venda, e muitos outros documentos que relatam o cotidiano daquela residência. Há também uma pequena caixa contendo o primeiro dentinho, uma pequena roupa branca, dois sapatos – um rosa e outro azul–, e ela começa a imaginar quem eram os moradores daquela casa e como educavam as crianças.

Nesse instante, os cômodos ganham ainda mais vida. Ecos distantes povoam o silêncio da sala, dos quartos, da cozinha. Entre os papéis, ela descobre os amores, os desentendimentos, as tristezas e as alegrias dos moradores daquele lugar.

A esta altura, uma pergunta deve ser formulada: por que a autora apresenta essa situação fictícia, de uma casa desabitada onde o concreto encontra-se em nossas lembranças

ou mesmo no que não lembramos, onde as incertezas da ausência são dissipadas ao se ver um simples quadro na parede?

Ao se entrar no campo da lembrança, do esquecimento ou mesmo naquele sentimento de apropriação de um objeto, concedendo-lhe o *status* de relíquia, entramos em uma discussão teórica e epistemológica que atravessa as mais diferentes áreas do conhecimento, tais como a Psicologia, a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia, a História e a Arquivologia: a memória.

Em seu artigo sobre arquivos pessoais, Oliveira (2008: 39) afirma que “os arquivos pessoais trazem em si elementos de traços da personalidade, de juízos de valor, preconceitos, anseios, opiniões sobre assuntos diversos que expressam os interesses e atividades dos produtores dos arquivos e das pessoas com as quais se relacionaram”.

No entanto, os arquivos pessoais têm sua primeira morada em casas como a da situação fictícia narrada. São lugares de lembrança, onde as recordações do passado estão presentes e o olhar sobre elas difere em função de quem as observa.

Por isso, posso afirmar que é inegável o fascínio que os arquivos pessoais, enquanto fontes de pesquisa, exercem sobre o cientista social, dentre eles, o historiador<sup>1</sup>. As possibilidades de descoberta e pesquisa são infinitas. Ao se encontrarem diante do vasto mundo dos arquivos pessoais, os olhares e as interpretações se multiplicam.

Segundo Nedel (2006: 26), em seu artigo *Da coleção impossível ao espólio indesejado: memórias ocultas do Museu Júlio de Castilhos*, o museu pode ser compreendido “simultaneamente como ‘lugar de memória’ (Nora, 184) – mediador da economia do passado no presente – e lugar de histórias, espaço em que se registram as formas de divisão e classificação, através das coisas, da ordem social”. Essa visão possibilita uma dupla posição em relação aos arquivos pessoais. A primeira, como “lugar de memória”, e a segunda, como se constitui em relação aos sujeitos que o compõem.

Na medida em que o documento é o registro e o instrumento de realizações de uma ação, o arquivo que daí resulta pode ser visto como um espaço composto pelo “conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história” (Bourdieu, 1996: 183).

---

<sup>1</sup> Por meio da pesquisa de mestrado sobre usuário cujo campo empírico foi o Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa pode-se perceber que dentre as categorias de usuário externo, os profissionais que mais freqüentaram em termos totais o período da pesquisa, 1997-2004, foram o historiador e o profissional da indústria cultural. A pesquisa também apontou que as categorias de genealogista e de jornalista “recorrentes na literatura da área, não aparecem no espectro de usuário do Serviço de Arquivo da FCRB” (Oliveira, 2006: 95).

A casa de nossa situação fictícia representa esse espaço mencionado por Bourdieu (1996), o museu visto por Nedel (2006) sob o duplo olhar de “lugar de memória” e “lugar de história” e, como disse Oliveira (2007), “elementos de traços de personalidade” daquele que habitou e acumulou as recordações de uma vida.

Com isso, ao nos depararmos com as evidências da existência dos moradores daquela casa, entramos simultaneamente no campo da Arquivologia e da História. No campo da Arquivologia, ao vermos aqueles documentos como constituintes dos processos de vida de seus moradores e, no campo da História, ao percebermos as possibilidades de escrita do passado.

Neste capítulo, discutirei dentro do campo historiográfico e arquivístico os conceitos de memória e arquivos pessoais, pois a casa de nossa situação fictícia estava povoada de documentos pessoais, objeto tanto da Arquivologia quanto da História.

Cabe ressaltar que não estará em foco discutir as formas de organização de um arquivo pessoal, mas sim tentar compreendê-lo como uma *evidência de si*, uma maneira de perceber o indivíduo acumulador, ou seja, discutir o que é um arquivo pessoal quando este se insere como objeto de pesquisa e pode ser entendido como arquivo de memória.

### **1.1 Memória, História e Arquivo**

O estudo da memória é preenchido pelas noções de lembrança, esquecimento, silêncio, recordação, relíquia, lugares, passado, presente e futuro, traduzidos na dialética entre memória e história, entre o “afetivo” e a “operação intelectual”.

Ao pensar nesta relação entre memória e história, posso perceber a questão de como o passado será visto pelo presente e qual a implicação disso no futuro, mas também como o futuro de hoje será o presente, e o hoje, passado do amanhã.

Essa discussão me aproxima de Hartog (1996), de sua reflexão a respeito da inscrição e do funcionamento da História na dialética: passado, presente e futuro. Em seu artigo, Hartog (1996: 140) apresenta a idéia de que “a memória também tem uma história”. Mais precisamente, identifica a “transformação desta economia do tempo” onde “não mais é o passado que deve esclarecer o futuro, mas, inversamente, cabe ao futuro esclarecer o passado” (1996: 129). Mas Hartog (1996) também identifica como o futuro cede lugar ao presente, gerando uma crise.

Essa mudança na relação, entre história e memória, é percebida por Nora (1993), em sua obra *Lugares de Memória*, uma “empreitada” que envolveu diferentes autores em torno da temática da memória e, por que não dizer, da história. Para Hartog (1996: 140), o objetivo de Nora, em sua obra<sup>2</sup>, era o de explicitar isto por meio “de um instrumento heurístico”, os “lugares de memória”. Ele estava preocupado em perceber como a “maré memorial” iria influenciar as “formas de escrita da história” e “do exercício do ofício do historiador”.

Para Nora (1993), memória<sup>3</sup> e história são completamente antagônicas, ou seja, o que hoje entendemos como memória nada mais é que história. Deixamos de ter uma história-memória, pois esta foi capturada pela história. Segundo o autor (1993: 10), um “dos sinais mais tangíveis desse arrancar da história da memória é, talvez, o início de uma história da história, o despertar recente, na França, de uma consciência historiográfica”<sup>4</sup>.

A visão de Nora (1993) acerca do fim da “história-memória” antecipa algumas das formulações de Hartog (1996) em relação às mudanças do “regime de historicidade”. O autor define três regimes de historicidade.

O primeiro, ligado à “história mestra da vida”, em que a memória se faz presente no mesmo patamar da história; ambas têm o mesmo significado. É um regime que tinha no passado seu principal referencial e, segundo Koselleck (apud Hartog, 1996: 131), o início remonta a Cícero, na história retórica e finda entre o fim do século XVIII e o início do século XIX “quando se elabora – na Alemanha em primeiro lugar – um conceito moderno de história. É o momento das revoluções e de entender a nação, o povo, a república ou o proletariado por meio da ciência (Hartog, 1996).

O segundo tem como marco a Revolução Francesa e finda em 1989, no bojo das comemorações pelo Bicentenário da Revolução Francesa. É conhecido como o regime moderno de historicidade e tem como marco principal a passagem da história plural para a singular. Na verdade, essa passagem de um regime a outro representa uma mudança do entendimento do tempo. No regime moderno, é o futuro que comanda.

---

<sup>2</sup> Levillan (1993) em seu artigo *Les France: la traverse achevée des apparences*, coloca que a obra “Lugares de Memória”, de Pierre Nora, foi iniciada em 1984, com a publicação de “A República”, no bojo das comemorações do Bicentenário da Revolução Francesa. Ou, como Henry Rousso (1998: 27) nos diz, em sua entrevista, *Mémoire et Histoire: la confusion*, por meio dessa operação Nora e seus colaboradores “oferecem um olhar inédito e muito novo sobre a natureza do fato comemorativo na França”.

<sup>3</sup> Em “Lugares de Memória”, Pierre Nora (1993) define o que pode ser entendido como memória e quais características a diferem da história ou de uma memória historizada. Para Nora (1993), acima de tudo, a memória é espontânea e encontra-se na tensão entre o esquecimento e a lembrança.

<sup>4</sup> Le Goff (1996) apresenta esse movimento em seus ensaios História e Memória, in: *História e Memória*, ao abordar esse despertar de uma consciência histórica, ao refletir sobre a ciência histórica na periodização da história e o aparecimento da memória nas ciências humanas especificamente na história e na antropologia.

O terceiro regime tem nos *Lugares de Memória* seu principal representante e como os outros dois regimes também implicam no entendimento do tempo. Neste caso, a questão do presente é que se impõe. Hartog (1996), em dado momento, discute se esse é um novo regime ou apenas um corte do regime moderno. No meu entender, entramos em um novo regime de historicidade, em que a busca pelo registro do que se lembra, do que se vê ou do que se fala é imperativa para a garantia de um lugar na história ou na memória. Mesmo que não seja a memória descrita por Nora.

Mas essa nova relação entre história e memória também identifica uma nova mudança, a que Halbwachs (apud Hartog, 1996: 132) chamou de “ritmo cada vez mais acelerado de uma vida social” ou, como Nora denominou, a “aceleração da história”. Neste caso, é o futuro que cede terreno ao presente; o agora anseia pela eternidade; vivemos uma era do “presentismo”.

Para Hartog (1996) essa visão em que o presente busca nascer na memória do passado implica falhas. A primeira abrange a tentativa de o presente se instaurar no passado para conquistar seu lugar no futuro, seu lugar na memória dos outros. A segunda falha é que este movimento traz por parte do presente a busca por sua identidade e raízes, a conservação representada nos monumentos e a proteção ao ecossistema.

Por fim, Hartog (1996) sintetiza essa mudança sob três eixos: o da memória, o do patrimônio e o da comemoração. É dentro dessa “crise do presentismo” (Hartog, 1996), desse novo regime de historicidade, que a memória sofre uma transformação, uma “metamorfose”: “... menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas. Daí a obsessão pelo arquivo que marca o contemporâneo” (Nora, 1993: 14).

Essa transição entre memória e história que afeta a produção documental é observada por Rousso (1996), ao perceber a diferença entre documentos escritos e orais. Segundo o autor (1996: 1-7), esses não são produzidos na mesma hora: um é contemporâneo ao fato, o outro não; um é produzido em abundância, o outro não; um tem caráter involuntário e o outro, voluntário. Mas ambos se inserem nesse movimento observado por Nora (1993), ao tornarem-se passíveis de crítica, deixando de ser apenas vestígios do passado para ocupar o lugar de fontes históricas em função do ato de escolha do observador. Com isso, fonte e indivíduo histórico são inventados.

Conseqüentemente o “arquivo muda de sentido e de ‘status’ simplesmente por seu peso. Ele não é mais a secreção voluntária e organizada de uma memória perdida. Ele dubla o vivido...” (Nora, 1993: 16).

Para Nora (1993: 14), essa mudança de sentido afeta “a preservação integral de todo o presente e a preservação integral de todo o passado”. A partir dessa observação, posso traçar um paralelo entre o movimento de aceleração observado na história por Hartog (1996) e Nora (1993) e o movimento ocorrido com os arquivos.

Do ponto de vista arquivístico, as falhas do presentismo observada por Hartog e a obsessão citada por Nora estão baseadas, segundo Colombo (1991: 103), no “pressuposto de que a conservação é necessária” em função de uma “obsessão social que detesta o esquecimento e remove o esquecido como uma inquietante prova da impossibilidade de um arquivamento totalizante”.

Segundo Silva et al. (1998), é no período do entre – guerras que ocorre o “despertar da avaliação”. Na Arquivologia, esse despertar foi traduzido, em um primeiro momento, em três linhas: a inglesa, a alemã e a americana.

A primeira coloca nas mãos dos administradores a responsabilidade de eliminar os documentos, excluindo desse processo o arquivista. A segunda tem uma preocupação maior com o que preservar e nega à administração a unicidade do poder de eliminar. A terceira linha transita em dois momentos: o primeiro se aproximando da linha inglesa e, posteriormente, da alemã.

A linha americana também apresenta a noção de valor. O documento é visto pelo valor dado à instituição produtora, à história administrativa e à história em geral. Schellenberg (2002) apresenta dois tipos de valores: o primário, voltado para a administração, e o secundário, para outros usos que não diretamente voltados à administração que os produziu.

A preocupação de Nora (1993) está na eliminação dessa segunda categoria informativa dos documentos de arquivo. Esse valor secundário, ao qual se investe o documento, pode ser compreendido como a transição da memória vivida para a memória historizada e a chave para entender como o arquivo se instaura na categoria de objeto da história.

Outro paralelo que se pode traçar em relação a essa “aceleração da história” é o que Colombo (1991:17) denominou “uma autêntica vocação para a memória, espécie de mania arquivística que permeia conjuntamente a cultura e a evolução tecnológica”. O autor define quatro categorias de memorização para a relação presente – passado – futuro.

A primeira é a *gravação*, ou seja, o registro do acontecimento em algum tipo de suporte. A segunda é o *arquivamento*, o que significa a possibilidade de localizar o registro em dado sistema. A terceira é o *arquivamento da gravação*, ou seja, a guarda do documento em si e a possibilidade de posterior recuperação. A quarta e última, a *gravação do*

*arquivamento*. Nesse sentido, a guarda segura do documento, bem como a duplicação para segurança da informação (Colombo: 1991).

Essas categorias de memorização remetem à fala de Hartog (1996), Nora (1993) e Rousso (1996) ao analisarem a questão do registro da memória. Na verdade, Colombo (1991) apresenta uma forma de como a sociedade passou a preservar seu presente para, no futuro, garantir seu lugar no passado.

Segundo Colombo (1991), entrar atualmente num arquivo significa estar diante de uma tela de computador que leva as informações contidas em um banco de dados. A pesquisa em si implica uma operação da memória, ou seja, a seleção, a fim de obtermos, ou recordarmos, aquilo que se deseja. Esse processo foi analisado por Weinrich (2001), ao falar *sobre o oblivionismo da ciência* apontando os critérios de seleção de um “pesquisador de ponta” durante a escolha do material a ser utilizado em sua pesquisa. Para o autor, o pesquisador deve seguir os seguintes critérios:

- O que está publicado em outro idioma que não o inglês – *forget it*.
- O que foi publicado em outro texto que não o de um artigo de revista – *forget it*.
- O que não foi publicado nas respeitadas revistas, x, y, z – *forget it*.
- O que foi publicado há mais de cinco anos – *forget it* (Weinrich, 2001: 293).

Isto significa dizer que o processo de memorização está ligado ao processo de esquecimento daquilo que não será útil. Do ponto de vista arquivístico<sup>5</sup>, significa a seleção e eliminação dos documentos, ou seja, é o momento de escolha daqueles que serão para sempre preservados e, assim, farão parte da memória e da possibilidade de se tornarem objeto da história; é o momento daqueles que não mais têm valor para quem os produziu e não recebem o “valor de testemunho” mencionado por Rousseau e Couture (1998).

Nesse sentido, ao pensar na relação entre memória, história e arquivo, temos a relação que se instaura no sentido de “objeto da história”, bem como o das formas de acesso e preservação do passado para viabilizar a “escrita da história”.

## 1.2 O arquivo como objeto da História

Artières (2005), na introdução do número 19 de *Sociétés et Représentations*, em 2005, faz do livro de Arlette Fargue, *Le Goût de l'archive*, publicado em 1989, um sinalizador de

---

<sup>5</sup> No âmbito dos arquivos institucionais.

uma dupla mudança: na historiografia, quando analisa uma historiadora falando sobre os arquivos e não a partir dos arquivos; e na paisagem arquivística francesa, a partir do “boom” de lugares de arquivamento, um movimento onde determinados grupos percebiam a necessidade de construir seus “lugares de memória”. Para o autor, essa dupla mudança representa uma apropriação dos arquivos, como pode ser observado no trecho a seguir:

Esta apropriação maciça dos arquivos pela sociedade, pelas administrações locais e regionais e pelas associações privadas e esta sacralização do arquivo comum que não recaem apenas sobre uma nova sensibilidade frente aos velhos papéis, mas decorrem da entrada em cena de novos atores, os instigadores de memórias, que espalham a idéia do dever de arquivamento <sup>6</sup> (Artières, 2005: 3, tradução nossa).

O que Artières (2005) apresentou encontra-se no cerne das questões debatidas por Nora, onde a ausência da memória induz à necessidade de abrigá-la em lugares, neste caso, cristalizada na proliferação de arquivos de diferentes grupos sociais. De certa forma, estes centros ou sociedades poderão ser considerados “lugares de memória”, no sentido analisado por Nora, e sem dúvida são mais um sintoma do “boom” memorialista que invade a França, a partir das comemorações do Bicentenário da Revolução Francesa.

Como exemplo desse “boom” memorialista pode-se citar a criação do *Institut Mémoires de l'édition contemporaine*<sup>7</sup>, da *Association pour l'autobiographie et le Patrimoine Autobiographique (APA)*<sup>8</sup> e do *Centre d'archives et de documentation gay et lesbien*<sup>9</sup>. Além da criação destes institutos ser fruto de uma série de mudanças na paisagem arquivística francesa, onde os arquivos privados passaram a ganhar *status*, sua existência não deixa de refletir um processo de busca de um “lugar de memória” no espaço social.

Kaplan (2000), arquivista americana, em seu artigo *We are what we collect, We collect what we are: archives and the construction of identity*, ao analisar o processo de instituição da Sociedade Histórica Judaica Americana, fundada em 1892, percebe um discurso protecionista, ou seja, o objetivo dos fundadores era estabelecer uma identidade com a sociedade envolvente, no caso a nação americana, a fim de proteger as gerações futuras de um discurso anti-semita que já se estabelecia no final do XIX.

---

<sup>6</sup>Essa noção de “dever de arquivamento” é emprestada da noção de “dever de memória”. Ver Luciana Heymann In: *Direitos e Cidadania*, 2007:15-43.

<sup>7</sup> Criado no fim dos anos 80, veio a ser à época um importante centro de arquivos privados (Artières, 2005).

<sup>8</sup> Criado em 1992, por iniciativa de Philippe Lejeune e de Chantal Chaveyriat-Dumoulin para “valorizar a prática autobiográfica” (Artières, 2005).

<sup>9</sup> Criado a partir de 2002 por iniciativa do Conselho de Paris (Artières, 2005).

O cerne do artigo é o papel dos arquivos na construção da identidade, mas a memória que ali começou a ser construída passa pela idéia de uma memória historizada e de uma memória-arquivo, pois iria preservar e coletar documentos que comprovassem a participação dos judeus na constituição dos Estados Unidos. Desta forma, conseguiriam fazer parte da memória histórica americana.

Essa discussão remete a questões identitárias ligadas ao chamado “dever de memória”. Tanto o artigo de Artières (2005) quanto o da Kaplan (2000) trazem à baila a relação entre memória e cidadania.

Heymann (2007: 21) analisa como se processa dentro da França a construção do conceito de “dever de memória” e como este conceito se articula com a memória e a história. Neste caso, o dever de lembrar e testemunhar não seriam apenas o dever de manter vivo o passado, mas, fundamentalmente, a idéia de reparação, ou de que merecem o devido reconhecimento aqueles que sofreram.

Não irei direcionar a discussão de memória pelo viés analisado por Heymann; porém, ao falar de memória, não posso deixar de mencionar a questão do “dever de memória” que está presente nos arquivos.

No entanto, os arquivos, principalmente os arquivos pessoais, são sempre vestígios do passado, podendo ser ou não voluntários, em função de seu acumulador. O “traço de personalidade” (Oliveira: 2009) daquele que será o produtor do arquivo ajudará a determinar até que ponto esse é fruto de uma acumulação involuntária ou não. A idéia de se preservar para o futuro, da consciência de fazer parte de uma determinada sociedade e do seu papel nela, é um traço de um arquivo pessoal.

Nesse sentido, ao se pensar na importância do arquivo pessoal para a historiografia, podemos perceber que, à medida que a história se desprendia da visão de “mestra da vida”, da história global, o historiador se aproximava do indivíduo e, conseqüentemente, dos arquivos pessoais. Esse movimento feito pelos historiadores em relação aos seus objetos de estudo trouxe para o mundo dos arquivos a necessidade de olhar para os arquivos pessoais enquanto objeto de seu fazer.

Além disso, o arquivo pessoal inclui-se na categoria de vestígio formulada por Rousso (1996), definida pelo autor como:

o indício daquilo que foi irremediavelmente perdido: de um lado, por sua própria definição, o vestígio é a marca de alguma coisa que foi, que passou e deixou apenas o sinal de sua passagem; de outro, esse vestígio que chega até

nós é, de maneira implícita, um indício de tudo aquilo que não deixou lembrança e pura e simplesmente desapareceu (Rouso, 1996: 5).

Com base nessa afirmação, uma trilogia pode ser construída a partir dos conceitos de arquivo, monumento e relíquia<sup>10</sup>.

Outro ponto de interesse para o trabalho são as relações que se estabelecem entre pesquisa histórica, arquivo e discussão de memória, no que se refere à idéia de indivíduo e coletivo, ou melhor, entre indivíduo e sociedade.

Quando narrei aquela situação fictícia, ao apresentar a angústia frente à impossibilidade de compartilhar a mesma lembrança, a relação entre individual e coletivo analisada por Halbwachs (2006) passou a fazer parte da discussão sobre memória.

Segundo Halbwachs (2006), a memória é individual; no entanto, necessita do outro para tornar-se real, como pode ser observado no trecho a seguir:

... Não basta reconstruir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também na dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. Somente assim podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída... (Halbwachs, 2006: 39).

A fala de Halbwachs (2006) remete a mais uma questão dentro do estudo de memória: a relação entre lembrar e esquecer. O ato de lembrar é individual, porém a lembrança somente é real quando compartilhada; o outro, mesmo invisível, está presente nesta relação.

No entanto, quando falo de “traço de personalidade” ou “existência individual”, estou me referindo ao indivíduo ou, em outras palavras, a algo privado.

... a memória parece de fato ser radicalmente singular: minhas lembranças não são as suas [...] a memória é passado, e esse passado é o das minhas impressões; nesse sentido, esse passado é meu passado [...] é à memória que está vinculado o sentido da orientação na passagem do tempo; orientação em mão dupla, do passado para o futuro, de trás para frente, por assim dizer, segundo a flecha do tempo da mudança, mas também do futuro para o passado, segundo o movimento inverso de trânsito da expectativa à lembrança, através do presente vivo (Ricouer, 2007: 107-8).

---

<sup>10</sup> Sobre o assunto, ver Lowenthal (1998:149; 153) e Le Goff (1996:545).

A lembrança, o ato de lembrar, é uma atividade solitária, porém mesmo as lembranças mais privativas têm a necessidade de suportes sociais para serem ratificadas.

Além disso, Ricouer (2007) chama a atenção para a relação entre lembrança e esquecimento, bem como para a dialética entre coletivo e individual. Segundo ele, o esquecimento está sempre ameaçando a memória; no entanto, memória e esquecimento estão no campo da lembrança. Segundo Ricouer (2007), a própria fala de Halbwachs engendra uma dualidade ao dizer que são sempre os indivíduos que lembram, colocando a memória coletiva no suporte do indivíduo.

Para Ricouer (2007), ao analisar Halbwachs:

é a partir de uma análise sutil da experiência individual de pertencer a um grupo, e na base do ensino recebido dos outros, que a memória individual toma posse de si mesma [...]. É essencialmente no caminho da recordação e do reconhecimento, esses dois fenômenos mnemônicos maiores de nossa tipologia da lembrança, que nos deparamos com a memória dos outros (Ricouer, 2007: 130-31).

Weinrich (2001) analisa o esquecimento como o lado oposto da lembrança. São faces de uma mesma moeda. Com isso, seu estudo proporciona um campo fértil para se pensar a idéia de esquecimento.

Para não se esquecer, escreve-se e narra-se uma história. Com isso, a fala e a escrita têm muito mais pontos de lembrança do que de esquecimento. No entanto, esquecer é um ato importante para poder lembrar e, assim, memorizar. Afinal, se a memória é seletiva, ela se instaura no campo do esquecimento. Essa narrativa traz à baila outra característica da memória: a seleção.

No que se refere à questão seletiva da memória, o autor ilustra esta tensão ao narrar o conto alemão *O rejeitador*, em que o funcionário de uma empresa deve eliminar a correspondência. No conto, o trabalho do funcionário se resumia “em selecionar previamente a correspondência que chega e jogar fora sem ler todo o material supérfluo antes de chegar às mãos dos encarregados da firma” (Weinrich, 2001: 283). Com isso, percebemos que a memória é seletiva. A memória tem como característica eliminar aquilo que não lhe é útil, ou não remete a boas recordações.

Lembramos o que nos é útil lembrar, o que tem algum significado. Assim, instaura-se uma forma de economia da lembrança. Destruímos os fatos que de alguma maneira não devem ocupar o campo da lembrança. Essa mesma lógica pode ser observada no ofício do

arquivista que necessita selecionar a fim de preservar a memória, de manter a lembrança. Assim, o papel do arquivista se compara ao do “rejeitador” de Weinrich (2001), bem como à noção de “destruição controlada” de Nora (1993).

Em outras palavras, os arquivos pessoais são, de certa forma, um ato de recordar, ou melhor, são as recordações do passado que sobreviveram à seleção da memória, à destruição do tempo e às escolhas dos indivíduos.

Colombo (1991:89), ao analisar a questão do esquecimento, distinguiu dois aspectos fundamentais. O primeiro em relação “à escolha do material a ser traduzido em lembrança”, que nos remete ao conto alemão *O rejeitado* (Weinrich, 2001), pois a seleção que implica destruição e total impossibilidade do lembrar está presente nos arquivos e também nos arquivos pessoais.

O segundo aspecto diz respeito ao lugar onde a informação selecionada será armazenada, ou seja, “à permanência da informação memorial no seu ‘lugar’ ideal preestabelecido” (Colombo, 1991:89).

Ao retornar àquela situação fictícia na qual o baú reveste-se de certa aura por conter inúmeros vestígios de recordação, e ao abri-lo, folhear as cartas, observar os álbuns de fotografias e descobrir a trajetória de vida dos moradores daquela casa, uma espécie de resgate do passado estará sendo feita. Os artefatos ali deixados podem ocupar, então, as brechas vazias da lembrança e auxiliar na operação de recordar. Como menciona Colombo (1991), estamos descobrindo esse “lugar ideal preestabelecido”.

Um dos meios de troca mais comuns de memórias e – por que não dizer – de tentativas de esquecimento entre os indivíduos são as correspondências. Elas constituem, ao mesmo tempo, uma porta para desvendar o passado e uma fonte para escrevê-lo<sup>11</sup>.

Nos arquivos pessoais, são, na maioria das vezes, as correspondências que viabilizam não apenas a descoberta de quem foi o seu produtor, mas principalmente as cadeias de relações que este construiu ao longo da vida.

Gomes (2004) ressalta a historicidade da correspondência, atrelando-a ao aparecimento dos indivíduos modernos. Segundo a autora:

Embora o ato de escrever sobre a própria vida e a vida dos outros, bem como de escrever cartas, seja praticado desde há muito, seu significado ganha contornos específicos com a constituição do individualismo moderno. A

---

<sup>11</sup> Essa questão pode ser observada em Mcmemmish (2001) ao abordar o uso de cartas como instrumento para conhecer o outro. A autora (2001) narra um romance onde a irmã de Anne Clare resolve conhecê-la por meio das correspondências recebidas e de cópias enviadas.

chave, portanto, para o entendimento dessas práticas culturais é a emergência histórica desse indivíduo nas sociedades ocidentais (Gomes, 2004: 11).

Foucault (2006) trata essa questão, o ato de escrever, por meio de duas formas de escrita: os *hupomnêmata* e as correspondências. Ambas se inserem em alguma forma de escrita de si, da mesma maneira que podem ser compreendidas como uma forma de memória.

A primeira se inscreve nos registros mais técnicos do dia-a-dia, mas também nos “cadernos individuais”, no que hoje conhecemos como agendas, espaços escritos do ato de lembrar. A segunda, em uma forma de se “manifestar para si mesmo e para os outros” (Foucault, 2006: 155-6).

Sendo assim, debruçar-se sobre este tipo de documento significa abrir, em muitos momentos, uma “Caixa de Pandora” que pode revolucionar toda a visão sobre um determinado fato, um determinado momento da história. Do ponto de vista social, histórico e antropológico, as correspondências podem vir a ser interpretadas como um manancial de pesquisa.

Seu lugar de destaque nos arquivos pessoais pode ser traduzido tanto na relação que se estabelece com a memória quanto na possibilidade de perceber os inter-relacionamentos daquele autor com a sociedade que o cerca.

Em *L'identité-papeir*, Dardy (1991) analisa a questão da produção de papéis pelo indivíduo inserido em sociedade, em que sua existência necessita ser provada a todo instante. Se, por um lado, isso acarreta certo controle por parte das instituições públicas, grandes responsáveis pela emissão e controle desses papéis, por outro lado, induz ao aparecimento de documentos pessoais que poderão vir a tornar-se objeto da história, pois, segundo Dardy (1991), a “administração doméstica” desses documentos pode vir a revelar:

... a preocupação de ordenação constante, porém essa ordenação é relativa à história pessoal de cada um. Ela mostra também que o documento pode tornar-se arquivo. Os usos privilegiam então funcionamentos simbólicos, afetivos, valorizando papéis-memória, vestígios reconhecidos pelas instituições (Dardy, 1991: 230, tradução nossa).

A afirmação de Dardy (1991) desvela o interesse da história sobre os arquivos, em especial os arquivos pessoais.

### 1.3 Arquivo Pessoal: “uma evidência de si”

Ao longo da vida, o indivíduo coleta documentos pelos mais diferentes motivos, mas principalmente para servir de evidência de sua existência. A todo o tempo, o indivíduo precisa comprovar quem é, por meio de uma certidão de nascimento, um certificado de reservista ou uma conta de gás, enfim, todo tipo de evidência que acabe se tornando uma prova de sua passagem pela sociedade e que, uma vez compondo seu arquivo pessoal, torna-se a representação do seu passado.

Camargo (2007) convida o leitor à discussão teórica acerca dos arquivos e da idéia corrente de que os arquivos pessoais não podem ser entendidos como arquivos. Um rápido olhar pela historiografia arquivística demonstra essa ligação secular entre os arquivos, tradicionalmente ligados ao poder público, e a idéia de lugar onde está depositada a memória da nação.

É como se não houvesse sustentação teórica para afirmar o valor probatório de certos documentos que escapam à condição de veículos ou produtores de transações, no sentido que os arquivistas de língua inglesa emprestam ao termo, ou seja, ações comunicadas entre duas ou mais pessoas, ou também entre uma pessoa e um conjunto de informações armazenadas e disponíveis a outras pessoas (Camargo, 2007: 40).

Nesta mesma discussão do que seja um arquivo e qual seu real papel nas sociedades modernas, Cook, já em 1998, alertava para a distinção feita no tratamento, em certos momentos, pela Arquivologia, entre arquivos pessoais e arquivos públicos, como se o primeiro fosse menos do que o segundo. Uma separação inconsistente e “falsa”, já que ambos são frutos da atividade de um indivíduo e de sua natural acumulação. Do ponto de vista das práticas arquivísticas, o tratamento dispensado a ambos não tem distinção. Porém, até nossos dias essa dicotomia é uma nítida realidade entre os profissionais da área.

Tanto Camargo (2007) quanto Cook (1998) rebatem a idéia de que um arquivo cujo acumulador seja um indivíduo não possa ser considerado arquivo no sentido *stricto sensu*, ou seja, como um conjunto de documentos acumulados no decorrer do exercício de suas atividades.

Segundo Costa e Fraiz (2001: 5), a formação dos arquivos pessoais e familiares remonta ao aparecimento, no século XIV, da assinatura, a anunciadora do aparecimento do

indivíduo moderno. Esse novo marco identitário torna-se obrigatório para o indivíduo que passa a ser responsável pelas transações entre Estado e sociedade. Conseqüentemente, a guarda dos documentos que surgem em função dessa nova relação torna-se de responsabilidade do indivíduo.

Essa mudança, observada por Costa e Fraiz (2001: 5), foi o início da trajetória dos arquivos pessoais e familiares, pois engendra uma mudança no comportamento do indivíduo, que começa a guardar e organizar seus papéis e os de sua família a fim de garantir direitos e cumprir obrigações.

Duranti (1994:50) também observa essa mudança ao dizer que os documentos têm a capacidade de “capturar os fatos, suas causas e conseqüências, e de preservar e estender no tempo a memória e a evidência desses fatos”.

Nesse sentido, o início da guarda de documentos pelo indivíduo moderno engendra as bases para colocar os documentos pessoais neste patamar mencionado por Duranti (1994), já que a assinatura traz para o indivíduo a função de provar ao outro sua própria existência por meio de papéis e de dar fé a seus atos em relação ao Estado Moderno.

Essa necessidade desprovida de intencionalidade acaba por ser o marco original dos arquivos pessoais, apesar de sua existência ainda ser objeto de intensa discussão por parte dos arquivistas.

Prochasson (1998) demonstra que, na França, a preocupação com a questão dos arquivos pessoais, como objeto de interesse de pesquisa, inicia-se no século XX. Segundo ele, somente em 1979 os arquivos privados, em oposição aos arquivos públicos, tornaram-se objeto de interesse, mais por sua importância de resgate da memória nacional do que por qualquer outra questão. De certa forma, esse movimento se insere nas mudanças historiográficas ocorridas na França.

Como já mencionado, Artières (2005), em *Espaces d'archives*, apresenta uma situação ainda mais peculiar, em que somente em 1989, com Arlette Farge e a publicação de *Le Goût de l'archive*, os arquivos privados tornam-se objeto de estudo, uma novidade a ser descoberta, estudada e (re)inventada.

O gosto pelos arquivos impulsionou o *fazimento*<sup>12</sup> de arquivos e a consciência de um papel há muito existente – o guardião da memória.

---

<sup>12</sup> Sobre o assunto, ver Heymann, Luciana. Os fazimentos do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 36, 2005, p. 1-18. A autora chama a atenção para os diferentes personagens que podem vir a interferir na composição de um arquivo pessoal.

Para Gomes (1996: 7), o guardião da memória “é um profissional da memória”, no sentido emprestado por Pollak (1989). Nesse sentido, ele se constitui como o “coleccionador dos objetos materiais que encerram aquela memória” (Gomes, 1996: 7).

Essa característica possibilita uma discussão sobre o conceito de coleção. Para a Arquivologia, é ausência da possibilidade de visualizar as inter-relações, os contextos de produção dos documentos, apesar de apresentarem alguma característica comum entre si. Segundo Silva (2008: 66), uma coleção apresenta “múltiplas proveniências. O arquivo não é uma coleção porque é uma produção natural”, ou seja, uma produção natural de uma dada instituição ou pessoa.

Para os teóricos da memória, é o conjunto revestido de uma “aura simbólica” que insere a coleção, muitas vezes, pela sua unicidade na esfera da memória e a torna um objeto cobiçado pela história.

Nesse sentido, a discussão de Pomian (1984) acerca dos objetos visíveis e invisíveis, no sentido de coisa e semióforo<sup>13</sup>, deve ser agregada à presente discussão. Segundo Pomian (1984), existem três situações possíveis em relação ao objeto: a da utilidade, a do significado e as que têm ao mesmo tempo utilidade e significado.

No caso dos arquivos pessoais, eles também podem ser observados por esse viés, já que os documentos acumulados por uma pessoa ou família os são em um primeiro momento apenas pelo seu caráter utilitário. Em dado momento, recebem essa condição de semióforo; no entanto, podem a qualquer momento voltar a ter um caráter de utilidade, sem com isso perder seu significado.

Refiro-me à utilidade mencionada por Dardy (1991) em relação à necessidade de provar constantemente a existência do eu-social, em que a ausência de documentos comprobatórios exclui o indivíduo de seu lugar social. Somente quando os documentos ocuparem seu lugar nos arquivos pessoais é que poderam vir a receber a condição mencionada por Pomian (1984).

Segundo o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*<sup>14</sup>, um arquivo pessoal é o arquivo de uma pessoa física. Esta definição insere-se no conceito de arquivos privados, entendido como o arquivo de uma entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. No entanto, estas duas definições acabam acarretando certa ambigüidade, pois na literatura

---

<sup>13</sup> Objeto que não tem utilidade, ou seja, não é útil a um fim concreto, como, por exemplo, adquirir um bem de subsistência ou proteção contra o meio ambiente. Os semióforos, nesse sentido, são dotados de significados, em função de estarem no campo da subjetividade, ou do invisível, segundo Pomian (1984).

<sup>14</sup> Editado pelo Arquivo Nacional em 2005.

podem ser encontrados os termos *arquivo privado* e *arquivo privado pessoal*, ambos para designarem o arquivo pessoal.

No entanto, o *Dicionário de Terminologia Arquivística*<sup>15</sup>, editado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, não traz entre seus verbetes o conceito de arquivo pessoal; apenas o de arquivo privado, entendendo-o como o conjunto de documentos acumulados em decorrência das atividades de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, depositados ou não em instituições públicas.

Essa dicotomia pode ser entendida em Belloto (2004), que discute a definição de arquivos privados remetendo à questão do que seja um documento privado. Segundo ela, o que caracteriza um documento como público ou privado é o que irá determinar sua inserção nos arquivos públicos ou privados. Em outras palavras, a natureza da documentação, bem como suas características contextuais, define o arquivo como privado e este como pessoal.

Belloto (2004) caracteriza o documento privado definindo uma série de elementos. Citarei os mais pertinentes: a questão da produção, a diferença entre pertencer a um conjunto orgânico ou não, o prazo de utilidade ao órgão produtor e o valor para guarda.

De todos os elementos anteriormente mencionados, o que irá caracterizar o documento como público ou privado será o seu contexto de produção, ou seja, onde o documento foi produzido.

Para o *Manual dos Arquivistas Holandeses* (1973), somente são documentos de arquivo aqueles cuja origem encontra-se no seio da administração pública, excluindo-se desse processo os documentos cujo contexto de produção não venha dessa esfera. Essa visão acabou por excluir, por um período de tempo, os documentos cujo contexto de produção estivesse na esfera privada, seja em relação às empresas ou às pessoas e famílias.

Dessa forma, para considerar o documento como sendo de caráter privado faz-se necessário definir o contexto de produção do mesmo, ou seja, definir se foi produzido por uma instituição pública, por uma empresa privada ou por uma pessoa ou família.

É claro que não estou desconsiderando a possibilidade de se encontrar documentos de caráter público dentro de um arquivo pessoal, ali inserido pelos mais diferentes motivos, porém não vou me deter a essa questão.

Para Heymann (1997: 2), “é a pessoa [...] que funciona como eixo de sentido no processo de constituição do arquivo”. No entanto, pode não ser verdadeiramente quem constitui o arquivo, pois a acumulação dos registros perpassa por uma trajetória que pode ir

---

<sup>15</sup> Editado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo, em 1996.

além da vida do titular do acervo, tornando-se um “engodo” o entendimento do arquivo pessoal como retrato fiel da “memória” do titular.

Este tipo de compreensão pode ser uma “ilusão”, ou seja, um arquivo pessoal, após seu tratamento para o acesso ao usuário, representa não só o fruto da acumulação do titular, mas as decisões técnicas e políticas para sua organização e representação. Pensar, então, o arquivo pessoal apenas como o “retrato da memória fiel de seu titular” significa desconsiderar seus possíveis *refazimentos* (Heymann, 2005: 7).

Outra possibilidade de *fazimentos* é o que Fraiz (1998) chamou de *meta-arquivo*, ou seja, a capacidade que o titular tem de estipular as diretrizes da organização de seu arquivo mesmo que o objetivo não seja a sua organização em si, mas a busca de uma organização para o exercício de alguma atividade, ou mesmo a vontade de pôr em ordem sua vida documental.

Tanto Heymann (2005) quanto Fraiz (1998) consideram o arquivo o fruto de tensões que vão muito além da simples acumulação dos documentos de um indivíduo. Pelo contrário, consideram que os arquivos resultam da relação que esse terá com a sociedade e como os sujeitos que interagem com os arquivos poderão interferir em sua acumulação, constituição e organização.

Sendo assim, talvez possamos compreender arquivo pessoal ou arquivo privado pessoal como o fruto de diferentes variáveis. Todas se tornam fatores de sua constituição, mas todas têm um ponto de convergência: o indivíduo. A forma pela qual os documentos foram gerados e organizados, seja pelo produtor, seja por outra pessoa e a necessidade de armazená-los para a realização de suas atividades, de guardá-los como forma de prova em função de alguma atividade, lembrança e recordação de acontecimentos passados podem ser consideradas variáveis ou fatores de constituição de um arquivo pessoal.

Novamente posso perceber o arquivo pessoal como uma *escrita de si*<sup>16</sup>, uma manifestação desse indivíduo enquanto ser construído da sociedade moderna, bipartido em *si*, ao descortinar-se em seus diários, nos seus escritos autobiográficos, o maior representante da intimidade de uma pessoa; e em *outro*, naquele que busca ser memorizado pelo exercício da escrita, que se instaura na memória que não a sua própria.

Para Gomes (2004: 10), “a escrita de si integra um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar produção de si no mundo moderno ocidental”. Dessa forma, o

---

<sup>16</sup> Sobre o assunto, ver Foucault. *A escrita de si*, e Gomes. *A Escrita de Si a Escrita da História*.

indivíduo que se insere nessa modalidade necessariamente encontra-se em um mundo construído pelo outro, onde as instituições de controle o tornam um produtor de escritos.

Como disse Dardy (1991), os documentos necessários à vida moderna são uma verdadeira iniciação. Para a autora, essa iniciação incorre na distinção entre existir e não existir na sociedade:

A inscrição não é, por conseguinte, uma metáfora. Quem não é inscrito não é somente “marginal” – categoria própria à cultura escrita, que define margens–, mas encontra-se totalmente privado de existência. Cada um de nós deve provar diariamente a sua existência por “papéis” (Dardy, 1991: 226, tradução nossa).

As diferentes formas de *escrita de si* acabam tornando o ato de escrever uma forma de “se mostrar, se expor, fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro” (Foucault, 2006: 156).

A partir das sociedades modernas, o controle burocrático do indivíduo se corporificou ainda mais por meio de documentos comprobatórios de sua existência. Há uma necessidade constante e crescente de produzir evidências de nossa passagem na engrenagem dessa sociedade moderna. No entanto, a acumulação desses registros, que no futuro comporão um determinado arquivo pessoal, não deixa de ser o fruto das necessidades e dos desejos de seu produtor.

Quanto mais os veículos de comunicação se tornam eficazes e as trocas de informações mais aceleradas, as formas de controle se impõem para o indivíduo. Senhas, acesso permitido e tempo real são as categorias com as quais o indivíduo contemporâneo precisa conviver.

Mas esses registros também se configuram como testemunho, o mesmo enunciado por Macneil (apud Oliveira, 2008: 36), quando afirma que esses documentos são o “testemunho autêntico das ações, processos e procedimentos que provocaram a sua existência”.

Essa mesma noção de testemunho pode ser observada em Mckemmish (2001: 1, tradução nossa), em seu artigo *Evidence of Me*, ao definir que “processo de acumulação é um ‘tipo do testemunho’. Em um nível pessoal é uma maneira de evidenciar e memorizar nossas vidas, nossa existência, nossas atividades e experiências, nossos relacionamentos com o outro, nossa identidade, nosso ‘lugar’ no mundo”<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> O termo *recordkeeping*, na literatura arquivística de língua inglesa é utilizado para definir a guarda de documentos em relação a sua organização, preservação e acesso por quem os gerou. Na presente dissertação, entenderemos o termo como o ato de arquivar, referente ao processo de acumulação, bem como, ao tratar-se do documento digital, se refere a armazenamento.

Mckemmish (2001), propõe uma discussão por meio de histórias, fictícias ou não, em que os personagens, em seus escritos, mais precisamente em suas cartas ou diários, registram suas vontades, impressões, ilusões, esperanças, alegrias e angústias. Ações como guardar, queimar e preservar se instauram nas vozes daqueles que um dia tornar-se-ão os titulares de um arquivo, nesse sentido, transitando entre a lembrança e o esquecimento.

Em seu artigo, podemos vislumbrar como alguém, pelos mais diferentes motivos, pode vir a exigir que esses registros, comprovação de sua própria existência, sejam destruídos, num possível ato inconsciente de apagar qualquer *evidência de si*, pois aos olhos dos produtores esses registros podem não ser merecedores de constituir-se enquanto lembrança. Já para outros, esses mesmos registros podem ser armazenados a fim de testemunhar sua existência, como uma forma de perpetuar-se.

O olhar sobre o que se produz pode vir a ser um determinante para se perpetuar uma lembrança nos arquivos pessoais. No entanto, em ambos os casos, as pessoas não têm como objetivo entenderem-se enquanto objeto de memorização, apesar de poderem vislumbrar-se enquanto objeto desta mesma memorização.

O texto é muito interessante em função de Mckemmish (2001) instaurar uma discussão sobre o entendimento acerca dos arquivos pessoais, em relação às ações que levam a manter ou não os documentos, bem como à forma de tratá-los, organizá-los, preservá-los e eliminá-los.

Para Mckemmish (2001), a maneira como o arquivista analisa a tramitação dos documentos de uma empresa, percebendo sua importância, conexões, razão por que foram gerados, bem como seu valor de prova, também pode ocorrer em um arquivo pessoal.

Para Camargo (2007), o texto de Mckemmish (2001) é uma forma de compreender a importância do contexto nos arquivos. Camargo, ao dizer que o contexto para compreender os conteúdos das cartas reside em perceber as relações e interações do autor, remete à noção de contexto arquivístico definido por Theo Thomassen<sup>18</sup>.

O artigo analisa os diferentes tipos de contexto de produção do documento, incluindo o contexto sociopolítico, cultural e econômico. Abordarei mais detalhadamente, no próximo capítulo, os diferentes tipos de contextos arquivísticos.

Na outra ponta dessa discussão sobre *evidência de si*, encontra-se a questão da identidade. A própria Mckemmish (2001) refere-se a ela ao definir *recordkeeping* como o

---

<sup>18</sup> Cf: Uma primeira introdução à Arquivologia publicado em 2006, na revista *Arquivo & Administração*.

testemunho de nossa existência, de nossa identidade. O maior exemplo, talvez o mais concreto em nossa atual sociedade, que nos instaura enquanto ser social, é o *nome próprio*.

Bourdieu (1996: 187) define *nome próprio* como “o atestado visível da identidade de seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade de suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas em registros oficiais”.

Da mesma forma que o nome próprio é a representação máxima da existência do indivíduo moderno, um sinônimo de distinção e individualidade, a possibilidade de decidir o que fazer com suas evidências também torna-se expressão dessa distinção e individualidade.

Nesse sentido, o nome próprio é um fator de “distinção de si” traduzido nas correspondências. O discurso ali presente representa a existência de diferentes indivíduos. É no bilhete de agradecimento, na carta que envia notícia ou pede conselhos, na nota que sugere algo ou no pedido de favor que este “eu social” manifesta-se no seu duplo espaço: o público e o privado.

É por meio de notas, cartas, bilhetes, cartão e, mais precisamente, pelo conteúdo ali existente que se pode perceber como esse indivíduo interage nos seus diferentes papéis e espaços sociais; como, por meio da assinatura, pode definir se suas evidências serão guardadas ou destruídas. Mesmo que a necessidade da lembrança suplante os desejos do indivíduo, o testemunho de sua vontade é corporificado pela assinatura.

Na outra ponta, em *Arquivar a Própria Vida*, Artières (1998: 5) relembra o poder da escrita: “desde o fim do século XVIII estabeleceu-se progressivamente uma formidável poder da escrita que se estende sobre o conjunto do nosso cotidiano; a escrita está em toda a parte: para existir, é preciso inscrever-se: inscrever-se nos registros civis, nas fichas médicas, escolares, bancárias”.

Mas a escrita é mais do que simplesmente o ato em si de se inscrever, como relata Artières (1998). Ela é um exercício, uma forma de controle e de inserção nas redes de sociabilidade que existem em nossa sociedade. Por isso, Foucault (2006: 155-56) instaura o exercício da escrita e, mais precisamente, o exercício por meio da correspondência como “alguma coisa mais do que um adestramento de si mesmo pela escrita, através dos conselhos e advertências dados ao outro: constitui também certa maneira de se manifestar para si mesmo e para os outros”.

Essa possibilidade de manifestação para o outro permite perceber, dentro dos arquivos pessoais, as estruturas de dada sociedade, ou mesmo como o produtor de determinado arquivo se constrói enquanto indivíduo social.

Não somente as correspondências, mas todo tipo de *escrita de si* traz um duplo olhar. Para o arquivista, é o objeto que poderá auxiliá-lo na contextualização do acervo. Para o historiador, a descoberta do passado, uma fonte para escrevê-lo.

Além disso, todo o indivíduo é nomeado<sup>19</sup>. O nome próprio remete à assinatura<sup>20</sup>, e esta ao caráter jurídico de prova, fornecendo a tal documento nomeado uma autenticidade única e intransferível, conseqüentemente, conferindo-lhe o status de documento de arquivo (Silva; Rego, 2007).

Este mesmo nome próprio permite transitar pelos mais diferentes espaços sociais que, por sua vez, atestam nossa passagem por meio da emissão de um documento, cujo “poder simbólico” concretiza-se na construção do “eu social”.

Em função disso, estes conjuntos de documentos acumulados acabam por trazer para nossas vidas algumas *práticas arquivísticas*:

... o indivíduo bem ajustado deve classificar os seus papéis; deve, a qualquer momento, estar pronto a apresentar o inventário deles: seu *curriculum vitae* [...]. A data de nascimento remete à certidão de nascimento, o estado civil ao registro civil, a nacionalidade ao passaporte, endereço, telefone a um contrato de locação e a uma conta de telefone, nível de instrução ao conjunto dos diplomas, experiência profissional aos contracheques (Artières, 1998: 6).

Essa necessidade de classificação representa a busca de alguma forma de organização neste mundo de registros que a vida social moderna nos impõe. Os diferentes papéis sociais por nós interpretados nos remetem a diferentes registros. Somos, ao mesmo tempo, pais, filhos, esposas ou maridos, avós, patrões ou empregados, escritores ou leitores, dentro de uma dinâmica que incessantemente nos compele a *arquivar a própria vida*.

Outra questão dessa dinâmica é a definição do indivíduo como um ser único, já que, ao analisar um determinado acervo, o arquivista pode defrontar-se com uma documentação acumulada posteriormente à vida do titular e inserida por terceiros, em seu acervo, como uma possível tentativa de monumentalização.

Essa tentativa de monumentalização pode ser interpretada tanto pela idéia de *refazimentos* de Heymann (2005) e *meta-arquivo* de Fraiz (1998), como pela noção de coleções de particulares enquanto “objetos preciosos” de Pomian (1984). Cabe ressaltar que

---

<sup>19</sup> Aqui entendido como sinônimo de chamar pelo nome.

<sup>20</sup> Ver Bourdieu, 1996, p. 186-87.

Pomian (1984), ao estipular sua análise sobre coleções de particulares, refere-se mais aos artefatos do que aos conjuntos de documentos; no entanto, não posso deixar de considerar essa característica ao falar sobre arquivos pessoais.

Além disso, o arquivo pessoal se inscreve como o lugar de vozes, que falam do titular e de si próprias. Nele podemos encontrar as reclamações dos outros, as aflições dos outros, a vida do outro e como esse outro percebe a si mesmo.

O arquivo também pode constituir-se enquanto lugar de lembrança em função da posição que o titular ocupa no seio da sociedade ou de sua família. Seu carisma, liderança ou temperamento serviram de pólo de concentração para a guarda dos objetos de (re)memorização.

Enfim, em nosso cotidiano, nos cercamos o tempo todo de elementos que, no futuro, serão objetos de reconstrução, seja por nossa vontade de guardar lembranças, seja por necessidade de comprovar nossa existência.

A necessidade da recordação, de guardar relíquias de um tempo passado, transforma o arquivo pessoal naquele lugar onde se pode ver o passado presente. É o lugar de nostalgia e descoberta de nosso papel social. Essa necessidade aproxima o arquivo da memória, pois são os “artefatos de registros derivados de uma atividade” (Cook, 1998: 3).

Dessa forma, o arquivo pessoal pode ser entendido como arquivo de memória. Ao aproximá-lo da condição de artefato, Cook (1998) o insere no cerne das discussões sobre memória e relíquia, e, ao percebê-lo como uma forma de evidência e memorização de uma pessoa, Mckemmish (2001) o remete ao campo da recordação, da lembrança e da percepção do tempo.

Sendo o arquivo pessoal esse “lugar de memória”, onde o indivíduo vai buscar sua própria memória, uma questão se impõe sob as mais diferentes instituições custodiadoras: a inserção dos seus instrumentos de busca em ambiente *WEB*.

Segundo Rousseau e Couture (1998:55), “as tecnologias da informação desenvolvem-se para responder às novas necessidades de troca, de acesso e de difusão. As telecomunicações simplificam-se e popularizam-se. A velocidade de transmissão aumenta [e] os arquivos mudam de forma”.

Para Oliveira (2006), esse aparecimento acarretou para as instituições arquivística, a necessidade de conhecer melhor seus usuários. Ou seja, a difusão crescente da informação e do acesso aos arquivos significa, para os arquivistas, a necessidade de atravessar fronteiras que vão além das salas de consultas até então existentes.

Segundo a autora (2006: 69), “os usuários buscam distintas informações para atender múltiplos objetivos de pesquisa”. Isto significa dizer que atualmente o arquivista, em função da *WEB*, pode receber usuários que fogem ao perfil especializado centrado num objetivo específico. Para a autora, o arquivista está inserido em um determinado contexto histórico e isto influencia o seu trabalho, em relação à organização, descrição e difusão do acervo sob sua responsabilidade.

A fala de Oliveira (2006) vai ao encontro do que Bruebach (2007) analisou em função da mudança de paradigmas pela qual o arquivista está passando:

Enquanto que oferecer acesso aos documentos originais autênticos para todos que os peçam nas salas de leitura dos arquivos tornou-se uma atividade corriqueira nos últimos 150 anos, o desafio de hoje é trazer o conhecimento sobre os conteúdos dos arquivos via *Internet* para as mesas das pessoas em seus lares (Bruebach, 2007: 40).

No meu entender, o contexto onde se insere o profissional responsável por viabilizar o acesso às informações contidas em um arquivo influencia as decisões a serem tomadas e a forma como serão disponibilizadas tais informações. Quem pensaria, há cem anos, estar diante de uma máquina e, em tempo real, saber o que acontece nas mais diferentes partes do mundo e, nesse mesmo momento, acessar a página de uma instituição arquivística para proceder a uma pesquisa?

Essa nova realidade trouxe para os arquivistas a necessidade de rever teorias e procedimentos consagrados na área. O desafio insere as instituições nos debates mais contemporâneos sobre as diferentes formas de recuperar a informação em um mundo acelerado onde a tecnologia possibilita maneiras eficientes para que, com um simples *click*, possam ser acessadas bases de dados que descortinam um universo de possibilidades para a pesquisa.

Para Colombo (1991: 104), isto significa dizer que “o importante não é mais recordar, praticar a memória, é saber que a recordação está depositada em algum lugar e que sua recuperação é – pelo menos na teoria – possível”.

Essa necessidade crescente em nosso mundo contemporâneo insere os arquivos em inúmeras discussões teóricas. O profissional que tem como tarefa custodiar e viabilizar o acesso aos arquivos depara-se com debates acerca de normas, padronização, recuperação da informação eficiente e, por que não dizer, precisa e rápida.

Assim, atualmente, a descrição arquivística precisa se preocupar não só com as formas de escrita, mas também com os pontos de acesso. O que antes era um suporte a mais ao trabalho do arquivista, agora, torna-se uma ferramenta importante no seu dia-a-dia.

Essa forma de comunicação também está relacionada com as escolhas dos pontos de acesso pelos arquivistas e com as escolhas do que será esquecido, apagado, lembrado e (re)memorizado, onde o controle da memória se estende “...à escolha de testemunhos autorizados (...) nas organizações mais formais pelo acesso dos pesquisadores aos arquivos” (Pollak, 1989: 10).

Por isso, os arquivos pessoais, enquanto espaços de memória, caracterizados pela existência de “... papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas...” (Belloto, 2004: 256), e a materialização de sua organização, por meio dos instrumentos de recuperação da informação, necessitam ser constantemente estudados.

Dessa forma, seu papel de “guardião da memória” (Gomes, 1996), seu *status* de “guarda-memória” (Lejeune, 1997), extrapola a ida ao arquivo. Hoje o arquivo chega ao indivíduo, e o arquivista precisa voltar-se para temáticas como a indexação em arquivos. No caso dos arquivos pessoais, essa temática se instaura dentro das questões de contexto histórico, contexto de produção, memória, descrição e testemunho. O vocabulário controlado que advém do processo de indexação deve preocupar-se com essas questões.

Nesse sentido, a relação entre os registros, as lembranças e as provas, para o arquivista concretiza-se na necessidade de dar acesso, de preservar a memória para futuras gerações. Já para o historiador se concretiza no fascínio da descoberta e na necessidade de material para exercer a escrita do passado, do aprisionamento do que será lembrado. Dessa forma, os arquivistas “... se inserem e contribuem para a construção daquilo que vem a ser a memória coletiva (o registro, a história); e o arquivo, que daí resulta, é elaborado em função do uso que as diferentes instituições fazem da memória” (Lucas, 1998: 95).

## CAPÍTULO II

### INDEXAÇÃO ARQUIVÍSTICA: UM LONGO CAMINHO

Ao se falar em documentos de arquivos ou documentos de bibliotecas, um fator existe em comum ao seu aparecimento, a invenção da escrita. O uso da escrita pela sociedade trouxe uma consciência de sua importância à medida que durante suas atividades os documentos começam a ser produzidos, e esta produção acaba por gerar a preocupação com o armazenamento e os cuidados com a documentação para as futuras gerações. Desse ponto de vista, não haveria distinção entre esses dois tipos de documentos. No entanto, eles diferem em muitos aspectos.

Etimologicamente o termo “arquivo” deriva do latim *archivum*, que significa “palácio, tribunal, lugar onde se guardam papéis e documentos antigos” (Houaiss: 2001: 295). A própria etimologia da palavra insere o termo na atividade administrativa que o originou, ou seja, arquivo pertence à administração da coisa. Conseqüentemente, o “documento de arquivo” remete a documentos produzidos em função das atividades de uma determinada instituição.

Já o termo “livro” deriva do latim *liber, libri*, que significa “película que se acha a madeira e a casca exterior... sobre o qual se escrevia antes da descoberta do papiro” (Houaiss: 2001: 1173). Nesse sentido, para entender seu significado, um elemento de composição é necessário, o elemento grego *biblíon*, que significa “papel de escrever, carta, lousa, tábua de escrever e (num esboço evolutivo) livro” (2001: 443).

Segundo Fonseca (2007: 21), essa definição atrelada ao material teve como conseqüência o seguinte conceito dicionarizado para a palavra “livro”: “reunião de cadernos de papel contendo um texto manuscrito ou impresso [...] também definida – definição mais apropriada – como obra científica, literária ou artística; e, ainda, como parte dessa obra [...]”.

Para Schellenberg (2002: 43), a primeira diferença entre documento de arquivo e documento de biblioteca está na forma como se originam. O primeiro tem uma “conexão direta com as atividades funcionais de um órgão do governo, ou de qualquer entidade; e grande parte do seu valor depende da relação orgânica que mantém, quer entre si, quer com o

próprio órgão”; enquanto o segundo são “peças avulsas, cujo valor internamente independe da relação que mantêm entre si”.

Outro ponto diz respeito à custódia, ou seja, à forma como o documento chega ao órgão. Os arquivos são receptores; e as bibliotecas colecionadoras. O primeiro serve à instituição à qual pertence, enquanto o segundo obtém seu acervo de diferentes procedências; ou seja, ele pode adquirir a obra em função de sua temática em distintas fontes.

Uma terceira distinção diz respeito ao método de tratamento nos dois tipos de acervos. Ambos, arquivos e bibliotecas, precisam avaliar e selecionar. A questão são os parâmetros utilizados para a execução dessas tarefas. No caso dos arquivos, é o conjunto que é avaliado, ou seja, os documentos são selecionados “para preservação no agregado de peças, não como peça única, e seleciona-os mais em relação à função e à organização do que ao assunto” (Schellenberg, 2002: 48). No caso das bibliotecas, é a peça isolada (o documento) em função das necessidades de pesquisa que é utilizada como critério para a seleção. A característica de unicidade não é encontrada em documento de bibliotecas, salvo dentro da categoria de livros raros. Ao contrário dos arquivos, onde um documento em geral não será encontrado em outro arquivo, um livro pode vir a ser encontrado em outra biblioteca.

Além disso, a questão da organização do acervo também constitui um elemento de distinção. No caso dos arquivos, o arranjo ou classificação deve levar em consideração a proveniência. No caso das bibliotecas, essa condição não é necessária e a organização por assunto é adequada. Se o mesmo princípio for adotado aos arquivos, os documentos serão desmembrados, perdendo seu valor probatório em função da dispersão em relação ao contexto original (Schellenberg, 2002).

Por fim, a questão da descrição. No caso dos arquivos, a descrição é feita do conjunto, o que significa dizer que a descrição arquivística descreve o fundo, a série e o dossiê. É claro que isso não exclui a descrição de um item. Segundo o *Manual dos Arquivistas Holandeses* (1973: 14), se apenas “um único papel de arquivo se tenha preservado, este documento constitui o arquivo e é, por si mesmo, um todo, que deve, portanto, ser descrito como tal”. No caso da biblioteca, a descrição é feita no documento por unidade física, se bem que cada unidade pode ser descrita analiticamente, como também poderão ser feitas notas indicativas nos registros referentes a relacionamentos entre os documentos.

Apesar das diferenças entre ambas, as duas áreas têm preocupações em comum em relação à preservação dos acervos, ao acesso e à recuperação da informação. Desafios constantes e renovados a cada dia, em um mundo acelerado pelos avanços tecnológicos.

Uma questão recorrente diz respeito ao crescente número de bases de dados resultantes do processo de informatização das instituições custodiadoras de acervos, as quais se vêem com a necessidade de repensar seus instrumentos de pesquisa a fim de melhor atender seus usuários. Nesse sentido, a biblioteconomia tem muito a contribuir, principalmente em relação à indexação, já que essa sempre foi uma questão presente em sua área.

## 2.1 A indexação como campo teórico

É consensual na literatura biblioteconômica que a prática de construir índice é muito antiga. Na realidade, data do século II a.C, quando, na Mesopotâmia foi grafado em tábuas de argila um resumo dos livros para oferecer acesso a eles. Em Alexandria, as obras da biblioteca foram catalogadas em ordem alfabética de autores e subordinadas a assuntos mais gerais; nos mosteiros do século XV, os livros eram inventariados ou catalogados com a elaboração também de listas completas (Silva; Fujita, 2004: 138).

Nesse sentido, a primeira noção de indexação compreendia a atividade de elaborar índices de assuntos, nomes e lugares.

No século XVII, Sir Thomas Bodley propôs um código de catalogação “prevendo remissivas e índices de assuntos” (Santos, 2007: 59). Da Alemanha, veio a “idéia de representar um item com o sistema de escolha da ‘schlagwort’ (palavra-chave)” (Silva; Fujita, 2004:139).

Segundo Silva e Fujita (2004), a história da indexação tem início com o número crescente de publicações periódicas:

A literatura da área registra que a história da indexação tem início com a história da bibliografia e que a indexação teve maior atenção a partir do surgimento das publicações periódicas. Esse fato fez com que surgisse a necessidade de elaboração de uma técnica para organização por assunto do conteúdo desse tipo de publicação (Silva; Fujita, 2004: 140).

No século XIX, Willian Fredrick Poole (1821-1894), presidente da American Library Association e bibliotecário da Biblioteca Pública de Chicago, criou o Poole’s Index, “onde introduziu os índices cumulativos de periódicos, usando para artigos de jornais entradas de assuntos representados pelas palavras-chave retiradas dos títulos dos artigos indexados” (Silva; Fujita, 2004: 140).

O século XX pode ser definido como o momento da fixação dos códigos. Em 1908, é publicado o *Condensed rules for author and title catalogue*, uma publicação feita em conjunto entre a American Library Association e a Library Association do Reino Unido. Em 1967, foi publicado o *Anglo American Cataloguing Rules (AACR)*, fruto da união de três instituições: a Canadian Library Association com as já mencionadas American Library Association e a Library Association.

Segundo Santos (2007), o AACR torna-se o código mais utilizado nas bibliotecas. Em 1978, sofre uma revisão que ficou conhecida como AACR2r, atualmente utilizada.

O AACR define normas para catalogar, ou seja, para descrever o documento bibliográfico e para a escolha e padronização dos pontos de acesso (ou entradas) que, segundo a própria norma, “é um nome, termo, código etc., sob o qual um registro bibliográfico pode ser procurado e identificado. São chamadas entradas de autor e/ou de outros responsáveis, entradas de título, de série etc. e entradas de assunto de um item” (Ribeiro, 2006: 21-5).

O século XX também é o momento em que o termo “documentação” passa a ser utilizado em consonância com o termo “indexação”.

A história da documentação tem aproximação com o que se convencionou chamar de ‘explosão bibliográfica’ ou ‘explosão documental’ com ocorrência no século XX, portanto, posterior ao aparecimento dos índices e da indexação [...]. Os principais instrumentos de organização documentária criados, foram os sistemas de classificação bibliográfica com destaque para a Classificação Decimal Universal (CDU), os estudos de sistemas classificatórios realizados... por H.G. Bliss e R.S. Ranganathan, a criação da Classificação Decimal de Dewey... (Silva; Fujita, 2004: 141).

A partir desse momento, a indexação, que considerava apenas a questão da elaboração de índices, vincula-se também ao conceito de análise de assunto. Bradford, em seu livro *Documentação*, “destaca [a] indexação para a análise de documentos” (Silva; Fujita, 2004: 136).

Segundo Gardin (apud Silva; Fujita, 2004: 136), a análise documentária é “... um conjunto de procedimentos efetuados com a finalidade de expressar o conteúdo de documentos científicos, sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação”.

Silva e Fujita (2004) identificam duas correntes em relação ao entendimento de análise documentária. A primeira é a francesa, que entende a análise documentária como “um macro universo no qual a indexação está inserida” (2004: 137). Ou seja: a indexação é a última etapa do processo de análise e é nesse momento que são utilizadas as linguagens

documentárias<sup>21</sup> para a elaboração de produtos documentários tais como índices, vocabulários controlados e tesouros.

O entendimento de análise documentária pela corrente francesa não é unânime. Podem-se perceber duas visões em relação a ela. Na primeira, a análise somente comporta o tratamento do conteúdo do documento. Na segunda, a análise documentária refere-se tanto à descrição física ou de forma quanto temática ou de conteúdo do documento (Silva; Fujita, 2004).

A segunda corrente é a inglesa, com a qual me identifico, que compreende o termo “indexação” como um processo, e a análise documentária e a indexação como processos idênticos. Nesse sentido, “a Indexação é a própria Análise Documentária, composta das mesmas etapas operacionais com o objetivo de representação do conteúdo informacional de documentos para a elaboração de índices” (Silva; Fujita, 2004: 136).

Nesse sentido, a indexação passa a ter duas etapas, segundo Lancaster (2003: 9: 18): a análise conceitual e a tradução. A primeira “implica decidir do que trata o documento”. A segunda “envolve a conversão da análise conceitual de um documento num determinado conjunto de termos de indexação”.

Silva e Fujita consideram que dentro de uma perspectiva histórica:

a Indexação tinha uma finalidade específica de construção de índices e o termo “Indexação” se ajustava perfeitamente à atividade, porém com o uso de tecnologias de recuperação da informação a necessidade de elaboração de índices foi sendo substituída pela necessidade de representação do conteúdo documentário por termo de indexação em decorrência da análise de assuntos (Silva; Fujita, 2004: 137).

Bastos (2007: 32), ao analisar Silva e Fujita, identifica três concepções de análise documentária. Na primeira, a análise documentária é a própria indexação, ou seja, a elaboração de índices. Na segunda, a análise documentária “é um processo maior, [e] a indexação corresponde à fase de representação dos conteúdos identificados numa primeira fase de análise”. Na terceira, a análise documentária “é vista de forma ampla, referente à descrição física e temática, isto é, ela trata dos aspectos de forma e conteúdo do documento. Numa primeira fase, a análise descritiva ou bibliográfica trata do aspecto físico ligado ao suporte e, na segunda fase, é dado tratamento temático com fins de representação”.

---

<sup>21</sup> “Segundo Gardin, uma Linguagem Documentária é um conjunto de termos, providos ou não de regras sintáticas, utilizadas para representar conteúdos de documentos técnico-científicos com fins de classificação ou busca retrospectiva de informação” (Cintra et al., 2002: 35).

Do ponto de vista arquivístico, acredito ser a terceira concepção analisada por Bastos (2007) o melhor caminho para compreender o que seja análise documentária.

No Brasil, a linha francesa é representada pelo Grupo TEMMA, criado em 1986. Segundo Vogel (2007), o grupo que utiliza parâmetros lingüísticos em seus estudos, já está desenvolvendo estudos entre linguagem documentária e terminologia. No Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq referente ao grupo, sua atuação é definida sob:

três eixos de atuação: a) o processo da análise documentária, principalmente a indexação, enquanto procedimento de representação da informação contida em documentos e a elaboração de resumos; b) a função comunicacional dos produtos gerados pela análise documentária (resumos e índices); c) a construção de linguagens de organização e transferência de informação (Grupo TEMMA, 2008: 1).

Além disso, a terminologia, em face da necessidade de contextualização do documento arquivístico, possibilita um maior embasamento para as definições contextuais necessárias durante o tratamento da documentação, e seu uso já se faz presente na prática arquivística ao se observar a construção de planos de classificação por assunto.<sup>22</sup>

Na realidade, outra dimensão de trabalho em arquivos se insere nessa discussão: a da recuperação da informação, ou melhor, um sistema que busca estabelecer uma forma de comunicação entre aquele que procura pela informação – o usuário – e o responsável por disponibilizá-la – seja o bibliotecário ou o arquivista.

Sendo assim, para que este sistema possa comunicar-se, é necessária uma linguagem controlada. O contrário desta situação seria a utilização de uma linguagem natural, ou seja, uma situação natural de comunicação em que o falante não emite mensagem que não possa decifrar (Cintra, 2002: 29), ou do ponto de vista do documento “...a expressão [linguagem natural] normalmente se refere às palavras que ocorrem em textos ... e, por isso, considera-se como sinônimo a expressão ‘texto livre’ ” (Lancaster, 2004: 250).

Dessa forma, a construção de um vocabulário controlado, resultado da atividade de indexação, pode ser compreendida como o processo pelo qual ocorre o controle da forma verbal de representação dos conceitos identificados e esses conceitos se relacionam e permitem a recuperação posterior do conteúdo informacional do documento.

---

<sup>22</sup> Cf. Sousa, Renato Tarciso Barbosa de. A Classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. In: Santos, Vanderlei Batista dos (Org). *Arquivística temas contemporâneos*. Brasília, DF : Editora Senac, 2007. p.79-162. 2007.

Em seu livro, Maria Luiza de Almeida Campos aborda três teorias que, segundo a autora, servem de fundamento à linguagem documentária. A teoria da classificação facetada, a teoria da terminologia e a teoria do conceito desenvolvida por Ingetraut Dahlberg.

Segundo Campos (2001: 28), Ranganathan foi quem desenvolveu a teoria da classificação facetada. Nela, o teórico evidencia a necessidade de elaborar esquemas de classificação que possam acompanhar as mudanças e a evolução do conhecimento. Esses esquemas teriam uma dupla função: a de permitir a organização dos documentos nas estantes e a de representar o conhecimento registrado numa dada área de assunto.

A teoria da terminologia, segundo Campos (2001), tem três escolas. A escola de Viena, a de Praga e a Soviética de terminologia. A primeira tem seu precursor em E. Wüester, que desenvolve a Teoria Geral da Terminologia – TGT. A segunda tem suas bases teóricas no aspecto funcional da língua, baseado na teoria de Saussure. Segundo esta escola, o termo é definido como “a menor unidade da língua funcional, e o sistema terminológico é conceituado como um sistema de designações que representam um sistema de conceitos” (Campos, 2001: 65). A terceira, baseada nos estudos de Wüester, deve ao terminólogo soviético Drezen, sua disseminação (2006: 62).

A Teoria Geral da Terminologia, base de todas as outras escolas de terminologia, pressupõem que a base do trabalho terminológico é fixar conceitos, objetivando elaborar definições orgânicas. Essa premissa, de elaborar definições orgânicas, possibilita que durante o tratamento terminológico as relações orgânicas entre os documentos possam ser considerados na elaboração de um vocabulário controlado. A TGT estabelece princípios para a criação de novos termos cujo objetivo é possibilitar a “comunicação mais precisa entre especialistas de diversas áreas do conhecimento, no âmbito da Ciência e da Tecnologia, em nível nacional e internacional” (Campos, 2001: 66).

A Teoria do Conceito, elaborada por Ingetraut Dahlberg, discípula de Wüester, introduz no campo das Ciências Sociais os princípios da terminologia, que pode ser entendida como uma “lista de palavras e seus significados, os termos de uma área do conhecimento específica ou um conjunto de princípios teóricos” (Wüester apud Campos, 2001: 59).

Campos (2001: 100-103), ao analisar a Teoria do Conceito de Dalberg, adverte que o conceito torna-se mais que um elemento de significação para ser “uma unidade de pensamento e conhecimento que é traduzida na junção de três elementos: o referente, as características que o compõem e a forma verbal”. Entende-se por *referente* a imagem que se constrói em nossa mente; por *característica*, os componentes que servem para descrever esta imagem e, por *forma verbal*, a representação do referente.

Segundo Dahlberg (1978: 101: 102), a formação dos conceitos é a reunião e compilação de enunciados verdadeiros a respeito de determinado objeto que deve ser pensado como único distinto dos demais e pode assim ser uma unidade inconfundível. Dessa forma, ao definirmos um termo como ponto de acesso, esse deverá ser considerado único a fim de não provocar equívocos.

Por outro lado, trabalhar com a área da terminologia possibilita estabelecer inúmeros relacionamentos que, porventura, se fizerem necessários ao longo do processo de indexação. Para Dahlberg (1978: 104), os conceitos podem ser relacionados em função de suas características, que exercem as funções de “ordenação classificatória dos conceitos e respectivos índices; definição dos conceitos; [e] formação dos nomes dos conceitos”.

Esses relacionamentos, na realidade, são comparações entre os diferentes conceitos, por meio da observação de suas idéias. Para Dalberg (1975: 104), as relações lógicas (identidade, implicação, intersecção, disjunção e negação) são baseadas na posse de características comuns que podem ser aplicadas, ao menos em parte, nos relacionamentos semânticos entre os conceitos. Esses relacionamentos semânticos dividem-se em quatro tipos: relação hierárquica, partitiva, de oposição, e funcional.

A relação hierárquica refere-se ao relacionamento que o conceito estabelece entre gênero e espécie. A relação partitiva refere-se ao todo e as partes deste conceito. A relação de oposição refere-se à distinção entre os conceitos. Por fim, está a relação funcional, na qual o conceito define uma função, ou melhor, o conceito é derivativo do processo que o gerou.

Essas relações podem ser entendidas da seguinte forma. Ao se definir o termo genérico “árvore”, obtemos o mais específico pelo tipo de árvore, como, por exemplo, “árvore cítrica”. Dentre as diferentes espécies de “árvores cítricas”, temos o “limoeiro”. Até aqui, foram construídas diferentes relações hierárquicas. O “limoeiro” é composto de partes como as “raízes”, o “caule”, os “galhos”, as “folhas” e o “fruto”. O “fruto” é uma das partes, do “limoeiro”. Nesse sentido, temos uma relação partitiva. No entanto, um “limão” é um fruto e não um legume. Estabeleceu-se uma relação de oposição. A relação funcional pode ser entendida, por exemplo, por meio do termo “felicitação”, que deriva do verbo “felicitar”.

Um dos fundamentos da Teoria do Conceito baseia-se na idéia de que o conceito deve ser colocado, no caso das linguagens documentárias, em primeiro plano. Deixa, portanto, de ser apenas uma nota explicativa ao entendimento do que é traduzido e materializado na forma de termos, para efetivamente compor a construção do termo em um vocabulário controlado.

Desta forma, o vocabulário controlado não é mais uma lista de termos padronizada e organizada alfabeticamente, mas uma lista constituída em uma estrutura com possíveis relacionamentos entre os termos que a compõem.

## **2.2 Indexação em arquivos**

Pode-se apontar o século XIX como o marco inicial para o aparecimento do termo “indexação” na área arquivística. Segundo Schellenberg (1963: 58), a “Sociedade Histórica de Massachusetts desenvolveu processos de indexação, a par dos de catalogação”. Cabe mencionar que o autor compreende catalogação distintamente da catalogação biblioteconômica, ou seja, enquanto o bibliotecário elabora a catalogação descritiva da peça individual – o livro, o arquivista descreve o conjunto, como fundos ou séries. Essa prática adotada pela Sociedade definiu um processo de encadernar e indexar seguido por outras instituições.

Pétillat e Prax (1993: 290) afirmam que a prática de indexação não é coisa nova para os arquivistas, embora o uso do termo seja relativamente recente. As autoras, como Schellenberg (1963), remetem à questão ao século XIX. Segundo as autoras, a instrução de 24 de abril de 1841 inseriu, na prática arquivística da descrição, a construção de índices.

Como nos Estados Unidos, esse foi o início de uma prática que viria a auxiliar na localização da informação nos instrumentos de pesquisa. Ou seja, a construção de índices de nomes, lugares ou assuntos estava atrelada à elaboração de guias, inventário ou repertórios.

No entanto, Schellenberg (1963: 53) ressalta que, apesar da grande quantidade de trabalhos de indexação no século XX, “os processos de tal técnica documentária nunca foram plenamente definidos nem normalizados”. Por outro lado, na França, a Circular AD 63-31 de 22 de julho de 1963, relativa aos índices alfabéticos dos fundos de arquivo e de seus inventários, serviu para promover uma aproximação entre a arquivística e a técnica documentária (Pétillat; Prax: 1993).

Sibelle (2007) afirma que antes desta circular não tinha ocorrido na França qualquer tentativa de normalização. Somente com a introdução da informática nos anos 1980 é que essa preocupação toma corpo, trazendo para a prática francesa a preocupação com a escolha dos termos empregados, bem como a busca de referências em tesouros e dicionários:

É assim que, nos arquivos territoriais, a indexação de instrumentos de pesquisa e de relações de transferência de arquivos contemporâneos baseia-se em um mesmo tesouro, elaborado e definido pela direção dos Arquivos da França: o *Thesaurus W* (a letra sendo reservada para codificação das transferências contemporâneas), que propõe uma quádrupla indexação: “assuntos”, “ação”, “tipologia documental” e “contexto histórico” (Sibelle; 2007: 98).

Se, por um lado, a preocupação com a indexação já existia no século XIX, isso também colaborou para o entendimento, por parte dos arquivistas, de que a construção de índices é um instrumento auxiliar da descrição. Por conta disso, na área arquivística, os olhares teóricos a respeito do assunto ficaram relegados a segundo plano, sobretudo se comparados com a discussão sobre descrição.

Segundo Heredia Herrera (1982: 99), qualquer instrumento de descrição passa a ter um valor agregado quando é elaborado um índice geral. No entanto, essa afirmação não coloca o processo de indexação no centro das atenções da teoria arquivística. Pelo contrário, isso apenas retrata um entendimento comum à área, segundo a qual a construção de índice era apenas uma maneira de valorizar o instrumento de descrição e não uma prática adotada. Não estou querendo dizer que a descrição não é importante, pelo contrário, defendo que a base para a normalização, padronização e construção de vocabulário é a descrição, consistente e bem embasada.

O surgimento da era computacional e a necessidade de normalização impuseram à arquivologia a necessidade de estabelecer normas de descrição. O uso cada vez mais constante de bases de dados eletrônicas intensificou a discussão sobre a recuperação da informação<sup>23</sup> para a área arquivística. Nas duas últimas décadas do século XX, o tema toma corpo, em âmbito internacional. No Brasil, essa realidade somente aparece mais intensamente no século XXI.

Em 1979, Richard H. Lytle defende sua tese de doutoramento intitulada *Subject retrieval in archives: a comparison of the content indexing methods*.

O trabalho visou a comparação do desempenho de duas bases de dados, nas quais foram usados dois métodos distintos de pesquisa por assuntos. Esses métodos foram designados pelo autor por *provanance method* (assentado na estrutura orgânica/funcional do arquivo, como meio de aceder ao conteúdo temático) e *content indexing method* (baseado na utilização de termos de

---

<sup>23</sup> O termo recuperação da informação surgiu em 1952 em função dos estudos da American Documentation Institute, responsável por tornar acessível a informação de caráter científico. Seu estudo focado na análise do conteúdo dos documentos associados com os novos sistemas de indexação coordenada, com base em unitermos, deu origem ao termo. (Silva, et al., 1998:29).

acesso por assuntos)... importa salientar o seu significado, pois foram pela primeira vez aplicados aos arquivos conhecimentos adquiridos e testados em bibliotecas e serviços de documentação, já desde os anos 50 (Silva, et.al., 1998: 154).

O trabalho de Lytle pode ser considerado o primeiro que leva em consideração a relação entre a teoria arquivística e a linguagem documentária.

Lytle (1980), também durante sua pesquisa, abordou a questão do usuário. Para o autor, saber quem são os usuários do sistema, quais perguntas eles fazem durante a busca nos arquivos, quais as categorias de usuários e quais são suas estratégias de busca são fatores necessários para definir a qualidade de um sistema de recuperação da informação.

Sá (2005), como Lytle, aponta que o “estudo de usuário” é necessário. Para Sá (2005: 4), “os profissionais da informação devem sair do modelo ‘arquivos direcionados para os arquivistas’ e partir para o modelo ‘arquivos direcionados para o usuário’”. Nesse sentido, a autora alerta que em ambiente *WEB* “não se tem a presença direta do arquivista de referência e o usuário possui total autonomia em suas buscas”.

Dessa forma, à luz do que já é praticado na biblioteconomia, o arquivista precisa tomar como objeto de estudo o usuário e entendê-lo como agente no processo, definindo suas estratégias e levando-o em consideração. Segundo Oliveira (2006: 70), “o arquivista ao realizar o tratamento intelectual de acervos deve perguntar-se incessantemente para quem está organizando os acervos, qual a forma mais acessível de difundir os conteúdos desses acervos para o maior número possível de usuários e quais os possíveis usos desses acervos”.

O usuário deve ser, para os arquivistas-indexadores, tão importante quanto o conhecimento teórico necessário para a normalização e construção do vocabulário controlado, e que viabilizarão o acesso aos documentos.

Santos Canalejo (1998: 117, tradução nossa), ao mencionar a questão da normalização e do controle de vocabulário, afirma que o “arquivista precisa fazer uso das chamadas linguagens documentárias, ou seja, daqueles procedimentos sintáticos convencionais que representam o conteúdo dos documentos ou de um conjunto de documentos para facilitar a busca e recuperação da informação”.

A questão apontada por Santos e Canalejo (1998) sobre normalização, controle de autoridade e necessidade de o arquivista se aproximar das linguagens documentárias a fim de facilitar a recuperação da informação pode ser observada na literatura da década de 1980 e 1990 na França, nos Estados Unidos, no Canadá, no Reino Unido, em Portugal e no Brasil conforme tabela a seguir:

Ano	Autor	Título	Local de publicação
1985	Richard V. Szary	Expanding the role of authority files in the archival context	Estados Unidos
1986	Max Jr. Evans	Authority control: an alternative to the record group concept	Estados Unidos
1986	Helena Ferrez; Jerusa Araújo; Rosely Rondinelli	O desafio da indexação nos arquivos permanentes textuais	Brasil
1987	Richard Roy	Classer & indexer: introduction à l'indexation documentaires	França
1987	Jean E. Dryden	Subject headings: the PAASH Experience	Canadá
1988	Jackie Dooley	An introduction to authority control for archivists	Estados Unidos
1989	Louise Gagnon-Arguin	An introduction to authority control for archivists	Canadá
1989	David Bearman	Authority control issues prospects	Estados Unidos
1990	Harriet Ostroff	Subject Access to Archival and Manuscripts Material	Estados Unidos
1991	Elizabeth Black	Authority control: a manual for archivist	Canadá
1992	Planning Committee on Descriptive Standards	Subject indexing for archives: the report of the subject indexing working group	Canadá
1992	Jackie Dooly	Subject Indexing in Context	Estados Unidos
1993	Kathleen Roe	Enhanced Authority Control: is it time?	Canadá
1993	Cynthia J. Durance	Authority control: beyond a bowl of alphabet soup	Canadá
1994	Helen R. Tibbo	The Epic Struggle: Subject retrieval from large bibliographic data bases	Estados Unidos
1995	Sharon Gibes Thibodeau	Archival context as archival authority record the ISAAR (CPF)	Canadá
1996	Fernanda Ribeiro	Subject indexing and authority in control: the need for subject indexing in archives and for a indexing policy using controlled language	Reino Unido
1996	Fernanda Ribeiro	Indexação e controlo de autoridade em arquivos	Portugal

**Tabela 1:** Literatura sobre indexação e controle de autoridade para a área arquivística (para referências completas ver Anexo 1)

O critério de escolha deve-se a uma observação: durante essa duas décadas, há uma constância dessas questões na literatura da área.

Mesmo assim, em que pese o assunto interessar à comunidade arquivística, não é recorrente, pois a produção intelectual restringiu-se a praticamente uma por ano nos países observados. Também observa-se que os estudos se concentram nos Estados Unidos e no Canadá. Segundo Silva et al. (1998), nestes países ocorreram avanços no campo do pensar a teoria arquivística e, diante dos novos desafios tecnológicos começam a debater a questão da

recuperação da informação frente a conceitos da área, buscando revalorizar o “princípio da proveniência” e o controle de autoridade.

Esses fatores explicam a concentração de artigos nos Estados Unidos e no Canadá, que são pioneiros em relação à questão da descrição e definição dos pontos de acesso, no que se refere ao mencionado por Silva et al. (1998).

Santos Canalejo (1998) analisa as questões referentes à indexação levando em consideração, inclusive, a diferença entre arquivos administrativos e históricos. Segundo ela, no primeiro caso, o processo deveria envolver o arquivista e o órgão produtor e, no segundo caso, o arquivista indexa a partir da análise da documentação.

No primeiro caso, a indexação seria enriquecida, pois ter-se-ia a participação do usuário principal na elaboração do vocabulário controlado, o produto do processo de indexação. No segundo caso, esse enriquecimento somente apareceria em função de uma descrição contextualiza e, conseqüentemente, de uma indexação baseada em conceitos.

Para Santos Canalejo:

o controle de vocabulário extraído da análise documental durante o processo descritivo pode e deve ir mais além do que apenas uma seleção de palavras-chave, já que, após essa seleção, ocorrem a conversão em descritores e o estabelecimento das relações hierárquicas, associativas e semânticas entre os termos. As hierárquicas e associativas proporcionam exaustividade e pertinência à informação; as semânticas eliminam a sinonímia e a polissemia (Santos Canalejo, 1998: 125, tradução nossa).

A colocação de Santos Canalejo (1998) traz para a arquivologia as questões derivativas da atividade de indexação, trazendo questões recorrentes de bibliotecários para os arquivos, como as mencionadas durante a análise da teoria do conceito, neste capítulo.

Em relação à semântica mencionada pela autora, ela se refere especificamente ao controle de sinonímia, homonímia e quase-sinonímia que podem ser considerados “ruídos” que ocorrem na recuperação da informação quando, durante a construção de um vocabulário controlado, não é considerado que um mesmo conceito pode ter mais de uma forma verbal, ou seja, mais de uma forma de se representá-lo, ou que diferentes conceitos podem ter uma única forma verbal. Por exemplo, a palavra “manga” pode ter como referente a parte da camisa se a área à qual se refere for a têxtil, e o referente fruto, se a área for a botânica ou a agricultura.

Os elementos mencionados por Santos Canalejo (1998) são de extrema importância quando se pensa em construir um vocabulário controlado e pouco explorado pela arquivologia. Um dos motivos pode ser o mencionado por Jackie M. Dooley (1992: 345,

tradução nossa) no início da década de 1990: “historicamente, arquivistas tendem a seguir o ponto de vista de que o acesso aos materiais de arquivo pela proveniência torna o acesso por assunto desnecessário”.

Dooley (1992) analisa o que denomina *the nature of archival subjects* em relação à existência de assunto no documento arquivístico, ou seja, na definição do assunto principal no documento. A autora discute a dificuldade de elencar o assunto principal, ou melhor, qual pode ser considerado o mais relevante para servir de ponto de acesso.

Na outra ponta da discussão, encontra-se a questão do contexto arquivístico no sentido de que os assuntos genéricos são tão importantes quanto os específicos e que pontos de acesso como tempo e lugar, além de serem importantes, também definem o contexto de produção do documento – onde e quando foi produzido.

Ambas, Dooley (1992) e Santos Canalejo (1998), discutem o problema da indexação pelo viés arquivístico, definindo os problemas e a necessidade de se preocupar com a temática. Abordam, ainda, a possibilidade de o contexto arquivístico ser representado enquanto ponto de acesso<sup>24</sup>.

Durance (1993) e Roe (1993) defendem, na *Conferência Anual da Associação dos Arquivistas Canadense*, em 1992, a necessidade do controle de autoridade. Para Durance (1993), o controle de autoridade é um termo “guarda-chuva”:

O controle de autoridade é um termo guarda-chuva, que significa uma forma de possibilitar o acesso aos documentos em um arquivo por meio de nomes, assuntos e funções – estes serão construídos de tal maneira que os relacionamentos ou não-relacionamentos, entre eles, sejam aparentes. De fato, o controle de autoridade em um cenário arquivístico introduz uma ordem, como um mapa rodoviário, às complexidades das organizações, e de seus antecessores, os nomes de pessoas, as funções e os assuntos dos documentos, bem como seus inter-relacionamentos (Durance; 1993: 38, tradução nossa).

Roe (1993) questiona se já não é chegada a hora de se preocupar efetivamente com o controle de autoridade, de dar um *status* à questão. A autora utiliza o termo “enhanced authority control”, afirmando ter sido um termo recorrente na literatura arquivística durante a década de 1980 no Canadá e nos Estados Unidos. O termo pode ser traduzido como a “melhoria do controle de autoridade”.

No Brasil, a expressão pode ser considerada inédita, já que a discussão sobre o assunto ainda é incipiente.

---

<sup>24</sup> No capítulo três, veremos como isso pode vir a ser aplicado à construção de um vocabulário controlado.

Durance (1993: 40) também define quais são os tipos de autoridade:

- a) nomes corporativos, suas histórias e funções;
- b) nomes de pessoas e uma biografia sobre elas;
- c) assuntos (incluindo nomes e local) e
- d) funções, ocupações e/ou formatos de material.

Segundo a autora (1993), todos esses tipos precisam de controle e podem ser definidos como pontos de acesso. O controle de autoridade tem um componente intelectual e dois componentes físicos. O componente intelectual define as questões técnicas, levando-se em consideração as possíveis relações entre os pontos de acesso (o que requer um determinado conhecimento para esse fim).

Em relação aos componentes físicos, o primeiro diz respeito ao sistema a ser utilizado, considerando-se as inter-relações que deverão existir e a necessidade de deixá-las claras para os usuários, pois “a habilidade para ligar a história dos documentos com a história de seus criadores é central para a descrição arquivística” (Durance, 1992:39, tradução nossa). O segundo componente está diretamente ligado à forma de entrada do registro autorizado no sistema<sup>25</sup>.

Roe (1993), como Durance (1993), também define três componentes para o controle de autoridade arquivístico. O primeiro componente analisado por Roe (1993) refere-se à consistência terminológica. Para a autora, esta consistência tornou-se mais clara aos arquivistas em função dos sistemas automatizados. O segundo componente refere-se à relação entre informação contextual e à recuperação da informação arquivística. A autora, para enfatizar a questão, cita David Bearman, Richard Lytle, Richard Szary e Max Evans que, em seus estudos, sempre ressaltaram a necessidade de fornecer informação contextual em registro de autoridade (Roe, 1993: 120).

O terceiro componente diz respeito a como representar as relações multidimensionais e de multiníveis entre as entidades. Para a Roe (1993: 121, tradução nossa), “nenhum arquivo é uma ilha” e os “documentos gerados por uma organização ou uma pessoa têm a curiosa tendência de aparecer em mais de uma instituição custodiadora”<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> No original, Durance (1992) define os três componentes como: *authority work, authority system and authority file*.

<sup>26</sup> O arquivo escolhido como estudo de caso da presente pesquisa é um exemplo do que Roe menciona em relação a documentos localizados em mais de uma instituição. Os documentos utilizados estão sob custódia da Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB. No entanto, há documentos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Arquivo Nacional.

Para Roe (1993:121, tradução nossa), a padronização possibilitaria recuperar esse tipo de informação, ou seja, “a aplicação de convenções consistentes de nomes certamente juntará esse material fisicamente disperso em uma base de dados comum e compartilhada”.

As considerações feitas pelas duas autoras estão no cerne da discussão da Norma internacional de registros de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e família ISAAR (CPF), que tratarei no item 2.2.1.

Em 2001, o artigo de Paterson intitulado *A perspective on indexing slaves's names* discute a questão do acesso a documentos sobre escravos e define uma metodologia para identificar os documentos por meio do nome do escravo e, assim, estabelecer as possíveis conexões entre os documentos.

Na Inglaterra, o Arquivo Nacional do Reino Unido, dentro do programa Access to Archives –A2A<sup>27</sup>, apresenta, em 2002, a primeira versão e, em 2003, a segunda versão do *Guidelines for Indexing and Authority Controlled Terms*, tendo como referência a *Rules for the construction of personal, place and corporates names* do National Council on Archives, publicada na década de 1990.

Na França, temos a publicação do *Thesaurus W, vocabulaire normalisé pour la description et l'indexations des archives administratives locales contemporaines* na década de 1980. Em 1997, foi disponibilizada a terceira edição do *Thesaurus W*, que pode ser considerado um exemplo em relação à indexação arquivística, pois apresenta a preocupação com o contexto histórico. Em 2007, ocorre um encontro regional intitulado *L'indexation dans les services d'archives, entre normes et pratiques*.

Em Portugal, a tese de doutoramento de Fernanda Ribeiro coloca em pauta a questão da definição de pontos de acesso, controle de vocabulário e indexação. Para a autora (1998), a associação da classificação, descrição e pontos de acesso é pré-condição para uma recuperação da informação eficaz. Nesse sentido, a parte II da sua tese, apresentada em 1998 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, dedica um item à discussão sobre pontos de acesso. A autora também ressalta que nem sempre a associação desses três fatores é considerada, dificultando o acesso.

---

<sup>27</sup> Segundo Nills Bruebach (2007), esse é um exemplo da mudança que pode ser observada a partir dos efeitos da tecnologia na área arquivística. A A2A - Access to Archives, segundo a autora, pode ser considerada um exemplo de instrumentos de pesquisa interinstitucionais para usuários.

### 2.2.1 Os pontos de acesso e as normas de descrição arquivística

Segundo Hagen (1998), a descrição da informação arquivística está sendo objeto de esforços de padronização, basicamente em função do impacto das novas tecnologias que possibilitam a troca de informação em ambiente WEB<sup>28</sup>.

Fox (2007), como Hagen (1998), concorda que, em função das novas tecnologias, o mundo dos arquivos se alterou. Argumentando em favor das normas, o autor expõe que os usuários são os mais afetados por essas transformações, por dois motivos. Primeiro, acreditam que os arquivistas estão usando as novas tecnologias para facilitar o acesso à informação nos arquivos, o que acaba se tornando um problema à medida que essa premissa não é uma total realidade. Segundo, o próprio usuário é um usuário constante dessa tecnologia no seu dia-a-dia, tornando-se um conhecedor de seus benefícios.

Além disso, Fox (2007) apresenta um novo tipo de usuário, o pesquisador virtual. Este objetiva ter um acesso virtual tanto aos instrumentos de pesquisa que o levam ao documento almejado quanto ao próprio documento digitalizado, por exemplo. Nesse sentido, a normalização se torna um imperativo, pois, em caso contrário, os instrumentos de pesquisa tornam-se verdadeiras “torres de babel” para o pesquisador.

Para o autor (2007), a adoção das normas traz vantagens: facilita o intercâmbio de informações entre as instituições arquivísticas e torna o trabalho mais eficiente e mais consistente, principalmente em relação à descrição. Em contrapartida, a ausência da normalização descritiva acarreta certa inconsistência, na medida em que cada arquivo decide o que é importante descrever e como registrar e indexar seus pontos de acesso. Essa ausência de normalização faz com que o usuário desista de usar o instrumento, pois a pesquisa torna-se uma atividade muito difícil.

Nesse sentido, Fox (2007: 27) pergunta: “quando os nomes de pessoas, lugares, organizações e assuntos são registrados e indexados diferentemente de arquivo para arquivo, como podem os usuários esperar localizar materiais relacionados em instituições arquivísticas?”. Ou seja, a ausência de uma metodologia e de diretrizes de padronização traz dúvidas ao usuário, e somente a normalização e a padronização podem responder a essa questão, pois diante de bases de dados e da facilidade do acesso às informações nos arquivos a consistência da informação apresentada torna-se um imperativo no trabalho arquivístico, como alerta Fox.

---

<sup>28</sup> Essa nova realidade implica a criação de metadados, ou seja, em estruturas que “descrevam e permitam acessar, gerenciar, compreender e/ou preservar outros dados ao longo do tempo” (Arquivo Nacional, 2005:116).

No entanto, essa questão já vem sendo, como afirma Hagen (1998), objeto de interesse da comunidade arquivística nos últimos anos. Essa preocupação pode ser observada na publicação das normas de descrição arquivística no Canadá e nos Estados Unidos, as quais estabelecem normas descritivas, bem como definem regras para padronização dos pontos de acesso definidos durante o processo de descrição.

Nos Estados Unidos, foi publicada pela Sociedade Arquivista Americana a norma para descrição e definição de pontos de acesso *Archives, Personal Papers, and Manuscripts: a cataloging manual for archival repositories, historical societies, and manuscript libraries – APPM* em 1983 e em 1989 foi publicada a segunda edição<sup>29</sup>. A norma está dividida em duas partes: *Description* e *Heading and Uniform Title*.

A maior parte da norma é dedicada à segunda parte, que está baseada nos capítulos 21 a 25 do *AACR2r*. No entanto, a própria norma alerta para a dificuldade do capítulo 21, que define os parâmetros para os pontos de acesso. Isto se deve principalmente às características distintas dos dois documentos.

O responsável pela autoria do documento bibliográfico, à exceção dos documentos anônimos, é definido justamente no momento de sua produção, diferentemente do documento arquivístico, que se baseia no princípio da proveniência. No entanto, a *APPM* indica a Library of Congress Name Authority File (LCNAF) como referência para a padronização de nomes e, na ausência do termo nesta base, a utilização dos referenciais indicados na *APPM*, baseada no *AACR2r*.

A regra básica da norma orienta que a padronização de um termo “esteja baseada no princípio da proveniência, a partir do nome de pessoas, família ou instituições responsáveis pela criação do documento” (Hensen, 1989: 38, tradução nossa).

A *APPM* no que se refere à padronização dos pontos de acesso, segue, na sua maioria, as orientações do *AACR2r*, apesar de algumas considerações feitas aos arquivistas em relação aos procedimentos a serem adotados. No entanto, mesmo seguindo à norma biblioteconômica a *APPM* orienta seus usuários, ou seja, os arquivistas, a nunca perderem de vista a questão da proveniência.

---

<sup>29</sup> Já com a pesquisa em fase de conclusão, tomei conhecimento e pude ter acesso à publicação da norma, *Describing Archives a Content Standard – DACS*, publicada pela Society of American Archivists em 2004, que substitui a *APPM*, utilizada por mais de duas décadas nos Estados Unidos. Em uma breve análise, dois pontos merecem destaque. O primeiro ponto é que ela contém todos os aspectos da *APPM*, excluindo a questão do “título uniforme”. O segundo, a norma está dividida em três partes: a de descrição, a de descrição de produtores e a de normalização de nomes, que se baseia na *AACR2r* para a padronização, fazendo ressalvas com na *APPM*.

No Canadá temos a publicação da *Rules for Archival Description – RAD* em 1990. Como a *APPM*, esta encontra-se dividida em duas partes. A primeira, denominada *Description*, e a segunda, *Heading and References*. A segunda parte da *RAD*, como a *APPM*, também se baseia no *AACR2r* para as escolhas dos pontos de acesso. Da mesma forma, leva em consideração o princípio da proveniência.

Outro fator em consonância com a norma americana refere-se ao que define como pontos de acesso, ou seja, ambas as normas excluem os assuntos. Elas especificam que somente tratarão de nomes de pessoas, famílias e instituições. A questão temática está ausente das normas. Essa ausência pode ser compreendida por meio da tradição arquivística de elaborar descrições consistentes que, a princípio, eram suficientes para o acesso aos documentos. No entanto, o aumento do volume de documentos e o aparecimento de novas tecnologias, e da própria WEB, fazem com que, além da descrição, ocorra a necessidade de elaboração de outros instrumentos de recuperação da informação.

Um fator deve ser ressaltado. A *RAD* não define como possível ponto de acesso o “título uniforme”<sup>30</sup>, porém a *APPM* sim. Isto significa estabelecer uma diferença entre indexar a instituição que publica um periódico e o próprio periódico. No entanto, o uso do “título uniforme” demonstra a forte influência biblioteconômica na *APPM*. Apesar da norma americana, ressaltar que raramente ocorrerá no conjunto arquivístico “várias manifestações... sob vários títulos”, orienta o uso do “título uniforme”, devendo ser utilizado “primeiramente na criação de entradas secundárias<sup>31</sup> ou cabeçalhos de assuntos<sup>32</sup>, e na catalogação de diferentes versões de manuscritos que tenham aparecido em várias manifestações” (Hensen, 1989:133, tradução nossa).

Cabe ressaltar, que a biblioteconomia distingue “título”, de “título uniforme”. O “título” pode ser uma palavra ou frase que aparece em um item, dando nome a este ou à obra nele contida (Ribeiro, 2006: 14). A arquivologia não tem, por tradição, dar “título” aos seus documentos. Somente com a publicação da ISAD(G): Norma Internacional de Descrição Arquivística – que o “título” passa a fazer parte do processo descritivo, inclusive como campo obrigatório.

---

<sup>30</sup> Título padronizado atribuído a obras muito conhecidas, divulgadas em diversas línguas, cujos títulos principais variam nas diferentes edições (Ribeiro, 2006: 15).

<sup>31</sup> Entrada que se acrescenta à entrada principal e que serve para representar um item no catálogo (Ribeiro, 2006: 7).

<sup>32</sup> Termo ou grupo de termos que serve à recuperação de unidade de descrição (Arquivo Nacional: 2005: 43).

Na *RAD*, a questão da proveniência é o norteador da escolha dos pontos de acesso. A norma ressalta a questão a todo o instante no capítulo referente à escolha do ponto de acesso:

As regras deste capítulo são usadas para determinar a escolha dos pontos de acesso que não são os assuntos pelos quais a descrição arquivística será identificada e procurada... O acesso pela proveniência nos pontos de acesso fornece acesso a nome de pessoa(s), família(s) ou instituição (ões) responsáveis pela criação e/ou acumulação e o uso da unidade (Bureau of Canadian Archivist, 2008: 21-3, tradução nossa).

No entanto, quando se refere à padronização, a diretriz seguida é a que consta no *AACR2r*, porém, da mesma forma que na *APPM*, faz considerações em relação aos aspectos arquivísticos.

Em oposição à *APPM* está a visão dos arquivistas ingleses que, em 1986, lançam o *Manual of Archival Description (MAD)* e se colocam contrários à idéia americana, julgando o *Código de Catalogação Anglo-Americano* inadequado para a descrição arquivística até mesmo na adaptação feita na norma americana (Society of American Archivist: 1994).

Em 1997, o Conselho Nacional de Arquivos do Reino Unido publicou uma norma para padronização de nomes, entidade e lugares intitulada *Rules for the construction of personal, place and corporate names*. Apesar de serem contrários à adoção do *AACR2r* para a descrição arquivística, essa rejeição não se aplicou à padronização. Pelo contrário, a norma afirma claramente que está baseada no *AACR2r*, porém fazendo ressalvas, inclusive discordando do código em determinados aspectos, como, por exemplo, na forma de entrada de nomes compostos.

Durante o *Invitational Meeting of Experts on Descriptive Standards* ocorrido no Canadá em 1988, surge a iniciativa de elaboração de uma norma internacional de descrição. A partir dessa data, foi criada uma Comissão *ad hoc* a qual, em 1996, durante o Congresso Internacional de Arquivo de Pequim, torna-se um comitê. O Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos fica então encarregado da revisão da *ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística*, elaborada pela comissão *ad hoc* publicada em 2000.

Fonseca (2006) refere-se a *ISAD(G)* como uma sistematizadora de procedimentos metodológicos já existentes. Ressalta que países como Estados Unidos e Inglaterra já haviam caminhado para uma padronização descritiva muito antes das discussões sobre a norma internacional. O mesmo se aplica ao Canadá, que sugeriu a criação de uma norma

internacional ao Conselho Internacional de Arquivos. Essa sugestão foi consubstanciada na publicação da *ISAD(G)*, que estabelece diretrizes gerais para a preparação de instrumentos de descrições arquivísticas<sup>33</sup>.

Segundo Fonseca (2006: 3), a *ISAD(G)* “criava com seus elementos de descrição a possibilidade de registro mais eficiente de informações que tradicionalmente já eram vistas como importantes”. Dessa forma, a aplicação da *ISAD(G)* tornaria mais eficiente a forma como as informações são disponibilizadas para o usuário, ou seja, as informações contidas nas diferentes descrições estariam organizadas sempre na mesma disposição, a exemplo do que ocorre na catalogação bibliográfica.

Paralelamente, a mesma comissão e, mais tarde, comitê elabora a *ISAAR(CPF): Norma internacional de registros de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e família*, que em 2004 foi apresentada durante o Congresso do Conselho Internacional de Arquivos de Viena em uma versão estendida da publicada em 1996, que tinha apenas três áreas.

Especificamente sobre a *ISAAR(CPF)* devem-se mencionar algumas questões. A primeira refere-se ao que Adrian Cunningham (2007) definiu: que ela impôs um marco divisório na descrição arquivística internacional.

Quando Durance (1993) e Roe (1993) discutem a necessidade de um controle de autoridade e afirmam que esse controle deve levar em consideração o contexto de produção, elas estão definindo as bases dessa norma, pois a *ISAAR (CPF)* coloca em evidência um dos aspectos mais importantes e que caracterizam o documento de arquivo, o seu contexto de produção, característica que também deve ser levada em consideração durante o processo de indexação.

Porém, a norma tem por objetivo oferecer uma estrutura para a normalização e a troca de descrições arquivísticas de produtores. Isto significa dizer que a questão de indexação não é o objetivo primordial da norma, mesmo prevendo como um de seus usos o controle e uso de pontos de acesso em descrições arquivísticas.

A *ISAAR(CPF)* é, sem dúvida, um avanço internacional na questão, e sugere “que regras e convenções para normalização de pontos de acesso sejam desenvolvidas nacionalmente ou para cada idioma” (Conselho Nacional de Arquivos, 2004 : 15). Como exemplo dessa orientação, pode-se citar as normas americana, canadense e inglesa.

---

<sup>33</sup> A *ISAD(G)* define que o objetivo da descrição arquivística é de identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos (Conselho Internacional de Arquivos, 2003).

O principal valor dessa norma reside em colocar em evidência uma atividade arquivística há muito praticada como parte integrante do processo descritivo, ou seja, a descrição do produtor do acervo. Tanto a *ISAD(G)* quanto a *ISAAR(CPF)* definem estruturas para distribuir informações que sempre estiveram contidas nos instrumentos de pesquisa, mas sem uma normalização que permitisse o intercâmbio das informações:

Quando algumas instituições mantêm documentos de uma dada origem, podem mais facilmente compartilhar ou associar informação contextual sobre essa origem se a informação for mantida de uma maneira normalizada. Tal normalização é particularmente vantajosa em nível internacional quando o compartilhamento ou a associação da informação contextual ultrapassa as fronteiras nacionais. O caráter multinacional do arquivamento no passado e no presente cria o incentivo para a normalização internacional que apoiará o intercâmbio de informação contextual (Conselho Internacional de Arquivos, 2004: 11).

No final da década de 1990 ocorreu na Universidade de Yale, um encontro intitulado *Archival Authority Information Meeting*. Segundo Gavan McCarthy (1999), foi uma iniciativa de um pequeno grupo de arquivistas norte-americanos e especialistas em tecnologia da informação que conseguiram reunir, além de representantes norte-americanos, representantes europeus e australianos, para discutir em um fim de semana a possibilidade de desenvolver para a *ISAAR(CPF)*, uma “International Standard for Digital Encoding of Archival Authority Records” (1999:5), à luz da desenvolvida para a *ISAD(G)*, denominada *Encoded Archival Description*<sup>34</sup>.

No Brasil, o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq)<sup>35</sup> vem se preocupando com a questão da padronização da descrição arquivística, por meio da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística<sup>36</sup>. Essa preocupação encontra-se consubstanciada nas publicações da *ISAD(G)* e da *ISAAR(CPF)*, publicadas, respectivamente, em 2001 e 2004.

Em 2006, o Conselho Nacional de Arquivos lançou a *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*, que inclui a *Área de pontos de acesso e indexação de assuntos*. A *NOBRADE* está baseada nas normas internacionais *ISAD(G)* e *ISAAR(CPF)*, agregando as

<sup>34</sup> É uma norma para o gerenciamento eletrônico de descrições arquivísticas (Fox, 2007: 4, tradução nossa).

<sup>35</sup> O Conselho Nacional de Arquivos é um órgão colegiado vinculado ao Arquivo Nacional criado pelo artigo 26 da Lei nº 8159, de 8 de janeiro de 1991, sendo regulamentado pelo decreto nº 4073, de 03 de janeiro de 2002. O Conselho “tem como finalidade: definir a política Nacional de arquivos públicos e privado; e exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo” (Brasil, 2002).

<sup>36</sup> Criada pela portaria nº 56, de 10 de setembro de 2001, “com o objetivo de elaborar normas nacionais de descrição em consonância com as normas internacionais” (Conselho Nacional de Arquivos: 2006).

preocupações dos profissionais brasileiros (Fonseca, 2006). Uma dessas preocupações foi consubstanciada na área dedicada a pontos de acesso e indexação de assuntos.

A área tem como objetivo “registrar os procedimentos para a recuperação do conteúdo de determinados elementos de descrição, por meio da geração e elaboração de índices baseados em entradas autorizadas e no controle de vocabulário adotado” (Conselho Nacional de Arquivos, 2006: 59).

A norma também estabelece o que será contemplado como assuntos no processo de indexação: nomes de pessoas físicas e jurídicas; eventos; áreas geográficas; períodos e assuntos, e orienta, em relação aos assuntos, que as instituições custodiadoras definam o tipo de indexação a ser feita, se pré-coordenada<sup>37</sup> ou pós-coordenada<sup>38</sup> em função do sistema de recuperação implementado.

Um fator relevante é que a norma inclui essa área em todos os níveis de descrição, possibilitando, caso a política de descrição da instituição custodiadora permita, iniciar o processo de indexação pelo nível mais baixo, que equivale à descrição de dossiê ou item documental. A operação resultaria em termos mais precisos e, conseqüentemente, em uma recuperação mais precisa por parte do usuário. É claro que isso não invalida uma recuperação também eficiente, caso a indexação somente ocorra nos níveis mais altos, ou seja, de descrição de fundo, série ou subsérie, pois, neste caso, os termos definidos como pontos de acesso são eleitos durante o processo de descrição, possibilitando também a precisão.

A *NOBRADE* orienta para a criação de índices onomásticos: o uso da *ISAAR (CPF)* no que se refere às formas autorizadas de entrada de nomes; aproximar-se das normas americana, inglesa e canadense ao orientar a consulta ao *AACR2r* e também sugere a consulta às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e ao *Vocabulário onomástico da língua portuguesa*, publicado pela Academia Brasileira de Letras, para atualização dos nomes.

Em relação à modernização dos nomes, devemos traçar duas considerações. A primeira refere-se à prática de atualização dos nomes, pois em muitos casos, principalmente nos arquivos pessoais, não é bem recebida em função do caráter histórico de que se revestem esses arquivos. A segunda refere-se à discussão feita no primeiro capítulo em relação ao nome

---

<sup>37</sup> Os termos de indexação são combinados previamente. Geralmente são utilizados em sistemas não automatizados e conhecidos como cabeçalho de assuntos.

<sup>38</sup> Os termos de indexação são combinados no momento da busca. Geralmente são utilizados em sistemas automatizados quando o próprio usuário combina os assuntos que deseja recuperar.

próprio, quando é discutida a questão da assinatura e o caráter jurídico de prova, fornecendo a este documento nomeado uma autenticidade única e intransferível.

Em função do que representa o nome próprio e dos recursos tecnológicos disponíveis para as remissivas, a necessidade da atualização onomástica instaura um debate que, no caso da arquivologia ainda se encontra circunscrito ao âmbito de cada instituição. No entanto, para efeitos de padronização e normalização, definir uma única forma de grafia facilitaria a busca e o acesso, via *WEB*, pelo usuário.

Em relação à entidade jurídica, também devem-se tecer algumas considerações. O exemplo utilizado pela *NOBRADE* é questionável, pois a orientação para a padronização proposta vem das normas biblioteconômicas. No caso de “entidades do poder executivo, superiores na hierarquia administrativa de um governo” (Ribeiro, 2006: 24-16), a norma biblioteconômica impõe a entrada pelo país ao qual pertence a entidade. Nesse sentido, o exemplo “Ministério do Trabalho” suscita questionamento, pois, independente do nível de descrição ao se padronizar o ponto de acesso, esse deve ser sempre utilizado.

Do ponto de vista da indexação e padronização, uma regra do *AACR2r* (Ribeiro, 2006: 22-5) deve ser sempre a de que, uma vez “estabelecida a forma de entrada... esta será sempre a mesma, tanto para um entrada principal como para uma entrada secundária”, inclusive se essa entrada for o assunto.

A questão acima mencionada somente será resolvida quando o Brasil tiver, a exemplo dos Estados Unidos, do Canadá e do Reino Unido, normas de padronização dos pontos de acesso. O primeiro passo já foi dado quando a questão foi levantada pelo presidente do Conselho Nacional de Arquivos – Conarq –, durante reunião em 2006. Registrou-se, na ocasião, a necessidade, além da continuação do trabalho de normalização, da formulação de outras normas, dentre elas “a de controle de linguagens e indexação, entrada de nomes de pessoas, famílias e instituições” (Conselho Nacional de Arquivos, 2006: 5). A recomendação do presidente do Conarq trouxe para o âmbito do Conselho práticas já adotadas em instituições arquivísticas como a Fundação Casa de Rui Barbosa.

No mesmo ano, em outra reunião do Conarq, o presidente da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística – CTDA propôs o seguinte programa de trabalho para os futuros membros da Câmara, alertando que essas considerações que compõem o programa não são da CTDA, mas elencadas em função de terem sido colocadas a ele em algum momento:

- 1) Elaboração de norma com entrada de nomes, não tanto por causa de nomes de pessoas, mas em relação a entidades coletivas;
- 2) Elaboração de diretrizes sobre instrumentos de pesquisa;
- 3) Diretrizes sobre indexação;
- 4) Estudo sobre a necessidade de se adaptar ou elaborar algum tipo de norma nacional relativamente a registro de autoridade (Conselho Nacional de Arquivos, 2006: 4).

A fala do presidente do Conarq e o programa de trabalho podem ser o primeiro passo para o que foi definido como procedimento na *NOBRADE*. A norma estabelece a necessidade de uma linguagem controlada e a construção de um vocabulário controlado, sugerindo que sejam feitos a definição do termo, quando for possível, e o registro de uma nota de escopo (Conarq, 2006).

Ainda cabe mencionar que o incentivo à normalização, no Brasil, se faz presente não só pela intensa divulgação da *NOBRADE* por meio de oficinas realizadas em diferentes cidades do país pela Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística, mas também por meio da Resolução do Conarq nº 27, de junho de 2008. Esta define, no inciso IV do artigo 6º, que os programas de gestão de documentos arquivísticos, em todas as esferas do governo, deverão contemplar, obrigatoriamente, as:

diretrizes para a normalização de instrumentos de pesquisa ou de recuperação de informações com base na Norma Brasileira de Descrição Arquivística – *NOBRADE*, aprovada pelo CONARQ, para garantir o acesso à documentação de valor permanente (Conselho Nacional de Arquivos, 2008).

### **2.2.2 A indexação no cenário arquivístico brasileiro**

Durante o *VI Congresso Brasileiro de Arquivologia*, em 1986, foi apresentado um trabalho intitulado *O Desafio da indexação nos arquivos permanentes textuais*, que discutia a questão da indexação. As autoras afirmaram que a motivação para a apresentação do trabalho era seu ineditismo. Mesma explicação utilizada para a ausência de uma bibliografia de referência.

Helena Ferrez, do Museu Histórico Nacional, Jerusa Araújo e Rosely Rondinelli, da Fundação Casa de Rui Barbosa, analisam a questão da indexação afirmando que o tema está tradicionalmente sob o domínio dos bibliotecários – realidade que, de certa forma, permanece até hoje. Segundo as autoras, um dos motivos para a ausência dessa atividade reside no

pressuposto de que a indexação é feita em documentos individuais, enquanto os arquivos trabalham com conjuntos documentais.

As autoras (1987: 191) questionavam a necessidade de elaboração de índices com o objetivo de “dar voz ao texto encerrado” nas descrições. No entanto, consideram a questão como um elemento principal ao se falar de índices onomásticos. Além disso, as autoras abordam os motivos pelos quais se deve estudar a questão da indexação nos arquivos: a automação e o “boom” da história das mentalidades, voltada para o estudo do cotidiano. Segundo as autoras, a questão da uniformização dos termos deve ter como foco principal o usuário.

Também em 1986, ocorre o curso *Indexação e tesouro em arquivo*, promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros.

Quase 20 anos depois temos a publicação do livro de Johanna W. Smit e Nair Yumiko Kobashi, em 2003, intitulado *Como Elaborar Vocabulário Controlado para Aplicação em Arquivos*. A obra tem por objetivo orientar o arquivista para a construção de vocabulário controlado na área e pode ser considerada a primeira publicação específica para área de arquivo cujo tema é vocabulário controlado.

Durante o VI Congresso de Arquivologia do Mercosul ocorrido no Brasil, a questão da indexação e da recuperação da informação foi abordada. Rose Tenório de Oliveira (2005: 6), da Fundação Oswaldo Cruz, abordou, ao longo de sua comunicação, “a questão da elaboração de inventários de fundos arquivísticos e a produção de seus índices”. Para a autora (2005: 6), “os inventários analíticos devem conter índices, [...] que se configurem em listas de nomes, assuntos e lugares. Embora evidente, devido ao próprio tipo físico do inventário – documento impresso, enfatizamos que o índice para um inventário deverá ser um índice interno. Pois, acompanhará o inventário, constituindo-se num complemento deste”.

Neste mesmo evento, Lucia Maria Velloso de Oliveira, da Fundação Casa de Rui Barbosa, abordou a questão da recuperação da informação. Para autora (2005:7), dentro de uma realidade em que as informações são veiculadas por meio de bases de dados “há de se considerar como pontos de acesso os assuntos nos conteúdos dos documentos com a mesma relevância com a qual analisamos pontos de acesso tradicionalmente mais utilizados no cenário arquivístico”.

Em 2006, o XIV Congresso Brasileiro de Arquivologia, organizado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, apresenta uma mesa-redonda intitulada *Normas e padrões para a Gestão e Descrição Arquivística*, onde a recuperação da informação esteve presente

em duas comunicações. A primeira sobre a *NOBRADE* e a segunda sobre a indexação e a descrição em arquivos.

Com um teor mais voltado para o ambiente *WEB* ocorreram, o *I e II Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivísticas*, respectivamente em 2005 e 2007, organizado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros. Em ambos os encontros, a questão da recuperação da informação esteve presente. O II Encontro foi marcado pelas conferências de Theo Thomassen e Terry Eastwood sobre a teoria arquivística frente ao cenário digital e pelo curso de Michael Fox sobre a *Encoded Archival Description – EAD* e a *Encoded Archival Context – EAC*<sup>39</sup>.

Essa tendência também começa a aparecer nos periódicos da área, como a revista *Arquivo & Administração* e a revista *Acervo*.

A revista *Arquivo & Administração*, nas suas últimas edições aborda a questão da indexação. Em 2006, é publicado o texto de Maria Luiza Campos intitulado *Indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informações*.

A autora, dentro de uma linguagem interdisciplinar, traça paralelos entre as práticas arquivísticas, como a descrição arquivística e a prática biblioteconômica de catalogação e indexação. Nesse sentido, a Arquivologia congrega em uma única atividade duas operações: a descrição de dados objetivos e intelectuais ou descrição física e temática.

A descrição física pode ser entendida como os aspectos não subjetivos dos documentos, ou seja, o autor, a data, o local que constam no mesmo e, dessa forma, não há interpretação para a definição do ponto de acesso. Já a descrição temática refere-se aos aspectos subjetivos que, além da temática ou do assunto do documento, pode, inclusive, vir a ser o nome de uma pessoa ou instituição ou mesmo um local sendo necessária uma análise interpretativa para a definição do ponto de acesso (Campos, 2006).

Campos (2006: 18) tem por objetivo problematizar os conceitos de indexação e descrição arquivística “que atualmente vêm sendo apresentados na literatura arquivística contemporânea..., situando o ‘*locus*’ onde estes dois conceitos são formados, ou seja, as bibliotecas e os arquivos”. Na realidade, ela trouxe à tona uma discussão que já perpassava a literatura arquivística internacional e a prática nacional.

A autora faz uma discussão teórica em relação à indexação, apresentando uma linha para o tratamento dos pontos de acesso, e define critérios para uma política de indexação. Alerta para um dos equilíbrios mais complexos no processo de indexação: a questão da

---

<sup>39</sup> É uma norma para o gerenciamento de informação arquivística de autoridade do tipo definida na ISAAR (CPF) (Fox, 2007: 53).

revogação e da precisão, ou seja, a relação do quanto é recuperado no menor tempo possível com o maior número de registros o mais próximo dos critérios estipulados para busca. Nesse sentido, quanto mais o termo escolhido para ponto de acesso se aproximar do conteúdo do documento, mais precisa será a busca.

Além disso, a autora define os elementos que deverão ser considerados em uma política de indexação: a cobertura de assuntos, o processo de indexação, e a escolha da linguagem. O primeiro diz respeito ao conhecimento que se deve ter do usuário do acervo a fim de determinar os termos a serem utilizados na indexação.

O segundo diz respeito aos critérios a serem utilizados durante a indexação, como, por exemplo, o número de termos, ou seja, se a indexação será mais específica ou mais exaustiva. O terceiro refere-se ao tipo de linguagem a ser utilizada, se natural ou controlada, e se será pré ou pós-coordenada. Essas escolhas estão diretamente ligadas ao sistema escolhido para a recuperação da informação.

A revista *Acervo*, do Arquivo Nacional, em 2007, lança uma publicação voltada para a questão das normas e aborda a questão da indexação. Os artigos da revista estão, em sua grande maioria, voltados para a questão da necessidade de adoção das normas descritivas *ISAD(G)* e *ISAAR(CPF)*, possibilitando à comunidade arquivística brasileira conhecer o que a internacional está fazendo e pensando sobre as normas. Em comum aos artigos está a declarada defesa em adotar normas. Michael Fox, já mencionado neste capítulo, diz ser o Brasil afortunado por ter a NOBRADE.

Especificamente sobre padronização de pontos de acesso, o artigo de Maria José Santos merece destaque, pois, além de fazer um histórico sobre o assunto, dedica um item à questão da padronização de entidades coletivas. Segundo a autora (2007: 64), a questão é objeto de debate na biblioteconomia a ponto de, desde 1976, a International Federation of Library Association and Institutions (IFLA) vir estudando a questão por meio de um grupo de trabalho ocupado em definir internacionalmente o padrão (forma e estrutura) para a entrada dessas entidades.

No entanto, uma resolução definitiva ainda não foi divulgada, apenas recomendações às agências bibliográficas nacionais que: levem em consideração os aspectos culturais e lingüísticos; a vinculação dos nomes corporativos a um número internacional a fim de facilitar o intercâmbio; e que coloquem como centro das decisões o usuário (Santos, 2007).

Tais recomendações podem vir a servir de exemplo para a área arquivística enquanto não se define a questão. Neste caso, não apenas dos nomes corporativos.

Por fim, a autora (2007) aponta o AACR3 ou *Resource Description and Access (RDA)*, a ser publicada em 2009, como uma possível solução ao problema.

A conclusão que se pode chegar a partir do que foi analisado neste item é que, em termos internacionais, a questão do controle de autoridade e da indexação já se faz presente desde a década de 1980, quando Lytle defende sua tese. Em âmbito internacional, os debates sempre tiveram como foco a questão da proveniência, do contexto e da necessidade de normalização a fim de viabilizar o intercâmbio de informações entre as instituições; além disso, a preocupação com o usuário permeia as discussões.

Também fica evidente na literatura internacional uma forte influência da biblioteconomia devido à adoção do AACR2r, apesar de nunca se perder de vista os aspectos teóricos arquivísticos.

Outro fator refere-se à normalização em relação à descrição, com as publicações das normas *ISAD(G)*, *ISAAR(CPF)* e mais recentemente, apesar de não ter sido objeto de análise ao longo do trabalho, a *ISDF: Norma internacional para descrição de funções*, publicada no Brasil, pelo Conarq, em 2008.

Por outro lado, em âmbito nacional, essa preocupação e mesmo as discussões sobre indexação e controle de autoridade ainda têm muito que avançar. Aqui podemos ter como marco da discussão o texto de Ferrez, Araújo e Rondinelli, que se propuseram a discutir o assunto em relação aos arquivos. No entanto, as iniciativas de instituições arquivísticas, como a Fundação Casa de Rui Barbosa, e a do próprio Conselho Nacional de Arquivos, com a publicação da *NOBRADE*, podem ser consideradas um avanço ao se mencionar a questão da indexação e do controle de autoridade.

A pesquisa resultou em uma cronologia (Anexo 1), que não se pretende exaustiva, mas contém as principais referências em torno do tema indexação e controle de vocabulário, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

### **2.3 A Arquivologia e a definição dos pontos de acesso**

Nos dois itens anteriores, foi analisada a questão da indexação como campo de estudo tanto da biblioteconomia quanto da arquivologia. Problemas e linhas de atuação foram mencionados, além da diferença entre os dois documentos que interferem nas decisões de descrição, organização e também de indexação. É claro que muito do que está consagrado nas

normas internacionais biblioteconômicas deve ser considerado e até aplicado, porém essa tarefa não deve desconsiderar questões arquivísticas.

Nesse sentido, seguir o AACR2r sem a devida crítica em relação aos aspectos arquivísticos à luz do que é feito nas normas americana, canadense e inglesa e até mesmo do debate existente entre os próprios bibliotecários, conforme citado por Santos (2007), seria incorrer em um erro que o próprio Conarq já alertou por meio de sua Câmara Técnica ao definir o programa de trabalho para os futuros membros da Câmara.

Ao se pensar em definir e padronizar pontos de acesso, alguns conceitos arquivísticos devem ser considerados, como o da proveniência e respeito aos fundos que trazem implícita a questão do contexto arquivístico. Além disso, a relação entre autor e produtor deve ser olhada com atenção. Neste caso, a diplomática pode ser um excelente auxiliador, além de ser um recurso para ajudar o arquivista a definir os pontos de acesso durante a descrição do documento de arquivo.

Segundo Fonseca (2005), existem dois níveis de informação nos arquivos. Um referente ao que está no próprio documento, que do ponto de vista da indexação contém os principais pontos de acesso e o assunto principal; e, outro, a informação contida “no arquivo em si, naquilo que o conjunto, em sua forma, em sua estrutura, revela sobre a instituição ou sobre a pessoa que o criou” (2005: 59). Ou seja, as informações contextuais que também precisam estar presentes durante a definição dos pontos de acesso.

Segundo Rousseau e Couture (1998: 79), “um princípio é uma lei aplicável para tudo, por todos e em todas as situações” e o princípio da proveniência se insere nessa definição. O conceito surge na França, em 1841, quando o historiador Natalys de Wally, chefe da seção administrativa dos arquivos departamentais do Ministério do Interior, define instruções para o tratamento dos documentos:

reunir os documentos por fundos, isto é, reunir todos os títulos (todos os documentos) provindos de uma corporação, instituição, família ou indivíduo, e dispor em determinada ordem os diferentes fundos...documentos que apenas se refiram a uma instituição, corporação ou família não devem ser confundidos com o fundo dessa instituição, dessa corporação ou dessa família ... (Wally apud Duchein, 1986: 16).

Deste então, o princípio é aplicado mundialmente nos arquivos. Em 1898, o *Manual dos Arquivistas Holandeses* (1973:18) define que o arquivo é um todo orgânico. Nesse sentido, ratifica a orientação de Wally em função de definir que os documentos produzidos e acumulados por determinada entidade não devem ser separados, nem misturados a outros.

Sendo assim, a forma de acumulação de cada arquivo deve ser respeitada e conhecida pelo arquivista que irá organizar o fundo de arquivo. Segundo o *Manual* (1973), cada arquivo tem uma personalidade e uma individualidade própria. A indexação deve respeitar esse princípio.

Rousseau e Couture (1998) ressaltam que a aplicação desse princípio também favorece a recuperação da informação:

Bearman e Lytle demonstraram-no bem ao explicarem que o conhecimento do organismo criador, da sua missão, do mandato, das actividades, do funcionamento, do estilo de gestão, das relações existentes entre estas componentes são outros fatores susceptíveis de facilitar a recuperação da informação contida nos documentos (Rousseau e Couture, 1989: 85).

Do princípio da proveniência surge outro princípio: o de respeito aos fundos que têm sua origem na aplicação do primeiro, sendo, nesse sentido, uma definição muito similar<sup>40</sup>.

Segundo Duchein (1982), o respeito aos fundos:

consiste em manter grupados, sem misturá-los a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica: é o que se chama de fundo de arquivos dessa instituição, dessa corporação ou dessa família (Duchein, 1982: 10).

A partir desse princípio de organização intelectual, como mencionou Rousseau e Couture (1998), Duchein (1982) definiu duas posições para a definição de fundos em relação à hierarquia dos produtores de arquivo: a maximalista e a minimalista.

A primeira define o fundo pelo seu nível mais alto, ou seja, todos os documentos produzidos por um único órgão, como um ministério, compõem o fundo desse ministério, ou ainda, todos os documentos de um estado formam um único e imenso fundo.

A segunda define o fundo pelo nível da menor partícula funcional possível, o que significa dizer que a menor seção pode vir a se constituir enquanto fundo.

As duas visões implicam problemas metodológicos. Nesse sentido, Duchein (1982) propôs critérios para a definição do organismo produtor de fundos de arquivo. O primeiro critério refere-se à personalidade jurídica própria. Para constituir um fundo arquivístico, esse deve ser fruto de um ato preciso e datado. Este critério, a princípio, exclui as pessoas físicas; no entanto, a discussão feita no primeiro capítulo, sobre a necessidade de papéis de

---

<sup>40</sup> Para muitos arquivistas, falar sobre o princípio da proveniência é o mesmo que falar de respeito aos fundos; já para outros são princípios distintos. Não pretendo entrar nesta discussão. Apenas chamo atenção para essa relação de proximidade.

identificação a fim de provar a própria existência, recolocam as pessoas físicas, sob tal critério.

O segundo critério refere-se à definição de atribuições devidamente legitimadas. No terceiro, a questão hierárquica e de subordinação deve ser definida por um ato que o constituiu. A quarta refere-se à questão das competências e atribuições do cargo. A quinta e última refere-se à organização interna. Todos devem conhecê-la, por meio de um organograma.

A adoção desses critérios, segundo Duchein (1982), acarreta quatro conseqüências. A primeira diz que as divisões e seções de um organismo não podem ser consideradas fundos de arquivo. Nesse sentido, exclui a visão minimalista da definição de fundo quando esta busca a menor unidade organizacional.

Porém, a segunda conseqüência ressalta que, se o órgão possui existência jurídica e nível de competência próprio, esses podem ser considerados fundos de arquivo. O que significa dizer que, caso essa menor unidade de organização seja dotada de personalidade jurídica, pode ser considerada um fundo de arquivo.

A terceira conseqüência é que órgãos locais dependentes de um organismo central produzem fundo de arquivo.

A quarta conseqüência refere-se à possibilidade de se estabelecer subordinação entre fundos em função da hierarquia entre organismos.

Reside nesta dupla visão de organização intelectual dos arquivos o questionamento que faço em relação a padronizar os nomes e ainda manter o respeito aos conceitos arquivísticos. Esse questionamento se aproxima da preocupação do presidente da Câmara Técnica quando ressalta o problema da padronização em relação a entidades coletivas.

Se, por um lado, for adotada a visão maximalista pelo viés de que todos os documentos formam um único fundo de um Estado para definição de pontos de acesso e orientação de padronização de nomes, significa dizer que ele se enquadra no código AACR2r quando define os tipos de subordinação e hierarquia e estabelece que a entrada deve ser pela jurisdição a qual pertence o órgão, no caso o fundo. Porém, se dentro dessa mesma visão o fundo for entendido como um único órgão, seguir o AACR2r poderia representar um equívoco, segundo os critérios e as conseqüências analisadas por Duchein (1982) para caracterizar um fundo.

De certa forma, ao padronizarmos o nome de uma pessoa que ocupa um cargo oficial, a mesma relação pode ser estabelecida, afinal ela está produzindo documentos em função do cargo que ocupa na administração. Por exemplo, o cargo de governador de um estado. Nesse

sentido, a entrada pela jurisdição<sup>41</sup> inclui esses documentos em um único e enorme fundo arquivístico, além de dotar de personalidade jurídica a pessoa física.

No caso dos arquivos pessoais, isso significa dizer que teríamos a entrada pela jurisdição quando estivéssemos padronizando o nome de uma pessoa ou de uma instituição independente se ela é o assunto ou o autor do documento.

Por outro lado, se for adotada a forma minimalista em que o fundo é reduzido ao nível da menor partícula funcional possível, a padronização não poderia seguir as orientações do *AACR2r*, já que ela estabelece hierarquias de subordinação entre os diferentes órgãos de uma mesma instituição. Também neste caso deve-se estar atento aos critérios e às conseqüências enunciados por Duchein (1982) ao discutir um fundo.

A questão está em observar os critérios e as conseqüências levantadas por Duchein (1982) em relação à orientação do *AACR2r* a fim de definir um padrão de entrada que esteja em consonância com os aspectos teóricos arquivísticos.

No meu entender, a questão da jurisdição não deve servir como parâmetro para iniciar o cabeçalho de uma entidade coletiva, mas sim o nome da entidade seguida da jurisdição entre parênteses. Dessa forma, a leitura do cabeçalho estaria em consonância com a prática arquivística, pois levaria em consideração a discussão sobre a hierarquia dos organismos produtores de arquivo feita por Duchein (1982), bem como facilitaria (tornando mais eficaz e rápida) a busca do usuário que não tem por que ser conhecedor de normas de padronização para executar sua pesquisa.

O princípio da proveniência também traz outra questão para a definição dos pontos de acesso, a questão do contexto arquivístico. Segundo Thomassen (2006), o contexto arquivístico:

são todos os fatores ambientais que determinam como os documentos são gerados, estruturados, administrados e interpretados. Os fatores ambientais que determinam diretamente os conteúdos, formas e estrutura dos registros podem ser diferenciados em contexto de proveniência, contexto administrativo e contexto de uso. Estes fatores são, cada um a seu tempo, determinados pelo contexto sócio-político, cultural e econômico (Thomassen, 2006: 10).

---

<sup>41</sup> Em sentido lato, jurisdição quer significar todo *poder* ou *autoridade* conferida à pessoa, em virtude da qual *pode conhecer* de certos negócios públicos e *os resolver*. E neste, *poder*, em que esse estabelece a *medida das atividades funcionais* da pessoa, seja juiz ou *autoridade* de outra espécie, se entendem incluídas não somente as atribuições relativas à matéria, que deve ser trazida a seu conhecimento, como a extensão territorial, em que o mesmo poder se exercita. [...]. Assim, é a jurisdição compreendida: a) quanto ao órgão que a exercita: federal e estadual (Silva, 2007: 802).

O contexto de proveniência refere-se ao contexto de produção de documentos em relação ao produtor do acervo e pode ser encontrado nas normas descritivas *ISAD(G)*, *NOBRADE* e *ISAAR(CPF)*. Nas duas primeiras, nas áreas de contextualização e de conteúdo e estrutura. Na segunda, na área de descrição.

Rego e Silva (2007), ao analisarem a questão da preservação da correspondência eletrônica, os e-mails, em laboratórios científicos, alertam para o aspecto do contexto afirmando que se deve levar em consideração essa noção para que os e-mails sejam considerados documentos de arquivos.

O contexto de administração refere-se à integridade dos arquivos e ao modo como o produtor do arquivo mantém essa integridade. O contexto de uso está diretamente ligado ao usuário dos arquivos e como suas necessidades serão atendidas.

O contexto sociopolítico, cultural e econômico “é tudo aquilo que influencia os fatores ambientais, determinando diretamente o conteúdo, forma e estrutura dos documentos arquivísticos” (Thomassen, 2006: 11). Isto significa dizer que, no século XIX, não havia a preocupação com o documento digital em função de não existir tal tecnologia, ou seja, as mudanças ao entorno dos produtores dos acervos influenciam a maneira como essas atividades serão registradas e armazenadas, e, conseqüentemente, recuperadas.

A questão do contexto precisa ser considerada durante o processo de indexação, pois a definição de um ponto de acesso pode vir a ser estabelecida apenas compreendendo o contexto em que foi produzido o documento, ou seja, nem todo o ponto de acesso está explícito no documento. Pelo contrário, em muitos casos, e principalmente nos arquivos pessoais, a definição de um ponto de acesso somente poderá ser feita após se compreender o contexto sociopolítico em que o produtor do documento se insere.

Em muitos casos, somente instaurando o documento naquilo que Fonseca (2005) denominou “segundo nível de informação” é que se poderá definir um ponto de acesso. Nesse sentido, poderá ser definido um descritor que abarque a informação implícita ao documento em função do seu contexto de produção. No terceiro capítulo, será mostrado como isto se aplica ao processo de construção de um vocabulário controlado.

Uma das questões mencionadas no primeiro capítulo refere-se ao debate sobre a *escrita de si* abordada por Foucault (2006). Além disso, a questão sobre *identidade e evidência de si* inscreve-se no debate sobre o indivíduo enquanto *produtor* e *autor* de registros, em outras palavras, de documentos que têm como principal função retratar a própria existência.

A princípio, termos semelhantes; para a arquivologia, distintos.

O produtor, diz respeito àquele que acumulou a documentação ao longo de sua vida. No entanto, essa documentação pode ser ou não de sua autoria, ou seja, ele pode não ser o responsável intelectual, o autor do documento.

O auxílio para a definição dessa questão pode estar no uso da diplomática como recurso para definição de pontos de acesso.

A arquivista Duranti (apud Rondinelli, 2002: 45-46) alerta que o objeto da diplomática é o documento arquivístico e que este documento é passível de análise, na qual algumas características que corroboram o documento ou a informação como sendo arquivística podem ser observadas.

A diplomática pode ser entendida como um corpo de conceitos e métodos, originalmente desenvolvidos nos séculos XVII e XVIII, que tinha como propósito provar a fidedignidade e a autenticidade dos documentos.

Ao longo do tempo, ela “evolui para um sistema sofisticado de idéias sobre a natureza dos documentos, sua origem e composição, suas relações com as ações e pessoas a eles conectadas e com o seu contexto organizacional, social e legal” (Duranti e Macneil apud Rondinelli, 2002: 45-46).

Duranti (1995) aponta três pessoas que concorrem para a formação de um documento arquivístico: o autor, o destinatário e o escritor<sup>42</sup>. Esses três personagens podem ser encontrados em um documento e precisam ser reconhecidos para que os pontos de acesso sejam corretamente definidos.

O primeiro, o autor, é a pessoa responsável pela criação intelectual do documento. Em muitos casos, o documento surge por ordem dele. Geralmente o autor do documento é aquele que assina, ou seja, o autor do fato mencionado no documento, porém em alguns casos isso não ocorre. Nesse sentido, temos a pessoa que documentou o ato e a responsável intelectual pelo ato (Duranti, 1995). Um exemplo disso são os escribas responsáveis pelo registro, mas não pelo fato que o gerou. Em alguns documentos, encontramos a referência “escrito por”, “por ordem de” demonstrando essa dupla autoria.

O autor do documento pode aparecer de forma impessoal no cabeçalho, no início do texto ou em uma seção definida, ou na assinatura do documento.

O segundo, o destinatário, é a pessoa a qual o documento se dirige (Duranti, 1995). No entanto, em alguns casos, autor e destinatário são a mesma pessoa, como no caso dos diários

---

<sup>42</sup> As categorias de autor e escritor são, nesta pesquisa, definidas no âmbito de entendimento da teoria arquivística e nas definições dadas pela ciência da diplomática, excluindo-se outros entendimentos.

mencionados no primeiro capítulo. Geralmente, o nome do destinatário aparece na parte superior de um documento ou no texto, ao fim ou no verso do documento.

O terceiro é o escritor do documento, ou seja, o responsável pelo conteúdo e articulação do que foi escrito. O escritor do documento tanto pode ser o autor quanto a pessoa delegada pelo autor. Geralmente, o nome do escritor aparece ao fim do documento ou à esquerda ou, ainda, no lado superior esquerdo do documento (Duranti, 1995).

Conhecer essas categorias diplomáticas de pessoas, bem como a localização da informação no documento influi na qualidade da definição dos pontos de acesso, além de evitar erros de definição, como, por exemplo, definir, como autor, o destinatário, ou mesmo definir duas autorias em que uma é o autor e a outra, o destinatário.

Outro aspecto da diplomática que deve ser considerado para a definição dos pontos de acesso refere-se aos aspectos extrínsecos e intrínsecos. A diplomática permite que se faça a crítica ao documento no que se refere a esses aspectos. O primeiro, em relação ao aspecto físico do documento. Por exemplo, o suporte, as características do texto, a linguagem utilizada e os selos; e o segundo em relação ao conteúdo, ou seja, como é estruturado o conteúdo intelectual do texto.

Não obstante todos esses elementos concorrerem para definir pontos de acesso, a questão da linguagem merece um olhar mais atento, pois, para o processo de indexação, é de extrema importância, principalmente em função da terminologia.

Segundo Duranti (1995), a linguagem é objeto de interesse dos arquivistas contemporâneos pelo viés social:

Diferentes grupos sociais utilizam diferentes formas de redação e diferentes vocabulários e, dentro de cada um deles, adotam-se estilos formais ou informais segundo a finalidade e a função dos documentos criados. Não há dúvida da existência de estilos oficiais, jornalístico, comerciais, científicos e coloquiais (Duranti, 1995: 156, tradução nossa).

O conhecimento desse tipo de característica permite observar que a mesma pessoa pode ocupar esses diferentes espaços sociais, mudando sua forma de escrever. Uma única correspondência pode conter mais de um estilo e tratar de diferentes assuntos que podem transitar da esfera coloquial à oficial ou vice-versa. Encontrar o contexto em que o documento foi produzido poderá definir maior especificidade ao processo de indexação.

Por fim, o caráter intrínseco que se refere aos elementos internos do documento. Esse conteúdo é sempre apresentado dentro de uma estrutura que pode ser observada, entendida e

utilizada para definir pontos de acesso. A primeira parte do documento, denominada de *protocolo* contém o contexto administrativo da ação que gera o documento. A segunda parte é o *texto* que descreve ação que gera o documento. A terceira é o *escatocolo*, que contém o contexto documental da ação (Duranti: 1995).

O texto é a parte central do documento. Nele encontramos “a manifestação da vontade do autor, da evidência do ato, e da memória dele” (Duranti, 1995:164, tradução nossa). Do ponto de vista da indexação, é a área onde definimos os assuntos principais. Nas outras partes, retiramos nomes de lugares, autor, destinatário, data, e dependendo do documento, o assunto do mesmo, pois alguns documentos oficiais trazem no protocolo o assunto principal a ser abordado no texto.

Como Duranti (1995), Berwanger e Leal (1991: 19-20) apontam três partes na qual um documento está dividido. O *protocolo* subdividido em: invocação divina; intitulação e saudação. O *texto*, considerado pelos autores como a “alma do documento”, subdividido em: preâmbulo; notificação; narrativa; dispositivo e cláusulas finais. O *escatocolo*, o trecho final do documento, subdividido em: data cronológica e validação.

A questão para o arquivista-indexador é conhecer a diplomática e saber reconhecer, no documento, os pontos de acesso para defini-los de forma a atender os usuários do sistema com eficiência e precisão, no menor tempo possível.

Isso também representa ter um conhecimento do seu usuário. Outra questão, no Brasil, pouco discutida. Mas, sem dúvida, o perfil de usuário sempre deve ser considerado no momento da definição dos pontos de acesso. Conhecer o público a quem se destina a indexação define a eficiência do trabalho, mesmo que esse usuário seja virtual, como menciona Fox (2007).

A indexação não é uma tarefa fácil. Os diferentes posicionamentos vistos ao longo deste capítulo, principalmente, na biblioteconomia, demonstram isso.

Na arquivologia, um ponto em comum norteia a questão da indexação: o princípio da proveniência que, concomitantemente ao contexto de produção, nos remete ao contexto sociopolítico-cultural. Nesse sentido, a diplomática é um instrumento valioso na definição de pontos de acesso, pois auxilia o arquivista a analisar os documentos tanto em relação aos seus aspectos físicos quanto intelectuais.

O arquivista que tem como tarefa indexar e construir vocabulário controlado deve sempre levar em consideração os aspectos teóricos arquivísticos, pois somente dessa forma o debate na área levará a definições teóricas e metodológicas consistentes para o processo de indexação arquivística.

Além disso, o uso do *AACR2r* sem considerar os aspectos teóricos arquivísticos apresentados neste capítulo pode ocasionar equívocos durante a busca pela informação. Sendo o *AACR2r* uma norma biblioteconômica, suas diretrizes não consideram questões puramente arquivísticas. Dessa forma, não se deve aplicá-la sem a devida crítica. Deve-se ter sempre em mente que o *AACR2r* é concebida para documentos individuais, realidade distinta dos arquivos.

Mesmo as normas internacionais que a tomam por base fazem ressalvas e, em dados momentos, discordam de sua aplicação, principalmente quando se fala no princípio de proveniência. Se, por um lado, a *NOBRADE* orienta o uso dessa norma em sua “área oito”, por outro, considerar a própria recomendação do Conarq que alerta à necessidade de estudos, principalmente quando temos que padronizar entidades coletivas, é para o arquivista-indexador, uma condição *sine qua non*.

Independente de a norma ser biblioteconômica ou arquivística, o importante é que ao se propor a tarefa de indexar e construir vocabulário controlado, deve-se ter em mente o tipo de documento que se está tratando. Nesse sentido, ao se pensar em indexar documentos de arquivo, o conhecimento dos aspectos aqui mencionados é pré-requisito para uma padronização que respeite princípios já consagrados na área arquivística e que atenda ao usuário típico de arquivo.

## CAPÍTULO III

### VOCABULÁRIO CONTROLADO: UM ESTUDO DE CASO

A construção de um vocabulário controlado é cercada de aspectos teóricos que extrapolam as questões arquivísticas. Nesse sentido, tais aspectos situam o responsável por essa tarefa em um possível lugar interdisciplinar, já que precisa congrega as diferentes áreas do conhecimento para embasar seu fazer.

Por outro lado, ao se construir um vocabulário controlado de um arquivo pessoal, agrega-se ao aspecto teórico as diferentes áreas do conhecimento com os quais o titular do acervo teve contado ao longo de sua vida. Dessa forma, os diferentes papéis que ocupou profissionalmente, as pesquisas que executou para elaborar seus relatórios e a sua formação acadêmica e profissional muitas vezes pertencem a áreas do conhecimento que o indexador precisa ao menos visitar para exercer sua função.

No caso do arquivo pessoal de Ubaldino do Amaral Fontoura, essa realidade também se instaura. Ele se constitui em um exemplo clássico do que acabei de mencionar. Sua trajetória pessoal o relaciona com diferentes áreas do conhecimento, como economia, direito e, especialmente, direito internacional público, além dos papéis que todo o ser humano pode vir a desempenhar como, por exemplo, de escritor.

Nesse sentido, o arquivista responsável pela indexação deve ter em mente as possibilidades de acesso ao acervo e, ao mesmo tempo, compreender que não poderá controlar os possíveis e diferentes desdobramentos que esse acesso poderá ter. Ao arquivista cabe, além de indexar os elementos explícitos no documento, “considerar aqueles elementos relevantes para a contextualização do acervo ou do documento muitas vezes identificados na fase de pesquisa arquivística” (Oliveira, 2007: 49).

Vale ressaltar que essa contextualização mencionada por Oliveira também poder ser definida no momento da padronização dos pontos de acesso, principalmente quando ocorre a necessidade de definição conceitual dos termos ou construção de notas biográficas ou históricas, pois a definição dos pontos de acesso implica a recuperação do documento, ou seja, do objeto de desejo do pesquisador. No entanto, esse objeto somente será recuperado se durante o processo de indexação a possibilidade de recuperação estiver presente de alguma

maneira, por meio de um nome, assunto ou local. São esses aspectos que devem ser considerados na construção de qualquer vocabulário controlado.

As questões mencionadas foram observadas durante o tratamento do Arquivo Pessoal de Ubaldino do Amaral Fontoura sob custódia do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB, os quais serão observados a seguir.

### **3.1 A Fundação Casa de Rui Barbosa: a residência do arquivo pessoal de Ubaldino do Amaral Fontoura**

A existência da Fundação Casa de Rui Barbosa está vinculada à vida de seu antigo dono. Logo, não posso contar a história da instituição sem antes apresentar um pouco da história de seu ilustre morador.

Em 1837, eclode em Salvador a Sabinada, conhecida por esse nome devido a seu líder Francisco Sabino Vieira. A rebelião tinha a participação das camadas médias da sociedade de Salvador, como médicos, jornalistas, advogados e oficiais militares que tinham como objetivo proclamar a independência da Bahia do resto do Império. Francisco Gonçalves Martins, “Barão, depois Visconde de São Lourenço, (...)”, era o chefe de polícia e, como tal, processou João José Barbosa de Oliveira (1818-1874) por envolvimento com os rebeldes” (Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999: 14).

A revolta acaba um ano depois, com a prisão e morte dos principais líderes. Devido à antecipação da maioridade de D. Pedro II, os condenados foram anistiados. Anos depois, em 1848, João José, já formado em medicina e deputado provincial, casa-se com Maria Adélia Barbosa de Oliveira (?-1867). Desse enlace, nascem, em 1849, Rui Barbosa, e, em 1851, a filha Brites.

Rui Barbosa, já formado em direito pela Faculdade de São Paulo, conhece Maria Augusta Viana Bandeira, com quem se casou em 1876. Dessa união, nascem Maria Adélia, Alfredo Rui, Francisca, João e Maria Luísa Vitória. Em 1893, Rui Barbosa foi acusado de ser o mentor intelectual da Revolta da Armada e exilou-se com a família em Buenos Aires. Após a morte de Floriano Peixoto, retorna ao Brasil e vai residir na Rua São Clemente, número 104, mais tarde 134. Em 1923, em Petrópolis, morre o pai de família, o marido, o político e o eloqüente advogado.

Um ano após sua morte o presidente Artur Bernardes, por meio do Decreto nº 4.789, de 02 de janeiro de 1924, autoriza a compra, pelo Poder Executivo, da casa onde morou, bem

como o mobiliário, a biblioteca, o arquivo e a propriedade intelectual das obras de Rui Barbosa. O acervo de Rui Barbosa, diferente de outros adquiridos pelo governo, foi fruto de uma compra.

Por meio do decreto, o governo fica autorizado a comprar:

- a) a casa á rua S. Clemente n. 134, em que residiu, nesta cidade, o Sr. sennador Ruy Barbosa;
- b) o mobiliario, a bibliotheca, os manuscriptos e o archivo;
- c) a propriedade, intellectual das obras do eminente brasileiro. (Brasil, 1924)

O mais importante no decreto, além de colocar o acervo de Rui Barbosa na categoria de bem patrimonial, em função da forma como foi adquirido pelo governo, foi estabelecer as diretrizes da memória que se pretendia construir à época.

Três anos mais tarde, pelo Decreto nº. 17.758, de 04 de abril de 1927, no governo do presidente Washington Luís, foi criado o Museu Rui Barbosa, cujo objetivo era “... manter sempre bem vivo o culto à memória dos grandes cidadãos por seus serviços se impuzeram à gratidão da Pátria”.

Esse objetivo remete às discussões feitas no primeiro capítulo sobre “lugares de memória”. A aquisição dos objetos de Rui Barbosa pode ser considerado o ponto inicial para a construção de um “lugar de memória”, possibilitando que um lugar de culto viesse a tornar-se um objeto de estudo, um objeto da história.

Em 1928, o museu-biblioteca é criado sob a denominação de Casa de Rui Barbosa, sendo inaugurado em 13 de agosto de 1930. O decreto que cria a Casa, assinado pelo presidente Washington Luís, estabelece uma relação entre acervo e entidade custodiadora:

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:  
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:  
Art. 1º Fica creado um museu-bibliotheca, sob a denominação de “Casa de Ruy Barbosa”, que funcionará no predio, adquirido pelo Governo, onde residiu o grande brasileiro, na capital da Republica (Brasil, 1928).

Durante a cerimônia de abertura da Casa, o discurso de João Mangabeira compara o evento a uma homenagem a Rui Barbosa, “ao grande morto”. Nesse sentido, ele instaura, em meio a suas palavras, as marcas de uma construção de memória.

João Mangabeira chama atenção para a escolha da data de abertura dizendo que “o dia de hoje para essa inauguração, foi buscar o Governo, na biografia de Rui Barbosa, a data comemorativa do seu jubileu cívico, celebrada em 1918, por todo o território nacional com manifestações incomparáveis” (Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980: 4).

Para Mangabeira, a escolha desse dia foi a rememoração de uma passagem da vida de Rui Barbosa, foi uma celebração.

Por outro lado, Américo Jacobina Lacombe compara o museu-casa aos mais importantes do mundo e explica que foi Washington Luís quem nomeou as salas durante a inauguração da Casa (Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980).

Para Lacombe, a Casa de Rui Barbosa é um “museu brasileiro dedicado a uma personalidade, à semelhança das casas de Victor Hugo em Paris, de Gothe em Weimer e de Carducci em Bolonha” (Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980: 9). Com isso, tem início, segundo Oliveira (2006: 41), na década de 1930, a história da Casa como instituição de “preservação e difusão da memória de seu patrono”.

Na realidade, a inauguração da Casa é cheia de ritos de lembrança, de afirmação de um espaço de memória da história do Brasil. Afinal, se cada cômodo da casa engendra um momento da história da nação, esse lugar torna-se aporte da memória nacional. A lembrança da família mescla-se à memória da nação. O público e o privado presentes a todo instante no museu estabelecem o vínculo entre a memória individual e a memória coletiva analisada por Halbwachs (2006).

Ao longo dos anos, a diretriz de preservar a memória dos grandes cidadãos da Pátria, cujos acervos estão sob sua custódia, e de difundir e preservar o acervo de Rui Barbosa foi mantida pela administração da Fundação, erigida a este patamar pelo Decreto nº. 4.943, de 06 de abril de 1966, do presidente Castelo Branco:

Art. 1º A Casa de Rui Barbosa, do Ministério da Educação e Cultura, fica transformada em fundação, denominada "Fundação Casa de Rui Barbosa", instituição cultural destinada à pesquisa e à divulgação científica própria e autonomia administrativa, técnica e financeira, tendo sede e fôro na cidade da Guanabara.

Art. 2º São transferidos do domínio da Fundação e passam a integrar o seu patrimônio os seguintes bens e direitos da União:

- a) imóvel na Rua São Clemente nº 134, na cidade do Rio de Janeiro, com tôdas as suas benfeitorias;
- b) bens móveis existentes no imóvel referido na alínea anterior, inclusive biblioteca, documentos e objetos do museu;
- c) direitos autorais das obras de Rui Barbosa ou de outras quaisquer editadas pela Casa de Rui Barbosa, que pertençam ao domínio da União;

d) o imóvel na Rua São Clemente nº 130, declarado de utilidade pública para ampliação da Casa de Rui Barbosa, em cuja posse a União já foi imitada (Brasil, 1966).

Cabe ressaltar que, desde sua inauguração, muitos dirigentes estiveram à frente da administração da Casa, porém as principais mudanças ocorreram sob a administração de Américo Jacobina Lacombe, seu presidente durante 54 anos, de 1939 até falecer em 1993.

Durante sua gestão é criado o Centro de Pesquisa, a Casa Rui Barbosa torna-se Fundação, o Arquivo Museu de Literatura Brasileira é instituído, em 1972, o edifício-sede é inaugurado pelo presidente Ernesto Geisel, em 1978, e os Laboratórios de Conservação e Restauração de Documentos Gráficos e o de Microfilmagem são criados em 1978 e 1979, respectivamente.

O Centro de Memória e Informação – CMI tem sob sua administração a Divisão Arquivo Museu de Literatura Brasileira (AMLB), a Divisão Museu Casa de Rui Barbosa, o Serviço de Biblioteca, o Serviço de Arquivo e o Serviço de Preservação, e tem como uma de suas atribuições, estabelecer métodos e procedimentos de preservação e restauração de acervos patrimoniais, que no caso da FCRB, incluem acervos museológico, arquivístico, bibliográfico, arquitetônico e ambiental:

Art. 11. Ao Centro de Memória e Informação compete:

I - gerenciar os bens culturais pertencentes à FCRB, assegurando as melhores condições para sua expansão, guarda, preservação, tratamento técnico, divulgação e acesso;

II - estabelecer, no âmbito de sua competência, métodos e procedimentos para a gestão, em especial sobre as ações de preservação e restauração de acervos patrimoniais – museológico, arquivístico, bibliográfico, arquitetônico e ambiental –, assegurando referências técnicas e tecnológicas a partir de suas iniciativas;

III - promover estudos, pesquisas, assessoramento, consultorias e eventos científicos culturais sobre análise, guarda, preservação e divulgação de bens culturais patrimoniais, no âmbito de sua competência; e

IV - desenvolver projetos e produtos para a promoção e renovação do acesso, divulgação e educação patrimonial, em sua área de atuação (Brasil, 2004).

O museu é considerado o primeiro museu-casa do Brasil. Instalado na residência de Rui Barbosa, é formado pelas dependências da casa e pelo jardim. A casa abriga objetos que, de alguma forma, pertenceram a Rui Barbosa e seus familiares, bem como por objetos doados e comprados que auxiliam na composição do Museu. Esse espaço também abriga os livros de Rui, cerca de 36.000 obras colecionadas ao longo de sua vida.

O jardim, muito freqüentado pelas crianças e moradores do entorno, é considerado um “jardim histórico” que, segundo a Carta de Florença, constitui-se em “uma composição arquitetônica e vegetal que apresenta interesse público dos pontos de vista histórico e artístico [...] sendo entendido como monumento”<sup>43</sup>.

Dentro do programa de conservação preventiva da Casa, a cargo do Núcleo de Preservação Arquitetônico, foi concluída a implantação do novo sistema de controle ambiental da Biblioteca do Museu, em parceria com o *Getty Conservation Institute*<sup>44</sup> e sob o patrocínio de Vitae Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social<sup>45</sup>.

O novo sistema de ventilação tem por objetivo reduzir a biodeteriorização das obras ali existentes, assim como possibilitar que os visitantes possam usufruir mais dos espaços sem nenhum tipo de desconforto ambiental.

A história de criação do AMLB, composto por arquivos de escritores brasileiros, está relacionada a um sonho. O sonho de um poeta que manifestou este desejo em uma crônica:

Velha fantasia deste colunista – e digo fantasia porque continua dormindo no porão da irrealdade – é a criação de um museu de literatura. Temos museus de arte, história, ciências naturais, carpologia, caça e pesca, anatomia, patologia, imprensa, folclore, teatro, imagem e som, moedas, armas, índio, república... de literatura não temos[...]<sup>46</sup>.

O sonho frutificou e deu origem ao AMLB, por iniciativa de Plínio Doyle, seu primeiro diretor. São aproximadamente 122 arquivos de literários, dentre eles o do próprio Plínio Doyle, Carlos Drummond, Clarice Linspector e Manuel Bandeira.

O Serviço de Biblioteca constitui-se das obras adquiridas por Rui Barbosa até sua morte, bem como de livros, folhetos, periódicos nas áreas de Filologia, Direito, História do Brasil, Literatura Brasileira e Cordel.

O Serviço de Biblioteca possui três coleções: São Clemente, Rui Barbosa e Plínio Doyle, além de um acervo voltado para o público infanto-juvenil, a Biblioteca Infanto-Juvenil Maria Mazzetti (BIMM), criada em 1979, e, mais recentemente, a coleção Literatura de Cordel.

---

<sup>43</sup> Artigo primeiro da Carta de Florença – Carta dos Jardins Históricos (ICOMOS, 1981).

<sup>44</sup> Fundada em 1985, é parte da J.Paul Gety Trust. Trabalha internacionalmente pelo avanço da prática de conservação.

<sup>45</sup> Dados disponíveis em: [www.casaruibarbosa.gov.br](http://www.casaruibarbosa.gov.br)

<sup>46</sup> O trecho foi retirado da publicação O Arquivo-Museu de Literatura Brasileira *Um sonho drummondiano* da Fundação Casa de Rui Barbosa quando, em 11 de julho de 1972, Carlos Drummond de Andrade publica “Museu: fantasia?”, onde manifesta o desejo de criar um museu de literatura.

O Serviço de Arquivo é formado pela documentação das atividade-meio e atividade-fim da Fundação Casa de Rui Barbosa e pelo arquivo de Rui Barbosa, bem como por outros arquivos e coleções incorporados ao longo dos últimos anos, como o de Américo Jacobina Lacombe, presidente da FCRB; João Pandiá Calógeras, cujos estudos serviram de base para a Lei das Minas; a Coleção Carlos Brandão Storry, comandante do pacote “Satélite”, que conduziu prisioneiros da Revolta da Chibata para Santo Antônio da Madeira, em viagem a região entre dezembro de 1910 e março de 1911; Coleção Família Barbosa de Oliveira, que retrata a elite carioca dos séculos XIX e XX; o arquivo pessoal de Ubaldino do Amaral Fontoura, dentre outros.

Na década de 1980 a preocupação com a gestão de documentos começa a ser voz corrente no Brasil. Entre 1989 e 1990, essa idéia chega à FCRB, quando foi implementado o seu Sistema de Arquivo, que “se define pelo funcionamento do Arquivo Corrente integrado ao Arquivo Intermediário e ao Permanente” (Oliveira, 2006: 43). O sistema conta com um Plano de Classificação<sup>47</sup>, publicado em 1997, e com uma Tabela de Temporalidade<sup>48</sup>, aprovada pelo Conarq em 11 de março de 2002.

Em 2003, o Serviço de Arquivo inicia a elaboração de seu vocabulário por meio de seu acervo institucional e a padronização de nomes, pela base Guia de Fundos/Coleções que fornece um panorama dos arquivos e coleções que compõem seu acervo. Em 2006 por meio do *Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura da Fundação Casa de Rui Barbosa*, tem início um trabalho focado na construção de vocabulário controlado em arquivos pessoais enquanto linha de pesquisa.

### 3.1.1 A implementação das bases de dados

Na década de 1990, a FCRB iniciou a implementação de uma política de informatização, englobando os acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos. Foram, então, definidas: a estrutura da base de dados, respeitando as especificidades de cada acervo; a elaboração de um *Manual de Metadados dos Acervos da Fundação da Casa de Rui Barbosa*

---

<sup>47</sup> O Dicionário de Terminologia Arquivística o define como um esquema pelo qual se processa a classificação de um arquivo.

<sup>48</sup> O Dicionário de Terminologia Arquivística o define como instrumento de destinação, aprovado pela autoridade competente, que determina prazos para transferência, recolhimento, eliminação e reprodução de documento.

(cada setor possui o seu, de acordo com a especificidade); a normalização de nome; e a elaboração do vocabulário controlado sistematizado.

Em relação às bases de dados, foram definidas sete bases que atenderiam às especificidades de cada setor. A primeira seria uma base que forneceria informações genéricas sobre o acervo, os fundos e/ou coleções existentes em cada setor. A base GUIA tornou-se um instrumento valioso para aquele que busca conhecer o acervo em seu nível macro.

As outras atenderiam especificamente aos acervos de seus respectivos setores. No caso do Serviço de Arquivo, em função de suas duas linhas de acervo, foram definidas: uma base para o acervo institucional, a base Arquivo Fundação Casa de Rui Barbosa – AF CRB e uma base Arquivos Pessoais – APES, onde encontramos os documentos descritos dos arquivos pessoais.

Além disso, foi escolhido o formato MARC (*Machine Readable Cataloging*) desenvolvido pela US Library of Congress como modelo para a montagem da entrada de dados. Vale ressaltar que o MARC é um formato bibliográfico, no entanto, permite o controle de diferentes tipos de materiais e documentos:

O formato MARC, desenvolvido e mantido pela US Library of Congress, é um formato bibliográfico usado para processamento computadorizado e permite o controle de várias formas de materiais, como documentos bibliográficos, textuais, especiais (fotos, filmes, fitas de vídeos, mapas, etc.) e objetos museológicos. ... Como foi aproveitado apenas o formato como modelo, só trabalhou-se com os campos que são estruturados de forma a identificar os elementos dos registros tais como título, assunto, etc. Estes campos comportam os dados dos registros ... (Brasil, et al., 2004: 7).

O formato é um conjunto de campos e subcampos que permite o intercâmbio de dados onde o conteúdo de cada campo pode ser definido em função de normas, convenções ou códigos de tratamento documental. No caso do serviço de arquivo foram utilizadas as normas *ISAD(G)* e *ISAAR(CPF)*.

Os relatórios de atividades do Serviço de Arquivo dos anos de 1998 e 1999 mencionam, sem entrar em mais detalhes, as atividades de estudos e aplicação do formato MARC e da elaboração e revisão da planilha de entrada de dados, bem como dos testes da base e das planilhas.

Outra etapa desse processo de informatização dos acervos foi a elaboração dos metadados, com a participação de um membro da equipe de cada setor a fim de tecer

considerações em relação ao processo descritivo. O relatório de 1999 do Serviço de Arquivo marca o início da elaboração da versão preliminar do metadados para a descrição arquivística. Lucia Maria Oliveira (2006: 45), chefe do Serviço de Arquivo, durante o *I Encontro de Arquivos Científicos*, ressalta que, “mantendo-se a tradição de produzir um saber a partir da vivência, os profissionais de informação desenvolveram os metadados que descrevem minuciosamente todo o processo de entrada de dados”.

Além disso, dois metadados de controle de autoridade (nomes e assuntos) foram elaborados para a normalização da entrada de nomes, lugares e assuntos. Em relação aos metadados de controle de autoridade, o Serviço de Arquivo só começaria a participar efetivamente das discussões a partir de 2003 quando inicia a elaboração do seu vocabulário controlado sistematizado para o acervo institucional e a padronização de nomes da base Guia a partir da metodologia desenvolvida pela Biblioteca da FCRB. Novamente Oliveira (2006:46) ressalta que “a questão arquivística está agregando valor a essa metodologia já adotada e propondo reflexões”.

Em relação à padronização de nomes foram adotadas as seguintes regras: o *Código de Catalogação Anglo-Americano – AACR2*, seguindo a disposição da Lei nº 5.765, de 18 de dezembro de 1971 em relação à grafia dos nomes e o *Vocabulário onomástico da língua brasileira* da Academia Brasileira de Letras.

Os metadados de controle de autoridade também utilizam a linguagem MARC. Eles traçam diretrizes para que o indexador padronize as entradas nas bases descritivas, de forma que as bases de autoridades e descritivas possam se comunicar. Nesse sentido, as discussões teóricas entre a teoria arquivística e a biblioteconômica tornam-se mais constantes, pois a base de Autoridades, como a base GUIA, define-se como uma base comum entre os setores que detêm acervos.

As questões debatidas durante o segundo capítulo começam gradativamente a compor os metadados de controle de autoridade. Campos e subcampos são inseridos a fim de respeitarem normas arquivísticas, como a *ISAAR (CPF)*, que preconiza informar a história biográfica e administrativa do produtor, para atender à questão do contexto. A questão das datas de criação e término das entidades jurídicas passou a fazer parte dos metadados; assuntos comuns na temática arquivística ganham seu espaço na “Base de Autoridade Assuntos”; relacionamentos entre cabeçalhos de nomes e assuntos, por meio de notas começam, a ser informados, com o objetivo de atender ao usuário específico de arquivo, como pode ser observado no registro a seguir:

Fundação Casa de Rui Barbosa

pesquisa

Catálogo: Catálogo de Autoridades - Assuntos (Pop: 6452)  
Índice: Pesquisa Combinada  
Busca: Palavras = banco AND Palavras = brasil

Resultado 3 de 10 encontrados em 0.094 segundos

3/10

**Banco do Brasil** 1808-

nota Q Fundado em 1808, por sugestão de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, como organismo comercial autônomo. Devido ao estado financeiro do Banco, em 1853, surge o 2º Banco do Brasil, fruto da fusão do Banco Comercial do Rio de Janeiro com o Banco do Brasil de Mauá. Em 1905 surge o atual Banco do Brasil em função de uma crise bancária que levou seu predecessor o Banco da República do Brasil a beira da falência.

UP BB

VT Banco Nacional do Brasil 1889-1890

VT Banco da República dos Estados Unidos do Brasil 1890-1893

VT Banco da República do Brasil 1893-1905

nota Q O atual Banco do Brasil teve fusões com outros bancos. Documentos referentes aos demais bancos, emitidos em seu período de existência, são indexados pelo nome específico de cada banco.

Dic. his. bio. bras.

Banco do Brasil Acesso em: 11 ago. 2004 Disponível em: <http://www.bb.com.br/apobb/porta/bb/re/bbHistoria.jsp#1>

BN Autoridade

FCRB/Arq.RB

LC Autoridade

Arquivo

Figura 1: Registro da Base de Autoridades incorporando aspecto da norma *ISAAR (CPF)*.

A política de indexação do Serviço de Arquivo procura responder às mesmas questões da política de descrição. Nesse sentido o metadados até então existente necessitou passar por alterações para tornar-se um verdadeiro instrumento interdisciplinar:

A política de descrição de arquivos, bem como o processo de descrição propriamente dito, deve contemplar o usuário como agente no processo de comunicação dos conteúdos informacionais arquivísticos.

Como o usuário formula suas perguntas quando realiza uma pesquisa?

Quais os caminhos que o usuário adota para identificar informações de seu interesse? Os usuários pesquisam por nomes? Por lugares? Eventos? Tema? Por recorte cronológico? Os mecanismos de busca devem contemplar essas possibilidades, então (Oliveira, 2007: 47).

Por fim, a elaboração do vocabulário controlado sistematizado, compreendido como um novo instrumento que pode ser conceituado da seguinte forma:

um vocabulário sistematizado e não apenas controlado de conceitos, pois é regido por princípios terminológicos com uma estrutura sistematizada de

conceitos permitindo uma interface mais amigável, para o pesquisador final, do que a do tesauro (Brasil, et. al., 2004: 12).

A metodologia para a construção do vocabulário controlado pode ser conhecida pelo artigo *Vocabulário Sistematizado: a Experiência da Fundação Casa de Rui Barbosa*<sup>49</sup>. Nele um grupo de cinco bibliotecárias define os princípios norteadores para a elaboração do vocabulário. Pode-se encontrar, além dos referenciais teóricos utilizados, a metodologia de conversão dos cabeçalhos em descritores conceituais, as remissivas e as relações entre os descritores.

As remissivas referem-se ao controle de sinonímia, por meio do relacionamento USE e Usado Por (UP), portanto, as remissivas indicam o relacionamento entre os termos usados e os cancelados, e na estrutura do vocabulário referem-se às relações de equivalência.

As relações lógicas e ontológicas são estabelecidas por meio do relacionamento Ver Também (VT), e na estrutura do vocabulário controlado dizem respeito às relações hierárquicas e associativas. Dessa forma, o responsável pela construção do vocabulário controlado necessita estar familiarizado com a metodologia e teoria biblioteconômica.

Para melhor entendimento das questões a serem analisadas, faz-se necessário conhecer uma breve biografia do titular do acervo.

### **3.1.2 A vida de Ubaldino do Amaral Fontoura<sup>50</sup>**

Ubaldino do Amaral Fontoura, filho de Francisco das Chagas do Amaral Fontoura (1801-1878) e de Gertrudes Pilar do Amaral Fontoura (1817-1886), nasceu em 27 de agosto de 1842, na Vila da Lapa, Paraná.

Concluiu a Faculdade de Direito de São Paulo em 1867, indo exercer a profissão de advogado em Sorocaba, São Paulo, onde fundou os jornais *Sorocabano* e *Ipanema* e defendeu a construção da Estrada de Ferro Sorocabana. Em 1869, conheceu Rosa Cândida de Oliveira, com quem se casou.

---

<sup>49</sup> BRASIL, Maria Irene, et al. *Vocabulário Sistematizado: a experiência da Fundação Casa de Rui Barbosa*. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>>. Acesso em: 25 mar. 2004

<sup>50</sup> Dados disponíveis em: Arquivo Pessoal de Ubaldino do Amaral Fontoura; Relatório de Atividades do Tratamento Documental do Arquivo Pessoal de Ubaldino do Amaral Fontoura (UA); Supremo Tribunal Federal: <http://www.1stf.gov.br>; e nas Enciclopédias Lello Universal e Delta Larousse.

Nos primeiros anos da década de 1870, tornou-se secretário da Companhia Estrada de Ferro Sorocabana, fundada por Luiz Matheus Maylasky (1836-1906), em 1871. Mas é após a Proclamação da República, em 1889, já residindo na cidade do Rio de Janeiro, que vai atuar mais intensamente na vida política da República. No mesmo ano em que é eleito senador pelo Estado do Paraná, 1891, participa da comissão responsável pela revisão da Constituição Federal. Em 1894, é nomeado para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, permanecendo até 1896, quando renuncia.

Em 1899, eclode a Revolução Acreana, que tinha como principal objetivo a anexação da região do Acre ao Brasil. Então o Acre estava dividido territorialmente entre três países: Brasil, Peru e Bolívia.

A região da borracha, à época, era separada em grandes seringais, povoados por seringueiros que, sob a tutela dos coronéis, tornavam a região altamente rentável. Além disso, para que tudo saísse a contento e os seringais fossem devidamente demarcados, eram contratados agrimensores: pessoas responsáveis pela medição das terras. Um desses agrimensores chamava-se José Plácido de Castro (1873-1908) e era um gaúcho que, com seus 28 anos e formação militar, foi para a localidade de Purus.

Porém, mais do que um agrimensor, tornar-se-ia o líder militar dos seringueiros que, sob seu comando, alcançariam um objetivo muito almejado: a anexação da região do Acre ao Brasil. Fato concretizado somente com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903, no qual a Bolívia cede o território ao Brasil em troca de uma indenização e da construção da ferrovia Madeira-Mamoré, pondo fim à Revolução. Na mesma época são instaurados os tribunais arbitrais Brasileiro-Boliviano e Brasileiro-Peruano.

Em 1907, Ubaldino do Amaral Fontoura foi nomeado para árbitro do Tribunal Arbitral Brasileiro-Boliviano. Também participou como árbitro do Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano, e como membro da Corte Permanente de Arbitragem, no ano de 1919, juntamente com Rui Barbosa.

Entre 1909 e 1910, foi presidente do Banco do Brasil. Com a decisão do governo de regularizar a existência e o uso do cheque, fica responsável pela elaboração de um anteprojeto para servir de base à primeira lei do cheque. A Lei nº 2.591, de 07 de agosto, foi promulgada em 1912, pelo presidente Hermes da Fonseca, com poucas alterações.

Mas mesmo fora do Senado, sua relação com o estado do Paraná não se encerra. A disputa territorial entre este estado e o de Santa Catarina, que tem início ainda no Império, leva Ubaldino do Amaral Fontoura a atuar como advogado, a favor do primeiro. A disputa ficou conhecida como Guerra do Contestado. A Guerra do Contestado foi um conflito armado

entre a população cabocla e os representantes do poder estadual e federal brasileiro travado entre outubro de 1912 e agosto de 1916, numa região rica em erva-mate e madeira pretendida pelos Estados do Paraná e Santa Catarina. A disputada se encerra em 1916, com a assinatura de um acordo entre os governadores dos respectivos estados, Filipe Schmidt (de Santa Catarina) e Afonso de Camargo (do Paraná), fruto da intermediação de Venceslau Brás (1868-1966), então presidente do Brasil.

Ubaldo do Amaral Fontoura falece, no Rio de Janeiro, em 1920, após atuar em momentos importantes da História do Brasil, como jurista, advogado, jornalista e empreendedor.

### **3.1.3 Arquivo Pessoal de Ubaldo do Amaral Fontoura**

A organização e descrição do arquivo pessoal de Ubaldo do Amaral Fontoura, com aproximadamente 1 metro linear, teve início em janeiro de 2005, sob responsabilidade de uma arquivista. Durante o período de organização foram feitos um levantamento sobre a vida do titular e a leitura dos documentos. Também foi elaborado o arranjo, compreendido como o conjunto de atividades que visam à organização dos documentos, tanto intelectual como fisicamente, bem como sua descrição e indexação. Nessa última etapa da organização eu me inseri, como arquivista responsável pela padronização e normalização dos pontos de acesso do arquivo de Ubaldo do Amaral Fontoura e pela construção do vocabulário controlado do arquivo.

#### **3.1.3.1 O tratamento do arquivo pessoal de Ubaldo do Amaral Fontoura**

A primeira fase do tratamento foi o acondicionamento físico, etapa em que os documentos do acervo são higienizados e acondicionados. Durante a segunda etapa do tratamento foram feitas a pesquisa arquivística e a identificação que consistiu na análise dos documentos para a construção do arranjo intelectual (Anexo 2) e físico.

A terceira etapa consistiu na descrição do acervo: nível fundo, série, subsérie, dossiê e item documental. Ao final desta etapa foram preenchidas 293 planilhas de entradas de dados

que refletem o Arquivo composto por cartas, memorandos, mapas, recortes de jornais, ofícios, e que está dividido em nove séries<sup>51</sup>:

1) Série Banco do Brasil: é composta de cinquenta e nove documentos que abrangem o período de 1909 a 1910. Período em que Ubaldino do Amaral foi presidente do Banco do Brasil. A série contempla assuntos como administração e situação financeira do Banco; empréstimo concedido pelo Banco do Brasil ao Lloyd Brasileiro; concordata do jornal O Paiz; abertura da nova agência de Campos; concessão de empréstimo para a Companhia Estrada de Ferro Noroeste Brasil e Estrada de Ferro de Goyaz; andamento da agência do Banco na Bahia; alteração de taxa de juros; situação financeira do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro junto ao Banco; situação da Carteira de Câmbio; aposentadorias de funcionários do Banco; situação da taxa de câmbio devido à possibilidade de reabertura da Caixa de Conversão; saída de Ubaldino da presidência do Banco.

2) Série Documentação Complementar: contém quarenta e dois documentos abrangendo o período a partir da morte de Ubaldino, 1920, até 1959. A série contempla assuntos como falecimento e vida pessoal e profissional de Ubaldino do Amaral; homenagem pelo seu centenário natalício. A série é composta por artigos de jornais e a revista da Associação Atlética Banco do Brasil, que traz um artigo mencionando a gestão de Ubaldino no Banco do Brasil.

3) Série Documentos Diversos: contém trinta e oito documentos que abrangem o período de 1890 a 1973. A série contempla assuntos como proclamação da República, nomeações feitas por d. Pedro II; fatos ocorridos no estado do Paraná; impopularidade de d. Pedro II e da princesa Isabel; biografia de Ubaldino do Amaral Fontoura; artigo sobre reforma constitucional e casamento civil; manifesto do Visconde de Ouro Preto sobre a queda de seu ministério e a proclamação da República; e artigo sobre a vida de políticos e literários.

4) Série Partido Republicano: contém onze documentos abrangendo o período de 1876 a 1902. A série contempla os seguintes assuntos: conferência de Ubaldino do Amaral Fontoura no Clube Republicano de Campinas defendendo a idéia da federação e discorrendo sobre as manifestações do espírito republicano brasileiro; poemas sobre eleições para o Senado Federal e aniversário do presidente do Senado Federal; recibo da

---

<sup>51</sup> Disponível em: Relatório de Atividades do Tratamento Documental do Arquivo Pessoal de Ubaldino do Amaral Fontoura (UA) e [www.casaruibarbosa.gov.br](http://www.casaruibarbosa.gov.br)

Papelaria Ribeiro para impressão de 500 exemplares em folheto da “Contestação à eleição federal do Paraná”; organização do partido republicano em 1870 e da imprensa republicana; composição e finalidade do Clube Republicano da Freguesia da Glória; impresso sobre a trajetória política do Dr. Júlio Mesquita; indicação de Valentim Magalhães, do partido republicano, para as eleições de deputado federal e representante da maçonaria; história da cisão do partido republicano de São Paulo.

5) Série Produção Intelectual: contém vinte documentos do período de 1865 a 1910. A série está dividida em dois dossiês produção intelectual de Ubaldino do Amaral Fontoura e produção intelectual de terceiros.

i) O primeiro dossiê contempla os artigos, discursos e notas escritas pelo titular sobre o estilo e a obra literária de Luiz Nicolau Fagundes Varella; apresentação de Vozes de América; discurso no Clube Tiradentes na festa comemorativa da data de 21 de abril; conferências realizadas na loja maçônica Grande Oriente do Brasil; discurso sobre Joaquim Nabuco; consulta sobre direito criminal; notas sobre extratos de umas alegações de Rui Barbosa sobre vitaliciedade; nota sobre julgamento de reclamações. Em alguns de seus artigos, assinava como Samarino.

ii) O segundo dossiê contempla assuntos como o prefácio do livro que reúne a coleção de discursos de Ubaldino do Amaral Fontoura, incluindo uma retrospectiva da vida política de Ubaldino, citando sua candidatura à presidência da República no ano de 1902, pelo partido republicano da dissidência de São Paulo; poemas e versos.

6) Série Arbitragem: está dividida em duas sub-séries: Arbitragem Comercial e Arbitragem Internacional, onde Ubaldino do Amaral Fontoura atuou como árbitro. A série abrange o período de 1903 a 1918.

a) A subsérie Arbitragem Comercial abrange o papel de Ubaldino do Amaral Fontoura como árbitro desempatador nas divergências da The Rio de Janeiro City Company Limited com o Governo Federal; na questão do adiamento das obras do Porto de Jaraguá em Alagoas e da não execução do contrato das obras do Porto de Corumbá em Mato Grosso do Sul; e restabelecimento de linha de bondes suprimidas pela Companhia São Cristóvão e dos valores das passagens de determinadas linhas de bonde.

i) O dossiê referente ao The Rio de Janeiro City Company Limited contém nove documentos entre 1916 e 1917. Nele se pode encontrar a indicação

de Ubaldino para árbitro desempataador em relação à divergência dos laudos emitidos; laudo de Ubaldino sobre a questão; pagamento pelo serviço prestado como árbitro; resultado do laudo de Ubaldino.

ii) O dossiê referente ao Porto de Jaraguá e Corumbá contém onze documentos compreendidos entre 1916 e 1917. Nele se pode encontrar o convite para ser árbitro desempataador e aceite de Ubaldino para a função; diário oficial anulando o contrato da obras dos portos de Jaraguá e Corumbá e a criação do tribunal, onde Rui Barbosa iria representar os empreiteiros; ofício enviando os documentos referentes ao arbitramento, agradecimento pelo papel desempenhado por Ubaldino como árbitro; solicitação do valor dos serviços de Ubaldino; diário oficial como os laudos dos árbitros; minuta do laudo de Ubaldino.

iii) O dossiê referente à Companhia São Cristóvão contém dezenove documentos entre 1907 e 1917. Nele se pode encontrar o compromisso entre a Prefeitura do Distrito Federal e a Companhia de São Cristóvão para a constituição de um júzo arbitral para decidirem o restabelecimento de algumas linhas de bonde suprimidas pela Companhia São Cristóvão e do valor de cem réis nas passagens de determinadas linhas dos bondes; convite a Ubaldino do Amaral Fontoura para o cargo de árbitro desempataador; memorial apresentado pela Prefeitura do Distrito Federal aos árbitros; prorrogação de prazo para Ubaldino do Amaral Fontoura como árbitro desempataador; pagamento a Ubaldino pelos serviços prestados; decreto aprovando as modificações do contrato de 25 de junho de 1907 celebrado entre a Prefeitura do Distrito Federal e as Companhias São Cristóvão, Vila Isabel e Carris Urbanos para unificação, eletrificação e desenvolvimento das suas respectivas linhas; e contrato definitivo entre a Prefeitura do Distrito Federal e as Companhias São Cristóvão, Carris Urbanos e Vila Isabel.

b) A subsérie Arbitragem Internacional abrange o período de constituição dos tribunais Brasileiro-Boliviano e Brasileiro-Peruano, o período em que Ubaldino do Amaral Fontoura foi árbitro brasileiro nesses tribunais e membro da Corte Permanente de Arbitragem. A subsérie abrange o período de 1903 a 1918.

i) O dossiê referente ao Tribunal Arbitral Brasileiro-Boliviano é composto de trinta documentos entre 1903 a 1909. Nele podemos encontrar o protocolo de acordo entre Brasil e Bolívia sobre a questão de limite do território do Acre; o Diário Oficial com o decreto que aprova o tratado de permuta de território entre Brasil e Bolívia (Tratado de Petrópolis); mapa com a nova fronteira entre Brasil e

Bolívia; regimento interno do tribunal arbitral; relação com as reclamações contra o Brasil e a Bolívia; ata das sessões do tribunal; ofício discutindo a competência e missão do tribunal; instalação das prefeituras de Alto Juruá, Alto Purus e Alto Acre; prorrogação do tribunal; diário oficial com relatório e quadros demonstrativos dos trabalhos do tribunal apresentados na sessão de encerramento.

ii) O dossiê referente ao Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano é composto de quinze documentos entre 1904 a 1910. Nele podemos encontrar o protocolo de acordo territorial entre Brasil e Peru; a convenção decidindo o local onde funcionará o tribunal; o regimento interno do tribunal; extratos das atas das sessões do tribunal; prorrogação do prazo de funcionamento do tribunal; término das funções do tribunal; diário oficial com resultado dos julgamentos das reclamações contra Brasil e Peru.

iii) O dossiê referente à Corte Permanente de Arbitragem é composto de quatro documentos que abrangem o período de 1915 a 1918. Nele podemos encontrar o relatório do conselho administrativo da Corte Permanente de Arbitragem de 1915 e 1918, carta da Legação Real dos Países Baixos sobre neutralidade do país durante a 1ª Guerra Mundial e da organização central por uma paz durável, propondo analisar as expectativas internacionais de estabilidade após o conflito da 1ª guerra.

7) Série Questões de Limites entre Paraná e Santa Catarina: é composta de doze documentos compreendidos entre 1895 e 1917. Nela se pode encontrar o aviso de pagamento a Ubaldino do Amaral Fontoura; pedido de intervenção de Ubaldino do Amaral Fontoura a respeito da sentença proferida pelo Supremo Tribunal Federal contra o Paraná; manifestações de populares em defesa da integridade territorial do Paraná; moção do Congresso Legislativo do Paraná lamentando a decisão do Supremo Tribunal Federal de rejeitar os embargos jurídicos opostos pelo estado ao acórdão de 1904 que dava ganho de causa, do território em litígio, ao estado de Santa Catarina; esclarecimentos de Ubaldino do Amaral Fontoura, através da imprensa, sobre sua posição a respeito da região do contestado e sobre o extravio de documentos importantes para a defesa do Paraná na questão de limites; alteração dos limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina; acordo assinado entre os estados do Paraná e Santa Catarina para a solução da questão de limites territoriais; emendas no acordo entre Paraná e Santa Catarina.

8) Série Companhia Sorocabana: é composta de 23 documentos abrangendo o período entre 1870 e 1875 aproximadamente. A série contempla documentos versando

sobre o intuito de mudança de direção da Estrada de Ferro Sorocabana; levantamento de capital; contratação de um engenheiro responsável pelo projeto; comentários sobre a necessidade de tomar como exemplo o estatuto e o contrato social das Companhias Paulistana e Ituana; aviso de publicação de anúncios; 2ª sessão da Companhia Sorocabana tratando de assuntos como: permissão para funcionar, aprovação do estatuto, proposição de construção de uma estrada de ferro entre Itu e Sorocaba, capital da empresa e divisão das ações, modificações a serem feitas em alguns artigos e parágrafos do estatuto da Companhia Sorocabana; comunicação de contratação dos engenheiros [Francisco Pereira Passos] e Dr. Firmo; contrato de fornecimento de trabalhadores fixos e pagamento de despesas; nomeação do presidente da Companhia Sorocabana Luiz Matheus Maylasky; contratação do engenheiro [Scorrar]; autorização de passagem de cartela de 5 ações ao Sr. Lacerda; comentários sobre publicação de artigo a respeito da Companhia Sorocabana sob a presidência de Maylasky; instruções ao agente da Companhia Sorocabana para a 4ª entrada de acionistas; chamada de acionistas e pagamento de dividendos aos mesmos; anúncio de venda de material de casas desapropriadas; queixa contra Maylasky apresentada por Tito Franco de Almeida; notícias da audiência do processo movido por Maylasky a respeito das queixas contra ele, pagamento de empreiteiro; inauguração da Estrada de Ferro de Ipanema a São Paulo; pedido de retirada de suas ações e pedido de exoneração de João Henrique Adams da projetada estrada de ferro entre Itu e Sorocaba; remessa de relatório ao Barão de Piratininga.

9) Série Correspondência é composta de 237 documentos abrangendo o período de 1868 a 1918. A série contempla assuntos versando sobre agradecimentos; elogios; pedido de emprego; eleições para a Assembléia Constituinte e para a presidência da República; Tribunal Arbitral Brasileiro-Boliviano e Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano; questão de limites territoriais entre Paraná e Santa Catarina (Brasil); Partido Republicano do Paraná; Banco do Brasil; Projeto de Lei sobre cheque; pedido de demissão; nomeações para emprego público; acusações políticas; demissão do chefe de polícia no Paraná; falecimento de familiar de Ubaldino; construção da estrada de ferro Sorocabana; maçonaria; felicitações por aniversário; Companhia Sorocabana; abolição da escravatura; imigração; governo provisório; questão da Ilha da Trindade (ES) com a Inglaterra. Contém também minutas de cartas de Ubaldino para seus correspondentes, além de algumas cópias e minuta de telegrama de Guilherme José Leite para Manoel Correia de Freitas.

A última etapa do tratamento consistiu na Construção do vocabulário controlado baseado nos termos eleitos pela arquivista responsável pela organização e descrição, e que servem de pontos de acesso. No próximo item, será apresentado como o vocabulário foi elaborado.

Desde 2006, seu acervo se encontra disponibilizado na base de dados da Fundação Casa de Rui Barbosa. A descrição, na *Base de Arquivos Pessoais*, e os assuntos e nomes, que orientam sua consulta, nas *Bases Autoridades Assuntos e Nomes*, respectivamente.

### **3.2 A construção do vocabulário controlado do arquivo pessoal de Ubaldino do Amaral Fontoura**

O vocabulário controlado do arquivo pessoal de Ubaldino do Amaral Fontoura é constituído dos nomes normalizados e dos assuntos. Em função da alimentação das bases de autoridades *Nomes* e *Assuntos*, os nomes de pessoas físicas e jurídicas comuns às duas bases são considerados termos distintos, já que os possíveis relacionamentos que possam ser feitos só o serão dentro da base ao qual pertence o termo. Apenas para fim de tratamento, normalização e notas, estes são iguais.

O tratamento terminológico inicia-se após o processo de descrição e indexação e posterior digitação da planilha de entrada de dados, utilizada durante o processo descritivo. Após a digitação, foram elaboradas tabelas que serviram de suporte durante o processo de construção dos verbetes e controle dos termos que seriam mantidos ou excluídos.

Esse instrumento consistia em uma tabela de trabalho onde todo o processo de pesquisa nas bases de autoridade é anotado, com o objetivo de verificar se o termo já existe e se há necessidade de validá-lo. Também fica registrada a necessidade de transportar um nome da *Base de Autoridade Nomes* para a *Base de Autoridade Assuntos* ou vice-versa.

O tratamento é feito nos campos que geram índices e servem de pontos de acesso, funcionando como ponto de ligação entre as bases de autoridade e descritiva. Significa dizer que, ao se definir um nome ou assunto na base descritiva, esse será padronizado conforme o que está na *Base Autoridade Nomes* ou *Assuntos*, se já existir em uma dessas bases. Caso contrário, sofrerá tratamento para alimentar uma das bases e assim poderá ser utilizado em outras definições e mesmo por outros setores.

Para analisar a construção do vocabulário e responder aos questionamentos da presente pesquisa foram selecionadas descrições de duas séries nos níveis: série, dossiê e item

documental. Cabe ressaltar que o campo Destinatário não sofre tratamento, pois não gera índice nas *Bases de Autoridades*, ou seja, a base descritiva não se comunica com as bases de autoridades neste campo.

Outro fator que deve ser levado em consideração é que a base para o tratamento terminológico é a descrição elaborada, ou seja, enquanto o arquivista descreve e indexa junto ao documento, quem constrói o vocabulário baseia-se na descrição. O Serviço de Arquivo optou, por razões operacionais, ter uma pessoa, a autora da presente dissertação, exclusivamente responsável pelo tratamento terminológico e pela construção do vocabulário.

No capítulo anterior, foi analisada a definição do princípio de respeito aos fundos e os personagens que concorrem na elaboração de um documento. Então se faz necessário conhecer a definição de dossiê que segundo a *NOBRADE* (Conselho Nacional de Arquivos, 2006:15), é “uma unidade de arquivamento constituída de documentos relacionadas entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto)”, bem como, a definição de produtor que é a “entidade coletiva, pessoa ou família identificada como geradora de arquivo” (2006:16). Todos esses aspectos são considerados durante a padronização e construção do vocabulário controlado no Serviço de Arquivo.

Segundo o *AACR2r*, os documentos produzidos por autoridades devem ter a seguinte entrada: a jurisdição governada, a designação do cargo em exercício, as datas inclusivas do mandato e o nome da autoridade. Nesse sentido, sempre que um presidente, governador ou prefeito produzirem um documento em decurso de suas atividades, a entrada será pelo nome do país, estado ou município.

No caso da descrição no Serviço de Arquivo, o campo dedicado ao *autor* do documento considera dois conceitos: o de autor e o de produtor. Sendo assim, seguir o *AACR2r* no segundo caso implica definir a extensão territorial como a formadora do fundo ou dossiê arquivístico. Traçando um paralelo para a formação de um dossiê, caso a documentação esteja organizada levando a pessoa como critério de relacionamento, se esta, durante o período que abarca o dossiê, ocupar um cargo público como a presidência da República, a padronização a ser seguida seria a entrada pela jurisdição.

Como o *AACR2r* preconiza a entrada pela jurisdição, no caso de pessoas que ocupam cargo público, também define que a entrada secundária<sup>52</sup>, deve ser utilizada para dar entrada a forma direta do nome, sem ser pela jurisdição. Em termos de construção de vocabulário controlado, a relação associativa seria estabelecida já no processo descritivo.

---

<sup>52</sup> Entrada que se acrescenta à entrada principal e que serve para representar um item no catálogo (Ribeiro, 2006:7).

No entanto, em termos arquivísticos, representaria um equívoco teórico, pois, como disse Duranti (1995), o autor ou autores do documento são aqueles que têm competência para criar um documento, seja ele próprio ou por seu mando. Com isso, definir o mesmo autor sob duas formas diferentes de entrada durante uma descrição arquivística representa dizer que há dois autores, em uma única pessoa, com poderes para elaborar o documento.

Nesse sentido, o Serviço de Arquivo optou por não seguir o *AACR2r* em todas as suas regras para a padronização da forma de entrada do ponto de acesso. A principal ruptura refere-se à padronização da autoria. Como já mencionado, esse campo trabalha com dois conceitos, fato que não ocorre em uma descrição biblioteconômica.

Essa distinção se faz necessária, pois, ao definirmos a entrada pela jurisdição, o caráter da pessoa muda. Ela deixa de ser uma pessoa física para ser uma entidade coletiva ou pessoa jurídica. Da mesma forma, ao estabelecer a entrada da entidade coletiva pela jurisdição, pode-se estar definindo a organização de um fundo como maximalista ou minimalista e estar desconsiderando os critérios e as conseqüências analisados por Duchein (1986) ao estudar a questão dos respeito aos fundos.

Lembrando que descrição e indexação fazem parte de um único processo para o Serviço de Arquivo, a definição de pontos de acesso torna-se uma atividade que deve considerar as definições teóricas arquivistas mostradas no último item do capítulo anterior.

No caso do dossiê Prudente de Moraes da série Correspondência, esse foi o critério utilizado (Anexo 3). Se seguíssemos a orientação da norma definida para padronização em vez da entrada Moraes, Prudente, Presidente da República, teríamos Brasil.Presidente (1894-1898: Prudente de Moraes).

Além disso, focando a questão no usuário de arquivo, a busca pela forma da primeira entrada é a mais solicitada. O usuário geralmente pergunta pela documentação de uma pessoa ou de um assunto em determinado período ou lugar. Conseqüentemente, a busca em bases de dados dificilmente será executada, mentalmente, de outra forma. Nesse sentido, mesmo que a pessoa ocupe cargo público, a busca será executada, pela entrada do nome definido como ponto de acesso, nunca pela jurisdição.

Outro exemplo que podemos citar é a descrição do item documental do dossiê Companhia São Cristóvão da subsérie Arbitragem Comercial, da série Arbitragem (Anexo 4). Como na descrição do dossiê, a padronização não seguiu o *AACR2r*. Em vez de se padronizar o autor do documento pela jurisdição da autoridade que emitiu a comunicação oficial, ou seja, pelo Rio de Janeiro (Distrito Federal).Prefeito (1914-1916: R. Correia), optou-se por dar à autoria a pessoa Rivadávia Correia da Cunha que estava no ato de suas funções exercendo a

jurisdição administrativa<sup>53</sup> do fato gerador do documento, o Ofício de número 3076. Essa decisão foi baseada nos mesmos critérios acima mencionados.

Em relação às entidades coletivas, o *AACR2r* define que, quando são subordinadas, devem entrar pela jurisdição. O Serviço de Arquivo, tendo por base seu universo de arquivos pessoais, bem com as discussões já mencionadas a respeito do princípio da proveniência e respeito aos fundos, não segue a norma no nível série quando está definindo o campo autor/produtor. O Serviço de Arquivo somente segue a padronização definida pelo *AACR2r* quando o documento está sendo descrito no nível de item documental.

Isso pode ser observado na descrição do item documental do dossiê Companhia São Cristóvão, da subsérie Arbitragem Comercial da série Arbitragem (Anexo 5) referente ao pagamento de Ubaldino do Amaral Fontoura pela Prefeitura do Rio de Janeiro, onde a entrada é feita pela jurisdição da entidade coletiva.

No entanto, não se pode perder de vista que a padronização é única, ou seja, após definir um termo como entrada, esse deve ser sempre o mesmo independente se em dado momento for assunto, em outro autor e em outro produtor do documento. Se isso não for considerado no momento da definição dos pontos de acesso, a fim de permitir a recuperação, as duas formas de entrada devem constar no registro descrito, o que dentro de um arquivo pessoal implica definir a pessoa ora como pessoa física, ora como entidade coletiva em função do nível de descrição, no caso de nomes de pessoas. Já em relação a entidades coletivas, a questão se instaura no cerne das analisadas por Duchein em relação ao respeito aos fundos.

Além disso, o responsável pela construção do vocabulário controlado e padronização dos termos deve ter sempre em mente que os pontos de acesso definidos na base descritiva devem também constar nas bases de autoridade, já que ambas se comunicam por meio deles. No caso dos arquivos, isto representa ter que utilizar a norma *AACR2r* sem perder de vista a teoria arquivística, definindo critérios de indexação com base nas duas áreas do conhecimento.

Em outras palavras, o responsável pela normalização e padronização deve saber definir todos os relacionamentos associativos, hierárquicos e contextuais considerando a teoria arquivística, bem como considerar as possíveis remissivas sem com isso incorrer em erro metodológico em relação ao que está definido nos metadados das bases de autoridades *Nomes e Assuntos*.

---

<sup>53</sup> Faculdade conferida às autoridades administrativas para que conheçam de certos fatos ou negócios públicos, resolvendo-os, segundo as atribuições ou poderes, que, regularmente, lhe são conferidos (Silva, Vocabulário Jurídico: 2007: 802).

Em relação à discussão sobre memória, o debate em torno do apagamento da memória pode ser percebido ao confrontar as escolhas feitas ao longo do processo de indexação a partir da observação dos documentos da Companhia de São Cristóvão, eleitos para o estudo de caso. Essa observação fez com que novos termos fossem definidos como pontos de acesso.

Outro ponto a ser mencionado refere-se à questão do contexto arquivístico. No segundo capítulo, foram analisados os diferentes tipos de contexto, dentre eles o sociopolítico, o cultural e o econômico. Também foi observado que durante a definição dos pontos de acesso, além dos assuntos explícitos no documento, existem duas outras categorias de assuntos que dizem respeito à questão contextual: o caráter citado e o caráter implícito.

O caráter citado pode ser definido como um assunto mencionado no documento, porém não pode ser considerado como o assunto principal. Ao mesmo tempo, encontra-se presente em função do contexto de produção do documento.

Essa característica pode ser observada na descrição da Série Correspondência no item documental referente à Nota Informativa escrita por Plácido de Castro narrando os fatos ocorridos com o Vapor Independência (Anexo 6). A arquivista responsável pela descrição definiu como ponto de acesso o termo “Tratado de Petrópolis”, não por ser o assunto principal do documento, mas em função do contexto ao qual o documento foi produzido. O termo está presente no documento, mas é apenas mencionado. Não é o teor principal do mesmo.

No entanto, colocar o termo sem indicar que este não é o assunto principal significa dar falsas expectativas ao usuário, porém deixar de definir esse descritor como ponto de acesso representa excluir a possibilidade de acesso ao documento pelo usuário que esteja, por exemplo, analisando possíveis falas em função do Tratado ou onde ele é mencionado.

Nessa perspectiva, o Serviço de Arquivo definiu que, durante o processo descritivo, o termo com essas características também seria considerado assunto do documento, no entanto, ao lado seria mencionado o termo “citado” a fim de indicar que ele não é o teor principal do documento, mas foi mencionado e, em função da importância do termo, não foi excluído como ponto de acesso, conseqüentemente fazendo parte do vocabulário controlado. Além disso, durante a descrição, é indicado que o termo é mencionado no documento.

O caráter implícito pode ser definido como o assunto não mencionado no documento, mas que está presente tanto por meio do contexto de produção quanto pelo contexto sociopolítico, cultural e econômico que influencia o autor do documento.

A definição desse caráter, em muitos casos, será um dos fatores para determinar que um documento aparentemente sem importância ganhe destaque, já que são levados em consideração os fatores que concorrem para a produção do documento.

Neste caso, o usuário é posto em primeiro lugar. O fascínio de um pesquisador frente ao documento pela perspectiva de bases de dados será mais facilmente concretizado por meio desse caráter.

Isto pode ser observado na descrição do item documental da série Correspondência, referente à carta escrita por Silva [Tavares]<sup>54</sup> a Ubaldino do Amaral Fontoura (Anexo 7). O documento fala sobre muitos assuntos, inclusive sobre a confecção de um manifesto e a preocupação com o sistema republicano do Brasil, indagando, inclusive, se é uma campanha contra o governo. Pela data da carta e pelo seu teor, percebe-se que o autor da missiva está inserido no período do governo provisório; no entanto, não está explícito esse termo.

A opção por defini-lo como ponto de acesso foi tomada durante a elaboração do vocabulário controlado, quando da padronização do termo e conceituação. Nesse momento, os termos levantados como candidatos a pontos de acesso não se adequavam ao teor do documento, nem mesmo ao momento político no Brasil. Porém, observando o contexto de produção e consultando um especialista na área de história do Brasil do período do documento, foi definido como ponto de acesso o descritor “Governo provisório”, seguido do termo implícito, pois este não estava explícito no documento.

Outra questão que pode ser observada diz respeito à definição correta do nome do autor do documento, que deverá ser padronizado e, dentro da metodologia, receber uma nota histórico-biográfica. Essa tarefa implica a pesquisa em diferentes fontes, em uma precisão maior para a definição do nome que está sendo tratado, e possibilita que o arquivista responsável pela construção do vocabulário ocupe o lugar de usuário.

A incerteza na definição de parte do nome de Silva [Tavares] poderia ser resolvida por meio da data e local da carta, e mesmo do assunto. No entanto, não foi possível definir ao certo quem foi ele, pois a pesquisa apresentou nomes homônimos e somente localizá-los no tempo e no espaço da carta poderia esclarecer quem realmente é o autor da missiva.

A partir desses dois casos, o Serviço de Arquivo implementou, para a definição dos pontos de acesso, três níveis de assunto: o explícito, o citado e o implícito, que na construção do vocabulário controlado não são considerados no sentido da categorização, ou seja, todos os termos pertencem ao vocabulário controlado e podem vir a ser utilizados em qualquer dos níveis de categorização. Nesse sentido, todos os termos servem para alimentar as *Bases de Autoridades Nomes e Assuntos*, da FCRB. A ressalva é feita na base descritiva do Serviço de Arquivo que trabalha na definição dos seus assuntos nesses três níveis.

---

<sup>54</sup> Os colchetes são utilizados para acrescentar uma informação ou quando, no documento, a informação não está totalmente clara. No caso específico do Tavares, a leitura do nome não é, totalmente clara.

Essas três categorias permitiram que, durante a pesquisa o Dossiê de Leopoldo de Bulhões da série Correspondência fosse acrescido do termo “Lei do cheque”. Não como temática principal, mas em função do projeto de lei feito por Ubaldino do Amaral Fontoura motivado pelo interesse do Governo brasileiro em regular a existência e o uso do cheque no Brasil.

A construção do vocabulário controlado do arquivo de Ubaldino do Amaral Fontoura trouxe, para o Serviço de Arquivo, uma série de desafios que eram apresentados, ora pela arquivista responsável pela organização e descrição, ora pela arquivista responsável pela padronização e elaboração do vocabulário. Como parâmetro, tem-se os índices do Arquivo de Rui Barbosa. Porém, cada arquivo pessoal constitui-se em um novo desafio ao indexador, já que as relações que se estabelecem são o reflexo das relações que o produtor do acervo estabelece. O desafio está na unicidade de que cada arquivo se reveste em função da vida de seu titular.

Como discutido no primeiro capítulo, os documentos produzidos por uma pessoa e as escolhas feitas por ela durante sua vida definem o que será lembrado. Nesse sentido, da mesma forma que o nome próprio é um sinal de identidade único, e o documento, uma *evidência de si*, o arquivo que resulta do processo natural de acumulação de uma pessoa representa o que será memorizado de sua vida e das *redes sociais* que estabeleceu.

A construção de um vocabulário controlado em arquivos pessoais relaciona tanto esses aspectos comuns a todas as pessoas quanto às suas especificidades. Neste caso, as categorias contextuais vistas são relevantes. Poder definir um assunto como ponto de acesso que vai além do que está escrito no documento efetivamente caracteriza a indexação em arquivos pessoais como um desafio, dados os inúmeros papéis e atividades que geralmente o produtor de um arquivo pessoal desempenha e instaura a elaboração do vocabulário controlado na discussão de memória feita no primeiro capítulo.

Além disso, estar atento a teoria arquivística durante a definição e padronização dos pontos de acesso para a elaboração do vocabulário controlado torna o trabalho do indexador complexo, porém mais viável e eficiente.

Se há pouco mais de 30 anos à questão da indexação nos arquivos limitava-se à elaboração de índices resultantes de um processo descritivo, o surgimento de novas tecnologias e o ingresso dos tradicionais instrumentos de busca e pesquisa em bases de dados tornaram essa atividade um pouco mais complexa. O estudo de caso do arquivo de Ubaldino do Amaral é um bom exemplo do que acabo de mencionar.

O ideal, diante dessa nova realidade, é que todas as instituições arquivísticas, sejam elas públicas ou privadas, comecem a se preocupar com a questão da indexação, tendo a *WEB* como perspectiva. Mas será isso viável? Como observado ao longo da pesquisa, essa é uma atividade que requer certo investimento, além de capacitação profissional.

Construir um vocabulário controlado tendo por base a discussão feita nessa pesquisa representa, para a arquivologia, sair de uma postura tradicional, onde o processo de indexação não representa a principal atividade, para uma posição em que a indexação terá o mesmo peso que a descrição, em se tratando de prover o acesso aos documentos. Dessa forma, o título da conferência de Thomassen (2007), *Virando o pensamento arquivístico de cabeça para baixo. A teoria arquivística e o uso de bases de dados*, sintetiza o que pretendi fazer durante essa pesquisa.

## CONCLUSÃO

A pesquisa teve como objetivo contribuir para a discussão do processo de indexação arquivística em arquivos pessoais, buscando identificar os aspectos teóricos a serem considerados durante esse processo, bem como analisar as escolhas dos termos eleitos como pontos de acesso e sua função como instrumento para a construção da memória.

Especificamente no estudo de caso do Arquivo Pessoal de Ubaldino do Amaral Fontoura outro fator teve que ser considerado: a metodologia para a construção de vocabulário controlado da Fundação Casa de Rui Barbosa, calcada em princípios biblioteconômicos.

Durante a pesquisa, certos pontos observados merecem destaque:

- 1- A literatura arquivística internacional, desde 1980, aborda a questão da indexação de assuntos e do controle de autoridade, tendo por base princípios arquivísticos.
- 2- A discussão sobre indexação e controle de autoridade, no Brasil, começa a ser objeto de interesse na literatura arquivística, mais intensamente, no início do século XXI, após a publicação das normas *ISAAR(CPF)* e *NOBRADE*. No entanto, a prática de indexação nas instituições arquivísticas é anterior a essas normas.
- 3- Os arquivos pessoais tornaram-se, ao longo das últimas décadas, um objeto valioso à História, principalmente em função da mudança na historiografia que passa a ter como objeto de estudo o particular. Conseqüentemente, essa mudança trouxe para os arquivistas a necessidade de tornar também seu objeto de estudo os arquivos pessoais. Nesse sentido, teóricos internacionais e nacionais tornaram-no objeto de análise.
- 4- O estudo da memória em uma interlocução com a história e a arquivologia pôde definir os arquivos pessoais como arquivos de memória. O primeiro capítulo teve como eixo de sentido essa discussão e a necessidade de ver que, em função das novas tecnologias, da necessidade crescente de informatização e acesso *online*, a tradicional forma de acesso somente possível nos próprios arquivos necessitava ser revista, principalmente em função do ingresso desses instrumentos em base de dados. Essa nova realidade colocou a prática arquivística diante de um novo problema: a definição de pontos de acesso.

- 5- Dessa nova realidade advém uma preocupação: como definir os pontos de acesso de forma que o usuário consiga encontrar o que procura, tendo em vista que essa definição não é isenta de um fator: a construção de uma dada memória por aquele que indexa e, assim, viabiliza o acesso à informação em bases de dados. Acesso que permitirá outro tipo de construção de memória, dessa vez pelo historiador. Essa dupla carga de interferência torna importante a discussão sobre memória nos arquivos pessoais. Desconsiderar essa premissa pode significar excluir da memória um determinado documento que, para o historiador, significaria um novo olhar sobre um fato histórico.
- 6- A *ISAAR(CPF)*, em função da possibilidade de informar as diferentes formas do nome da entidade padronizada, agrega à questão da padronização dos nomes a possibilidade de construção de remissivas e pode ser considerada, dessa forma, um parâmetro para o controle de vocabulário onomástico.
- 7- Mais do que definir uma postura maximalista ou minimalista, o importante é perceber as características de um fundo analisadas por Duchein (1982) a fim de definir a correta padronização de um nome em arquivos pessoais.

Dessa forma, definir quais questões arquivísticas devem ser consideradas no processo de indexação em arquivos pessoais significa definir pontos de acesso capazes de recuperar a informação nas bases de dados, conseqüentemente o documento almejado pelo historiador.

O primeiro aspecto teórico abordado na pesquisa refere-se à questão da proveniência e do respeito aos fundos. O entendimento desses dois conceitos é importante para a padronização de pontos de acesso de autoria e produtor, pois a efetiva recuperação da informação somente ocorrerá se, ao se definir a entrada de um determinado ponto de acesso, este for aplicado em todos os processos descritivos que necessitem dessa escolha, bem como, em todos os níveis. Nesse sentido, durante o processo de indexação, considerar esses aspectos, mesmo que isso signifique discordar da norma de *Código de Catalogação Anglo-Americano – AACR2r*, será a diferença entre considerar ou desconsiderar os princípios arquivísticos.

A pesquisa também demonstrou que isso ainda é uma questão sensível na área, e as opções nem sempre levam em consideração esse aspecto. Isso pode ser observado nas normas americana, inglesa e canadense que, ao definirem pontos de acesso, excluem a definição de assuntos e escolhe como regra de padronização o *AACR2r*. Essa orientação pode ser compreendida ao se perceber que à tradição arquivística sempre considerou a descrição como o melhor veículo de acesso a informação nos arquivos.

O estudo de caso demonstrou que ao se definir um único campo para *autor e produtor*, a padronização deste campo, via de regra, não segue o *AACR2r*, a fim de respeitar preceitos arquivísticos, como o princípio de respeito aos fundos, o princípio da proveniência e a questão da autoria de um documento.

Outro aspecto refere-se ao contexto arquivístico que, como analisado por Thomassen (2006), vai além do contexto de produção e considera o usuário e os fatores sociais, econômicos, culturais e políticos como agentes no processo de elaboração de um documento. Esses fatores, nos arquivos pessoais, são em muitos casos altamente relevantes. Desconsiderá-los, no processo de indexação, representa a perda da possibilidade de uma determinada construção de memória.

A afirmativa acima advém da observação de que, durante a definição dos pontos de acesso, deve ser levado em consideração não apenas o assunto principal do documento, mas também os fatores externos à produção do mesmo. Ou seja, os fatores que resultam na criação dos documentos nem sempre se apresentam de forma clara ou óbvia, como no caso dos arquivos pessoais. Porém, ao considerar todos os contextos enunciados por Thomassen (2006), durante a definição dos pontos de acesso, a probabilidade de estes fatores aparecerem é considerável.

Esse aspecto pôde ser observado no estudo de caso de Ubaldino do Amaral Fontoura, quando da definição dos termos implícitos ao documento. Termos que, levados em consideração durante o processo de indexação, situaram o documento e o revestiram de um caráter memorial que provavelmente não o teriam caso esse parâmetro não fosse considerado.

O estudo de caso também demonstrou que a necessidade de definição conceitual traz para o processo de indexação e construção de vocabulário controlado, em arquivos pessoais, a definição apropriada para o que é narrado ao documento. Com isso, determinados assuntos revestem-se de um contexto de produção que o instauram em uma linha temporal de acontecimentos históricos no momento da produção do documento.

A pesquisa também demonstrou que as escolhas dos pontos de acesso revestem-se de um caráter subjetivo. Nesse sentido, aquele que faz a indexação também se insere em dado contexto, interferindo nas escolhas que faz. Esse subjetivismo acaba afetando a criação, a manipulação e o apagamento da memória.

No caso específico da Fundação Casa de Rui Barbosa, esse subjetivismo é duplo, pois temos o arquivista-indexador que descreve e define os pontos de acesso a partir do documento e o arquivista-indexador que padroniza e constrói o vocabulário controlado a partir da descrição. Essa dupla interferência demonstrou, no que se refere à questão da construção da

memória, um leque maior na recuperação da informação. O contrário dessa situação se deve aos aspectos teóricos discutidos durante a pesquisa, principalmente da necessidade de conceituar os termos eleitos para o vocabulário controlado.

Essa necessidade torna-se determinante para a manutenção dos termos eleitos para pontos de acesso e da mesma forma, concorre para sua eliminação ou mesmo para o acréscimo de outros termos mais adequados ou contextuais.

A definição dos pontos de acesso levando-se em consideração as categorias analisadas durante a pesquisa corrobora que essa definição é um instrumento de resgate da memória, e o caráter implícito pode ser considerado aquele que mais se ajusta à função de construtor de memória, por levar em consideração fatores para além dos documentos.

As escolhas dos pontos de acesso nos documentos analisados demonstram que o resgate ou recuperação da informação contida nas bases de dados define, por meio desses, o que será lembrado ou esquecido.

A pesquisa também revelou que o conhecimento da diplomática por parte dos envolvidos no processo de indexação auxilia tanto na definição dos pontos de acesso quanto na contextualização dos termos. A discussão que a diplomática propicia sobre a autoria do documento é de suma importância para a definição desse tipo de ponto de acesso. Além disso, os demais aspectos que concorrem para a elaboração de um documento também são instrumentos valiosos durante o processo de indexação.

Outra questão levantada no início da pesquisa diz respeito à necessidade de dar visibilidade aos diferentes contextos em que os documentos se inserem. O que representa trazer para a indexação as informações obtidas durante a pesquisa arquivística feita para a organização e elaboração da descrição do arquivo pessoal.

Um dos principais questionamentos foi em relação ao uso do *Código de Catalogação Anglo-Americano – AACR2r*. A pesquisa demonstrou que esse ainda é um assunto, no caso do Brasil, indefinido. Há uma preocupação em relação à questão, porém as definições encontram-se em âmbito institucional, como é o caso da Fundação Casa de Rui Barbosa.

O que se pode perceber é que para o usuário, no caso específico da padronização das entidades coletivas, não seguir o *AACR2r* seria a melhor forma de atender ao usuário, bem como seguir o princípio do respeito aos fundos. Como disse o presidente da Câmara Técnica de Descrição e Normalização Arquivística a questão merece um estudo mais aprofundado.

O último ponto a ser considerado é a possibilidade de recuperação da informação em bases de dados sem a ingerência do arquivista. Como Fox (2007) alerta, os arquivos têm que mudar em função das mudanças tecnológicas. Novos tipos de usuários surgem desafiando

práticas consagradas na área e, conseqüentemente, os tradicionais instrumentos de pesquisa, apesar de não perderem sua validade, precisam se adaptar ao um novo tipo de busca.

O estudo de caso demonstrou que a utilização da Teoria do Conceito e da contextualização do documento auxilia no processo de comunicação com o usuário em bases de dados.

O desafio das novas tecnologias há muito fazem o arquivista voltar-se para antigas questões e debatê-las. No entanto, ao se mencionar a indexação, ainda deve-se percorrer um longo caminho. A pesquisa se propõe, no caso brasileiro, a ser esse primeiro passo na direção do debate sobre a questão, indo, dessa forma, ao encontro de instituições como a Fundação Casa de Rui Barbosa, o Arquivo Edgard Leuenroth e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, os quais já se encontram diante da realidade de bases de dados e da necessidade de indexar documentos de arquivos pessoais. O próprio Conselho Nacional de Arquivos também ressalta a necessidade de criação de normas de controle de linguagens e indexação e de entrada de nomes.

Dessa forma, a pesquisa sugere que, durante o processo de indexação, normalização, padronização e construção de vocabulário controlado em arquivos pessoais, sejam levados em consideração o contexto arquivístico, o princípio de respeito aos fundos e o princípio da proveniência, o uso da diplomática e a teoria do conceito.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes primárias

ARQUIVO PESSOAL DE UBALDINO DO AMARAL - UA

DOCUMENTO UA CR 24

DOCUMENTO UA CSC 03(07)

DOCUMENTO UA CSC 03(16)

DOCUMENTO UA CR 94

DOCUMENTO UA CR 12 – DOC (01/02)

BRASIL. Decreto Nº 4.789, de 02 de janeiro de 1924. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2007.

BRASIL. Decreto Nº 17.758, de 04 de abril de 1927. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2007.

BRASIL. Decreto Nº 5.429, de 09 de janeiro de 1928. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2007.

BRASIL. Decreto Nº 4.943, de 06 de abril de 1966. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2007.

BRASIL. Decreto Nº 5.039, de 07 de abril de 2004. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2007.

BRASIL. Lei Nº 5.765, de 18 de dezembro de 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5765.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5765.htm)>. Acesso em: 18 ago. 2007.

BRASIL. Portaria Nº 5, de 07 de fevereiro de 2002. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2007.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Ata da 39ª Reunião, 05 de dezembro de 2005. Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 04 dez. 2008.

\_\_\_\_\_.Ata da 42ª Reunião, 01 de agosto de 2006. Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 04 dez. 2008.

\_\_\_\_\_.Ata da 44ª Reunião, 05 de dezembro de 2006. Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 04 dez. 2008.

\_\_\_\_\_.Resolução nº 27, de 16 de junho de 2008 Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 04 dez. 2008.

DOSSIÊ FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. 1.4. *Relatório de Atividades*. Relatório de Atividades do Tratamento Documental do Arquivo Pessoal de Ubaldino do Amaral Fontoura (UA). 2005.

DOSSIÊ FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. 1.4. *Relatório de Atividades do Arquivo*. 1995 - 1998. AP 69

DOSSIÊ FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. 1.4. *Relatório de Atividades do Arquivo* . 1999 - 2001. AP 69

DOSSIÊ FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. 5.8.1 *Programa de Informatização de Dados*. 1995 - 2000. AP 74

DOSSIÊ FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. 5.8.1 *Programa de Informatização de Dados*. 1996-1999. AI 124

DOSSIÊ FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. 5.8.1 *Programa de Informatização de Dados*. 2000-2001. AP 91

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Relatório de Atividades de 2000*. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividades de 2001*. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividades de 2002*. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividades de 2003*. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividades de 2004*. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividades de 2005*. Disponível em: <<http://www.casaruiarbosa.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividades de 2006*. Disponível em: <<http://www.casaruiarbosa.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. *Metadados: base descritiva sobre arquivos pessoais e arquivo insitucional (APES e AFCRB)*. FCRB: Rio de Janeiro, 1998 -.

\_\_\_\_\_. *Manual de metadados base do vocabulário sistematizado*. FCRB: Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. *Metadados base autoridades nomes*. FCRB: Rio de Janeiro, 1998 -.

### **Livros e artigos**

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p.

ARTIÈRES, Philippe. Espaces d'archives. *Lieux d'archive*. Sociétés et Representations, Paris, n° 19, Avril 2005. Disponível em: <<http://www.lahic.cnrs.fr>>. Acesso em: 11 jun. 2007.

\_\_\_\_\_. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 21, jan/jun. 1998. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 11 jun. 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12676: métodos para análise de documentos-Determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Ago. 1992.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS-NÚCLEO REGIONAL DE SÃO PAULO. *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996. 142 p.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de Arranjo e Descrição*. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. 167 p.

BASTOS, Dilza Ramos; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. Análise documentária de crônicas jornalísticas. *Arquivo&Administração*. Rio de Janeiro, v.6,n.1, p.27-42. jan/jun, 2007.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais como fonte de pesquisa. In: *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 263-278.

\_\_\_\_\_. Arquivos privados: conceituação e caracterização. In: *Arquivos permanentes tratamento documental*. 2 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 249-260.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Euríides Franklin. *Noções de Paleografia e Diplomática*. Santa Maria: UFSM, Centro de Ciências Sociais e Humanas, 1991. 96 p.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: *O poder simbólico*, Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989. p.7-16.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p.183-200.

BRASIL, Maria Irene, et alli. *Vocabulário Sistematizado: a experiência da Fundação Casa de Rui Barbosa*. Disponível em: Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>>. Acesso em: 25 mar. 2004.

\_\_\_\_\_; COELHO, Beatriz Amaral de Salles. *Informatização do Acesso aos Arquivos, Arquivísticos, Bibliográfico e Museológico da Fundação Casa de Rui Barbosa*. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>>. Acesso em: 25 mar. 2004.

BRUEBACH, Nils. Acesso Eletrônico à Informação Arquivística: vantagens e potenciais das normas de descrição. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.20, nº 1-2, p.39-46, jan/dez. 2007.

BUREAU OF CANADIAN ARCHIVIST. *Rules for Archival Description*. Ottawa, Canada. 1990. 689 p. [revised version – july 2008].

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. Da teoria à prática. In: *Tempo e Circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007. p. 35-51.

CAMPOS, Maria Luiza Almeida. O processo de descrição de documentos em arquivo e a recuperação da informação; princípios teóricos e metodológicos. In: Congresso Brasileiro de Arquivologia, 14., 2006, Rio de Janeiro. *Anais...*Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2006. [CD-Rom]

\_\_\_\_\_. Indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informações. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p. 17-32, jan/jun.2006.

\_\_\_\_\_. Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói; RJ: EdUFF, 2001. 133p.

CINTRA, Ana Maria et alli. *Para entender as linguagens documentárias*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Polis, 2002. 130p.

CÓDIGO DE CATALOGOÇÃO ANGLO AMERICANO. Tradução Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, cientistas da informação e instituições – FEBAB. 2ed., revisão, 2002. São Paulo: FEBAB, Imprensa Oficial, 2004.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISSAR (CPF): *Norma internacional de registro de autoridades arquivísticas para entidades coletivas, pessoas e famílias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 99p.

\_\_\_\_\_. ISAD (G): *Norma geral internacional de descrição arquivística*. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. 110p.

\_\_\_\_\_. ISDF: Norma internacional para descrição de funções. Tradução de Vitor Manoel da Fonseca. 1ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. 76p.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *NOBRADE*: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p.

\_\_\_\_\_. *Descrição Arquivística: referências bibliográficas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 50p.

\_\_\_\_\_. *Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística*. <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 04 dez. 2008.

COOK, Terry. Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 21, jan/jun. 1998. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 11 jun. 2005.

COSTA, Célia Maria Leite, FRAIZ, Priscila Moraes Verella. *Como organizar arquivos pessoais*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2001. 40 p. (apostila)

CUNNINGHAM, Adrian. O poder da proveniência na descrição arquivística: uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR (CPF). *Acervo*, Rio de Janeiro, v.20, nº 1-2, p.77-92, jan/dez, 2007.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do Conceito. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, 7(2):1001-107, 1978.

DARDY, Claudine. L'identité-papier. *Lie Commun*, p. 225-31, 1991. Disponível em: <[http://www.mediologie.org/collection/04\\_papier/dardy.pdf](http://www.mediologie.org/collection/04_papier/dardy.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2008.

DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE. Thesaurus W.  
<<http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr>>

DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA DO BRASIL. Grupo de pesquisa: Grupo TEMMA. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br>> . Acesso em: 04 dez. 2008.

DOOLEY, Jackie M. Subject Indexing in context. *The American Archivist*. Vol. 55 (Spring 1992): p. 344-354.

DUCHEIN, Michel. O Respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, 10-14 (1): 14-33, abr. 1982/ago.1986.

DUCROT, Ariene. Le Classement des Archives de personnes et de Familles. *Le Gazette des Archives*. Association des Archivistes Français. Nº 182-183, p. 208-223, jul./dez. 1998. ( o texto encontra-se traduzido na revista Estudos Histórico Rio de Janeiro, v. 21, jan/jun, 1998)

DURANCE, Cynthia J. Authority Control: beyond a bowl of alphabet soup. *Archivaria* 35 (spring 1993), p.38-46. Disponível em: <<http://archivist.ca>> . Acesso em: 04 nov. 2008.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994, p. 49-64.

\_\_\_\_\_. Diplomática: usos nuevos para uma antiga ciência. Traducción de Manuel Vázquez. 1ed. Cordoba (Argentina), 1995. 293p.

ENCICLOPÉDIA DELTA LAROUSE. Rio de Janeiro: Editora Delta S.A.

EVANS, Max J. Authority control: an alternative to the Record Group Concept. *The American Archivist*. Vol. 49 (Summer 1986), n. 3. p. 249-261.

FERREZ, Helena Dodd; ARAÚJO, J. G.; RONDINELLI, R. C. O desafio da indexação nos arquivos permanentes textuais. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 22, p. 191-192, 1987.

FAUSTO, Colombo. Arquivos imperfeitos. Editora Perspectiva, 1991. 134 p.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Correspondência familiar e rede de sociabilidade In: *Escrita de Si Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.241-255.

FONSECA, Edson Nery da Fonseca. Introdução à biblioteconomia. 2ed. Brasília: Brinquet de Lemos/Livros, 2007.152 p.

FONSECA, Maria Odila. Arquivologia e ciência da informação. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 124 p.

\_\_\_\_\_. Informação, Arquivos e Instituições Arquivísticas. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 33-44, jan/jun.1998.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. A norma brasileira de descrição arquivística – versão preliminar. In: Congresso Brasileiro de Arquivologia, 14., 2006, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2006. [CD-Rom]

\_\_\_\_\_. A normalização da descrição arquivística – avanços internacionais e a situação do Brasil. *Mesa redonda Nacional de Arquivos*. 13 a 15 de julho de 1999. Disponível em <[www.conarq.arquivonacional.gov.br](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br)>. Acesso em: 04 dez. 2007.

FOUCAULT, Michel. A Escrita de Si. In: *Ética, Sexualidade, Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p.144-162.

FOX, Michael. Por que precisamos de normas. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.20, nº 1-2, p.23-30, jan/dez, 2007.

\_\_\_\_\_. Workshop Porque EAD e EAC: a padronização do gerenciamento eletrônico da informação arquivística. In: Encontro de Bases sobre Informações Arquivísticas, 2., 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2007. (apostila)

FRAIZ, Priscila Moraes Verella. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 21, jan/jun. 1998. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 11 jun. 2005.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *O Arquivo-Museu de Literatura Brasileira: um sonho drummodiano*. s.l. s.d. 20p.

\_\_\_\_\_. *Rui, sua casa e seus livros*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. 216p.

\_\_\_\_\_. *Rui Barbosa: cronologia da vida e da obra*. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999. 308 p.

GINTZBURGER, Nathalie. De la Maison à L'Archive. Exploration d'un trajet familial. *Lieux d'archive*. Sociétés et Représentations, Paris, nº 19, Avril, p. 37-51, 2005.

GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 21, jan/jun. 1998. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 11 jun. 2005.

\_\_\_\_\_. A guardiã da memória. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 9, nº 1/2, p.17-30, jan./dez.1996. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 11 jun. 2005. (paginação do trabalho da publicação on-line)

\_\_\_\_\_. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: *Escrita de Si Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 7-23.

GONZÁLES DE GÓMES, Maria Nélide. Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens. *Revista Ciência da Informação*. Brasília (DF), v.33. n. 1. p. 55-67, jan./abr. 2004.

HAGEN, Acácia Maria Machado Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. *Revista Ciência da Informação*. Brasília (DF), v.27. n. 3, 1998.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vertice, 1990. 197 p.

HARTOG, François, Tempo e História: Como escrever a História da França hoje? *História Social*, n.3, p.127-154, Campinas-SP, IFCH/Unicamp. 1996.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduos Históricos: uma reflexão a sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 19. 1997. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 11 jun. 2005.

\_\_\_\_\_. Os fazimentos do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 36. 2005. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 11 jun. 2005.

\_\_\_\_\_. De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”: reflexões acerca da produção dos “legados”. Rio de Janeiro: CPDOC, p. 1-18. 2005. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 11 jun. 2006.

\_\_\_\_\_. O *devoir de mémoire* na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos, In: *Direitos e Cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 15-44.

HENSEN, Steven L. (compl.). *Archives, personal papers, and manuscripts: a cataloging manual for archival repositories, historical societies, and manuscript libraries*. 2 nd. Chicago: Society of American Archivists, 1989, 181p.

HEREDIA HERRERA, Antonia. Manual de instrumentos de descripción documental. Sevilla, 1982. p. 98-101.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2001.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Statement of principle regarding archival description. *Archivaria* 34 (Summer 1992), p.8-16. Disponível em: <<http://archivist.ca>>. Acesso em: 04 out. 2008.

KAPLAN, Elisabeth. We are What We Collect, We Collect What We Are: Archives and the Construction of Identity. *The American Archivist*. Chicago: Society of American Archivists, v. 63 (Spring/Summer), p.12-151. 2000.

LANCASTER, F. W. *Indexação e Resumos: Teoria e Prática*. Tradução Antônio Agenaor; 2ª ed. rev. amp. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2004. 452 p.

LE GOFF, Jacques, *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996. p.17-165; 423-483; 535-553.

LEJEUNE, Philippe. O guarda-memória. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 19. 1997. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 11 jun. 2005.

LELLO UNIVERSAL. Dicionário Enciclopédia Luso-Brasileiro. Porto : Lello & Irmão.

LEVILLAN, Philippe. Les France: la traverse achevée des apparences, *Les lieux de mémoire*, Magazine Littéraire, Paris, n.307, p.18 e 20, février. 1993.

LYTLE, Richard H.. Intellectual Access to Archives: I Provenance and Content Indexing Methods od Subject Retrival. *The American Archivist*. Vol. 42 (Winter 1980), n.1. p. 64-75

\_\_\_\_\_. Intellectual Access to Archives: II Report of an Experiment Comparing Provenance and Content Indexing Methods of Subject Retrieval. *The American Archivist*. Vol. 43 (Spring 1980), n. 2. p. 190-207

LOPES, Ilza Leite. Uso das linguagens controlada e natural em bases de dados: revisão de literatura. *Revista Ciência da Informação*. Brasília (DF), v.31. n.1, p. 41-52 jan/abr. 2002.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, São Paulo, nº 17, p.63-199, 1998.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. Os senhores da memória e do esquecimento. *Transinformação*, v. 10, n. 1, p. 87-96, jan/fev. 1998.

MCCARTHY, Gavan. Heritage and the internet. Encoding Context Objects: using knowlwdge to reduce risks. Australian Society of Archivist 1999 Conference. Disponível em: <<http://www.archivists.org>>. Acesso em: 04 out. 2008.

MCKEMMISH, Sue. Evidence of Me... *Archives and Manuscripts*. Australian Society of Archivists, v. 29, n.1. 2001. Disponível em: <<http://www.mybestdocs.com>>. Acesso em: 11 jun. 2007.

MELO, Maria Lucia Horta Ludolf de; MENDONÇA, Lucia Maria Velloso de Oliveira R. *O Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997. 188 p.

NATIONAL ARCHIVES OF UNITED KINGDOM. A2A: Guidelines for Indexing and Authority controlled Terms. Bill Stocking, 23/1/2003. Version 1.1. 16p.

NATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Rules for the construction of personal, place and corporate names*. United Kingdom, 1997. 129 p.

NEDEL, Leticia Borges. Da coleção impossível ao espólio indesejado: memórias ocultas do Museu Julio de Castilhos. *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, n.38, p.11-31, jul-dez. 2006.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares, *Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Arquivos pessoais e documentos digitais: uma reflexão em torno de contradições. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.35-48, jan/jun. 2008.

\_\_\_\_\_. Os usuários da informação arquivística. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n.2, p. 53-74, jul./dez. 2006.

\_\_\_\_\_. Descrição arquivística: seu papel no processo de comunicação dos conteúdos informacionais dos acervos arquivísticos. In: Encontro de Bases sobre Informações Arquivísticas, 2., 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2007, p.45-50.

\_\_\_\_\_. *O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos*. Orientador: José Maria Jardim. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-UFF/IBICT, Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. Disseminação da informação arquivística: uma perspectiva interdisciplinar. In: Congresso de Arquivologia do Mercosul, 6., 2005, Campos de Jordão, SP, Brasil. *Anais...* São Paulo: CEDIC/PUC-SP, 2005, p.1-12. [cd-room]

\_\_\_\_\_. O que mudou em relação ao usuário e ao uso da informação após a página da web: o cenário de uma instituição de pesquisa e cultura brasileira. In: Encontro de Arquivos Científicos, 3. 2007. *Anais...* Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2008, p.33-44.

\_\_\_\_\_. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa: a preservação dos documentos institucionais. In: Encontro de Arquivos Científicos, 1. 2003. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2006, p.41-54.

OLIVEIRA, Rose Tenório de. Proposta de indexação e produção de índice para inventário de fundo arquivístico: a teoria e a prática In: Congresso de Arquivologia do Mercosul, 6., 2005, Campos de Jordão, SP, Brasil. *Anais...* São Paulo: CEDIC/PUC-SP, 2005, p.1-7. [cd-room]

PATERSON, David E. A Perspective on Indexing Slave's Names. *The American Archivist*. Vol. 64 (Spring/Summer 2001): p.132-142.

PEARCE-MOSES, Richard. *A glossary of archival and the records terminology*. Chicago: Society of American Archivists. 2005. 433p.

PÉTILLAT, Christine; PRAX, Hélène. Les Archives Contemporaines ou l'arrivée du flux au quotidien. In: *La Pratique archivistique française*, Paris, Archives Nationales, 1993, p. 231-312.

POLLAK, Michel. Memória, Silêncio e Esquecimento *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n.3. 1989. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 11 jun. 2005.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. *Mémória-História*. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moedas. Enciclopédia Einaudi vol.1, p.51-86. 2000.

PROCHASSON, Christopher. “Atenção Verdade!” Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 21, jan/jun. 1998. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 11 jun. 2005.

RIBEIRO, Antonia Motta de Castro Memória. *Catálogo de recurso bibliográficos: AACR2r em Marc 21*. 3 ed., rev . e ampli., Brasília: Ed. do Autor, 2006.

RIBEIRO, Cândida Fernanda Antunes. Os Instrumentos de Acesso à Informação. In: *O Acesso à informação nos Arquivos*. Dissertação de doutoramento arquivística, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 1998. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt>> . Acesso em: 04 dez. 2007.

RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou... *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 21, jan/jun. 1998. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 11 jun. 2005.

RICOEUR, Paul. L'écriture de l'histoire et la représentation du passé. *Annales HSS*. 55 année, n° 4, p.731-747, juillet-août. 2000.

\_\_\_\_\_. Memória Pessoal, Memória Coletiva. In: *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, EP: Editora Unicamp, 2007. p.105-134.

ROE, Kathleen. Enhanced authority control: is it time? *Archivaria* 35 (spring 1993), p.119-129. Disponível em: <<http://archivist.ca>>. Acesso em: 04 nov. 2008.

RONDINELLI, Rosely Curi. A integração dos princípios e conceitos da arquivologia e da diplomática no gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos. In: *Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 39-75.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o índice de uma falta. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.17. 1996. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 11 jun. 2005.

\_\_\_\_\_. Mémoire et histoire: la confusion. *La hantise du passé, Entretien avec Philippe Petit*, Paris, Éditions Textual, 1998. p.12-83.

ROUSSEAU, Jean-Yves, COUTOURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Tradução de Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. 356 p.

SÁ, Ivone Pereira de. A face oculta da interface. Serviços de informação arquivística na web centrado no usuário. In: Congresso de Arquivologia do Mercosul, 6., 2005, Campos de Jordão, SP, Brasil. *Anais...* São Paulo: CEDIC/PUC-SP, 2005, p.1-7. [cd-room]

SANTOS CANALEJO, Elisa Carolina de. La indización en la recuperación de la información. *Janus*. International Council on Archives, p. 116-131, 1998.1.

SANTOS, Maria José Veloso da Costa. A representação da informação em arquivos: viabilidade de uso dos padrões utilizados na biblioteconomia. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.20, nº 1-2, p.57-66, jan/dez, 2007.

SAYÃO, Fernando. Bases de Dados: a metáfora da memória científica. *Ciência da Informação*, Brasília, v.25, n.2, p. 314-318, set./dez. 1996.

SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos Modernos : princípios e teorias*. Tradução de Nilza Teixeira Soares 2. ed, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 388 p.

SENÉCAL, Sylvain. The Effect of the web on Archives. *Archivaria*. Spring 59, p.83-108. 2005.

SIBILLE, Clarie. A descrição arquivística na França, entre normas e práticas. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.20, nº 1-2, p.93-112, jan/dez, 2007.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. Para uma epistemologia da arquivística: perspectiva diacrônica. In: *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Afrontamento, 1999. p.45-202.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello. Arquivos históricos de Museus: o Arquivo de história da Ciência. In: *Mast Colloquia : Documentação em Museus*. Rio de Janeiro: MAST, vol.10, p. 61-68, 2008.

\_\_\_\_\_; REGO; Vera Lúcia da Ascensão. Preservação de correspondências: o e-mail em laboratórios científicos e tecnológicos. *Arquivo&Administração*. Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.43-56, jan/jun. 2007.

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*. Atualização Nagib Slaibi Filho e Gláucia Carvalho. Rio de Janeiro. 2007. 1498 p.

SMIT, Johanna Wilhelmina, KOBASHI, Nair Yumiko. *Como Elaborar Vocabulário Controlado para Aplicação em Arquivos*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. 53 p.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVIST. *Standards for Archivas Description*. 1994. <<http://www.archivist.org>>. Acesso em: 04 dez. 2007.

\_\_\_\_\_. *Describing archives: a contend standard*. 2007

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A Classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. In: *Arquivística temas contemporâneos*, 2007, p.79-162.

SZARY, Richard V. Expanding the role of authority files in the archival context. *Annual meeting of the Society of American Archivist*. November, 1, 1985. Austin, Texas. Disponível em: <<http://www.library.yale.edu/~rszary/Authority/expnad.html>>. Acesso em: 04 out. 2008.

THIBODEAU, Sharon. Archival context as archival authority Record: the ISAAR(CPF). *Archivaria*, Ottawa, n.40, p. 75-85. Disponível em: <<http://archivist.ca>>. Acesso em: 04 out. 2008.

THOMASSEN, Theo. Uma primeira introdução à Arquivologia. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5.n. 1, p.5-16, jan/jun. 2006.

\_\_\_\_\_. A Arquivologia no Cenário Digital. Virando o pensamento arquivístico de cabeça para baixo. In: Encontro de Bases sobre Informações Arquivísticas, 2., 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2007, p.10-17.

VENANCIO, Ana Teresa A. As faces de Juliano Moreira: luzes e sombras sobre seu acervo pessoal e suas publicações. *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, v. 36, 2005. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 11 jun. 2007.

VOGEL, Michely Jabala Mamede. A evolução do conceito de Linguagem Documentária: as linhas francesa e brasileira. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 8, 28-31 out. 2007, Salvador. *Anais do VIII ENANCIB*. Salvador: UFBA/PPGCI; Ancib, 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br>>. Acesso em: 05 dez.2008.

WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 345 p.

### Sites

ARCHIVES DE FRANCE. Disponível : <<http://archivesdefrance.culture.gouv.fr>>. Disponível em: 16.jan.2009.

ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS. Disponível em : <[http : www.archivistes.org](http://www.archivistes.org) >. Acesso em: 10.out.2007.

CENTRO DE ESTUDOS DAS TECNOLOGIAS E CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Disponível em: < <http://www.cetacmedia.web.ua.pt>>. Acesso em: 10.out.2007.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2006.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVIST. Disponível em: <[http://:www.archivists.org](http://www.archivists.org) >. Acesso em: 04 dez. 2007.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Disponível em: <<http://www.1stf.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2006.

PROJETO MEMÓRIA. Disponível em: <<http://www.projetomemoria.art.br/RuiBarbosa/variedades/casahtm>>. Acesso em: 18 ago. 2006.

THE ASSOCIATION OF CANADIAN ARCHIVIST. Disponível em: <[http://:archivist.ca](http://archivist.ca) >. Acesso em: 04 dez. 2007.

UNIVERSIDADE DE NOVA LISBOA Disponível em: <[http:// www2.fcsh.unl.pt](http://www2.fcsh.unl.pt)>. Acesso em: 04. out. 2008.

## **ANEXOS**

## **ANEXO 1**

### **Cronologia sobre o tema indexação e controle de autoridade no campo arquivístico**

**Cronologia sobre o tema indexação e controle de autoridade no campo arquivístico**

<b>Ano</b>	<b>Evento</b>	<b>Fonte</b>
1822	Sociedade de História de Massachusetts desenvolveu processos de indexação a par dos de catalogação. Durante o século XIX outras instituições seguiram processos similares ao dela	SCHELLENBERG, Theodore R. <i>Arquivos públicos e privados: arranjo e descrição</i> . Tradução de Manoel A. Wanderley. 2ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 1980. p. 58-59
1841	Instrução para a missão e ordem e a classificação dos arquivos departamentais e municipais (tradução nossa)	PÉTILLAT, Christine; PRAX, Hélène. Les Archives Contemporaines ou l'arriveé du flux au quotidien. In: <i>La Pratique archivistique française</i> , Paris, Archives Nationales, 1993, p. 290.
1963	Na França é editada a Circulaire AD 63-31 du 22 juillet 1963 relativa aos índices alfabéticos dos fundos de arquivos e dos inventários, difundindo os trabalhos estabelecidos pela comissão e que serviram de base para os debates durante o XI <sup>e</sup> Congrès National des Archivistes Français (tradução nossa)	PÉTILLAT, Christine; PRAX, Hélène. Les Archives Contemporaines ou l'arriveé du flux au quotidien. In: <i>La Pratique archivistique française</i> , Paris, Archives Nationales, 1993, p. 290.
1979	Richard H. Lytle defende sua tese de doutoramento intitulada <i>Subject retrieval in archives: a comparison of the provanance and the content indexing methods</i>	SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. Para uma epistemologia da arquivística: perspectiva diacrônica. In: <i>Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Infomação</i> . Porto: Afrontamento, 1999. p.154
1979	Na França é editada a Circuleire AD 79-6 de 31 dezembro de 1979 que anuncia a elaboração de um tesouro para o serviço técnico da direção dos Arquivos Franceses “a fim de unificar a redação das fichas de assuntos e para facilitar a	PÉTILLAT, Christine; PRAX, Hélène. Les Archives Contemporaines ou l'arriveé du flux au quotidien. In: <i>La Pratique archivistique française</i> , Paris, Archives Nationales, 1993, p. 293.

	informatização” (tradução nossa)	
1980	Richard H. Lytle publica o artigo <i>Intellectual access to archival</i>	The American Archivist. Chicago. 43:1 (winter 1980) 64-75; 43:2 (Spring 1980) 191-207
1983	Na França é editada a Circulaire AD 83-1 de 08 março de 1983, contendo instruções sobre o tratamento dos arquivos municipais.	PÉTILLAT, Christine; PRAX, Hélène. Les Archives Contemporaines ou l'arrivéé du flux au quotidien. In: <i>La Pratique archivistique française</i> , Paris, Archives Nationales, 1993, p. 291
1985	Richard V. Szard apresenta uma comunicação intitulada <i>Expanding the role of authority files in the archival context</i> durante o encontro Anual da Sociedade Americana de Arquivistas - SAA	Archival Authority Information Meeting 1998 Disponível em: < <a href="http://www.library.yale.edu/~rszary/Authority/expnad.html">http://www.library.yale.edu/~rszary/Authority/expnad.html</a> >. Acesso em: 04 out. 2008.
1986	Max Jr. Evans publica o artigo <i>Authority control: an alternative to the record group concept</i>	The American Archivist Chicago, 49 (Summer) 249-261
1986	Cordélia Robaldino Cavalcanti ministra o curso <i>Indexação e tesouro em arquivos</i> entre 9 e 20 de junho, em Brasília, pela Associação dos Arquivistas Brasileiros	Conselho Nacional de Arquivos. Câmara Técnica de Normalização de Descrição Arquivística. Descrição Arquivística: referências bibliográficas. 50p.
1986	Durante o IV Congresso Brasileiro de Arquivologia Ferrez, Araújo e Rondinelli apresentaram a comunicação <i>O desafio da indexação nos arquivos permanentes textuais</i>	Acesso ao conteúdo completo na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº22/1987
1987	Richard Roy publica <i>Classer &amp; indexer: introduction à l'indexation documentaires</i> em Les Mans : bibliothèque de l'Université du Maine	A informação foi retirada do site do Departamento de História da Universidade Nova de Lisboa do Curso de Especialização em Ciências da Informação e da Documentação matéria Descrição e Indexação da Informação Arquivística com o docente João Vieira. Disponível em: < <a href="http://www2.fcsh.unl.pt">http://www2.fcsh.unl.pt</a> >. Acesso em: 04. out. 2008.
1987	Jean E. Dryden publica o artigo <i>Subject headings: the PAASH Experience</i>	Archivaria 24 Summer 1987 p. 173-180

1987	Circulaire AD 87-5 du 20 juin 1987 a primeira versão integral do vocabulário normalizado para tratamento da série W, com uma dupla apresentação metódica e alfabética, para um experiência de 18 meses (tradução nossa).	PÉTILLAT, Christine; PRAX, Hélène. Les Archives Contemporaines ou l'arrivée du flux au quotidien. In: <i>La Pratique archivistique française</i> , Paris, Archives Nationales, 1993, 294
1988	Jackie Dooley publica o artigo <i>An introduction to authority control for archivists</i> considerado pela SAA uma explicação clara e convincente, como um orador escreveu ' de um conceito importante [que] ajudou muitos arquivistas a entrar no mundo da informação na área da recuperação da informação com um real entendimento do poder da indexação e do vocabulário controlado (tradução nossa).	SAA Names Seven New Fellows – November 2000 Disponível em: < <a href="http://www.archivists.org">http://www.archivists.org</a> >. Acesso em: 04 dez. 2007. O artigo foi publicado na Archival Informatics Newsletter and Technical Reports, part 2, summer 1988
1989	Louise Gagnon-Arguin publica <i>An introduction to authority control for archivists</i> pelo Bureau of Canadian Archivists .	A informação foi retirada do site do Departamento de História da Universidade Nova de Lisboa do Curso de Especialização em Ciências da Informação e da Documentação matéria Descrição e Indexação da Informação Arquivística com o docente João Vieira. Disponível em: < <a href="http://www2.fcsh.unl.pt">http://www2.fcsh.unl.pt</a> >. Acesso em: 04. out. 2008.
1989	David Bearman publica o artigo <i>Authority control issues prospects</i>	American Archivist 52 p.286-99
1990	O Bureau of Canadian Archivists edita a norma intitulada <i>Rules for Archival Description</i> . A segunda parte da norma refere-se a pontos de acesso que não sejam assuntos.	Canadian Council of Archives
1990	Harriet Ostroff publica o artigo <i>Subject Access to Archival and Manuscripts Material</i>	American Archivist 53 (winter) 100-105
1990	Ana Maria Lima Brandão apresenta o trabalho <i>O Tesouro de Arquivologia</i> durante o VIII Congresso Brasileiro de Arquivologia. Com o objetivo de disseminar as informações bibliográficas na área o Arquivo Nacional, com recurso da FINEP, contrata	Programa do VIII Congresso Brasileiro de Arquivologia (1990)

	equipe multidisciplinar para executar, a partir da tradução do <u>Dicionário de Terminologia</u> do Conselho Internacional de Arquivos, estudos de terminologia e elaboração de linguagem documentária para indexação.	
1991	Elizabeth Black publica <i>Authority control: a manual for archivist</i> pelo Planning Committee on Descriptive Standards. Ottawa do Bureau of Canadian Archivists	Conselho Nacional de Arquivos. Câmara Técnica de Normalização de Descrição Arquivística. Descrição Arquivística: referências bibliográficas. 50p.
1992	O Planning Committee on Descriptive Standards do Bureau of Canadian Archivists publica <i>Subject indexing for archives: the report of the subject indexing working group</i>	Conselho Nacional de Arquivos. Câmara Técnica de Normalização de Descrição Arquivística. Descrição Arquivística: referências bibliográficas. 50p.
1992	Jackie Dooly publica o artigo <i>Subject Indexing in Context</i>	American Archivist 55 (Spring 1992) p. 344-355
1993	Kathleen Roe publica o artigo <i>Enhanced Authority Control: is it time?</i>	Archivaria: the journal of the Association of Canadian Archivist, Ottawa 35 p. 119
1993	Cynthia J. Durance publica o artigo <i>Authority control: beyond a bowl of alphabet soup</i>	Archivaria: the journal of the Association of Canadian Archivist, Ottawa 35 p. 38
1993	Christine Pétillat et Hélène Prax em <i>Les Archives Contemporaines ou l'arrivée du flux au quotidien</i> abordam a questão do processo de indexação na França no item intitulado <i>L'indexación des archives contemporanis</i>	PÉTILLAT, Christine; PRAX, Hélène. Les Archives Contemporaines ou l'arrivée du flux au quotidien. In: <i>La Pratique archivistique française</i> , Paris, Archives Nationales, 1993. p.290-300
1995	Sharon Gibes Thibodeau publica o artigo <i>Archival context as archival authority record the ISAAR (CPF)</i>	Archivaria: the journal of the Association of Canadian Archivist, Ottawa, n.40, p. 75-85
1996	Fernanda Ribeiro publica o artigo <i>Subject indexing and authority in control: the need for subject indexing in archives and for a indexing policy using controlled language</i>	Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação Disponível em: < <a href="http://www.cetacmedia.web.ua.pt">http://www.cetacmedia.web.ua.pt</a> >. Acesso em: 10.out.2007.
1996	Fernanda Ribeiro publica <i>Indexação e controlo de autoridade em arquivos</i> pela Camara Municipal, Departamento de Arquivos, Porto	Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação Disponível em: < <a href="http://www.cetacmedia.web.ua.pt">http://www.cetacmedia.web.ua.pt</a> >. Acesso em: 10.out.2007.

1996	É publicado pelo Conselho Internacional de arquivos a primeira versão da ISAAR(CPF) com três áreas : área de Controle de Autoridade, a Área de Informação e a área de Notas	ISSAR (CPF) de 2004 p.9
1997	O National Council on Archives edita a norma intitulada <i>Rules for the construction of personal, place and corporates names</i>	Disponível em: < <a href="http://www.hmc.gov.uk/nca/title.html">www.hmc.gov.uk/nca/title.html</a> >. Acesso em: 04. dez.2008
1997	Terceira edição do Thesouro W, vocabulaire, normalisé pour la description et l'indexation des archives aministratives locales contemporanais	Archives de France. Disponível : < <a href="http://archivesdefrance.culture.gouv.fr">http://archivesdefrance.culture.gouv.fr</a> >. Disponível em : 16.jan.2009.
1998	Elisa Carolina de Santos Canalejo publica o artigo <i>La indización em la recuperación de la información</i>	Janus: archival review, Dordrecht, n. 1, p.116-131
1998	Entre 04 e 06 de dezembro na Yale University ocorre o Archival Authority Information Meeting. Segundo Gavan McCarthy o encontro foi uma iniciativa de um pequeno grupo de arquivistas norte americano e especialistas em tecnologia da informação. Com recurso vindo da USA Digital Libraries Federation, organizaram um encontro de fim de semana na Yale University. No encontro estavam reunidos representantes norte americanos, europeus e australiano.	Australian Society of Archivist 1999 Conference - Gavan McCarthy Disponível em: < <a href="http://archivist.org.au">http://archivist.org.au</a> > . Acesso em: 06. out.2008.
1999	O Conselho Internacional de Arquivos publica a segunda edição da ISAD (G) – Norma Internacional de Descrição Arquivística. A norma não tem um campo específico para indexação, mas em relação ao controle de autoridade aponta a ISAAR(CPF) e para o desenvolvimento e manutenção de vocabulários controlados indica as normas ISO5963; ISO2788:ISO999	ISAD (G) – Norma Internacional de Descrição Arquivística
2000	Richard V. Szary é mencionado pela SAA pela contribuição para o desenvolvimento da prática descritiva, especialmente	SAA Names Seven New Fellows – November 2000 Disponível em: < <a href="http://www.archivists.org">http://www.archivists.org</a> >. Acesso em:

	na área do controle de autoridade e padronização na Encoded Archival Description	10.out.2007.
2000	Fernanda Ribeiro apresenta o trabalho <i>Subject indexing in archives: theoretical and practical considerations</i> durante I soggetti e altri appanti di indicizzazione in archivistica: i potesi di lavoro: atti dell'lo stage organizzato a San Miniato Il 12-13 febbraio 1998, Archilab, San Miniato, Italia, p. 87-94 (2000)	Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação Disponível em: < <a href="http://www.cetacmedia.web.ua.pt">http://www.cetacmedia.web.ua.pt</a> >. Acesso em: 10.out.2007.
2001	David E. Paterson publica o artigo <i>A Perspective on Indexing Slaves' Names</i>	The American Archivist, vol. 64 p.132-142.
2002	A professora doutora Maria Luiza de Almeida Campos ministra o curso Tesouro Requisitos para sua Elaboração. O curso foi promovido pelo Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da FCRB	Certificado e apostila do Curso
2002	A professora doutora Maria Luiza de Almeida Campos ministra o curso Indexação e Controle de Vocabulário. O curso foi organizado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros	Certificado e apostila do curso
2003	Smit e Kobashi publicam <i>Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos</i>	Projeto Como Fazer do Arquivo Público do Estado de São Paulo e da Associação dos Arquivistas de São Paulo
2003	A2A Guidelines for Indexing and Authority Controlled terms. Segunda versão. A primeira foi em 2002	No site do National Archives of UK
2004	O curso <i>Indexação em Arquivos</i> foi ministrado pelas professoras doutoras Maria Luiza Campos e Rosa Ines N. Cordeiro. O curso foi promovido pelo Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da FCRB	Certificado do curso
2004	O Conselho Internacional de Arquivos publica a segunda edição da norma ISAAR (CPF) com 4 áreas de informação: Área de Identificação	CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISSAR (CPF): Norma internacional de registro de autoridades arquivísticas para entidades coletivas, pessoas e famílias. 2.

	<p>Área de Descrição          Área de Relacionamento          Área de Controle</p> <p>Tem previsto como um de seus usos o controle a criação e uso de pontos de acesso em descrições arquivísticas e para o desenvolvimento e manutenção de vocabulários controlados indica as normas ISO5963; ISO2788:ISO999</p> <p>A Segunda Edição foi apresentada no Congresso do CIA em Viena, em 2004. p.9</p>	ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. p.11.
2004/2005	<p>Descrição e Indexação da Informação Arquivística, cadeira do Curso de Especialização em Ciências da Informação e da Documentação.- Nível Mestrado, ministrada por João Vieira (docente)</p>	<p>A informação foi retirada do site do Departamento de História da Universidade Nova de Lisboa do Curso de Especialização em Ciências da Informação e da Documentação matéria Descrição e Indexação da Informação Arquivística com o docente João Vieira.</p> <p>Disponível em: &lt;<a href="http://www2.fcsh.unl.pt">http:// www2.fcsh.unl.pt</a>&gt;. Acesso em: 04. out. 2008.</p>
2005	<p>Rose Tenório Oliveira durante o VI Congresso de Arquivologia do Mercosul apresenta o trabalho intitulado <i>Proposta de indexação e produção de índice para inventário de fundo arquivístico: a teoria e a prática</i></p>	Anais do VI Congresso de Arquivologia do Mercosul
2005	<p>Lucia Maria Velloso de Oliveira durante o VI Congresso de Arquivologia do Mercosul apresenta o trabalho intitulado <i>Disseminação da informação arquivística: uma perspectiva interdisciplinar</i></p>	Anais do VI Congresso de Arquivologia do Mercosul
2006	<p>O Conselho Nacional de Arquivos publica a <i>Nobrade</i>: Norma de Descrição Arquivística Brasileira que introduz uma área na descrição de pontos de acesso e indexação de</p>	CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. <i>NOBRADE</i> : Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p

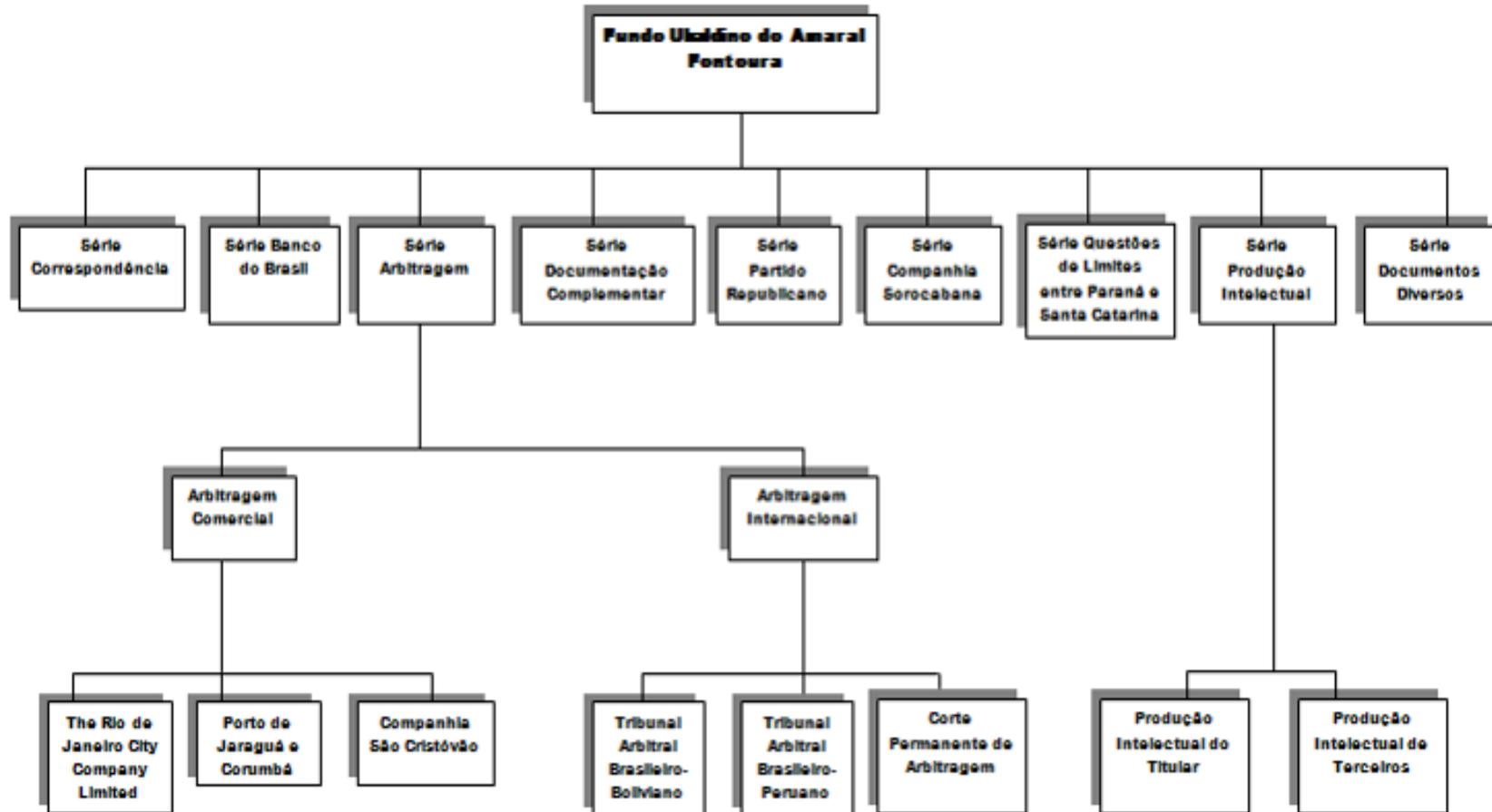
	assuntos	
2006	Durante o c XIV Congresso Brasileiro de Arquivologia, promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, ocorreu uma comunicação livre cujo tema era <i>O Processo de Descrição de documentos em arquivos e a recuperação de informação: princípios teóricos e metodológicos</i> durante a mesa de comunicações livres. A autora do trabalho apresentado foi Maria Luiza de Almeida Campos	O Programa do congresso. O trabalho na íntegra foi publicado nos anais do congresso.
2006	Workshop de <i>Descrição e Indexação da Informação Arquivística</i> , nas perspectiva WEB ocorrido nos dias 11 e 12 de dezembro de 2006. Ministrado por Lucia Maria Velloso de Oliveira; Isabel Cristina Borges de Oliveira. O curso foi organizado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros	Folder do curso
2006	Maria Luiza de Almeida Campos publica o artigo <i>Indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informações</i>	Arquivo&Administração v.5 n.1 p.17-32
2007	Na França ocorre a Réunion régionale <i>L'indexation dans les services d'archives, entre norms et pratique</i> Journée d'étude du group régional AAF – Aquitaine . Bordeaux DRAC Aquitaine 18 juin 2007	Association des Archivistes Français. Disponível em : <http : www.archivistes.org >. Acesso em: 10.out.2007.
2007	Durante o II Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivísticas a comunicação livre intitulada <i>Descrição arquivística: seu papel no processo de comunicação dos conteúdos informacionais dos acervos arquivísticos</i> de Lucia Maria Velloso de Oliveira aborda a questão da indexação como um fator do processo descritivo.	Anais do II Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivísticas
2007	Curso de <i>Descrição e Indexação da Informação Arquivística, nas perspectiva WEB</i> ocorrido nos dias 11 e 12 de setembro	Folder do curso

	de 2007. Ministrado por Lucia Maria Velloso de Oliveira; Isabel Cristina Borges de Oliveira O curso foi organizado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros	
2007	Curso <i>Indexação: princípios e práticas</i> ministrado por Dilza Ramos Bastos. O curso foi o resultado de uma demanda da área de arquivo. Promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros	Folder do curso
2007	Curso <i>Indexação e Controle de Vocabulário: fundamentos teóricos e metodológicos</i> ministrado por Dilza Ramos Bastos. O curso foi o resultado de uma demanda da área de arquivo. Promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros	Folder do curso
2007	Publicação da Revista Acervo voltada para a questão das normas e terminologia em arquivos, sua importância e utilização. Na revista os artigos abordam por diferentes viés a importância da indexação e controle de autoridade, bem como, se conhece o que a comunidade arquivística internacional está pensando sobre o assunto. Dentre os artigos podemos citar o de: Maria José Veloso da Costa Santos e Claire Sibille	Revista Acervo. Vol.20, n.01/02, jan/dez. 2007
2007	Florence Beaume e Valery Vesson publicam o artigo <i>L'indexation collaborative aux archives départementales de l'Aim</i>	Association des Archivistes Français. Disponível em : <http : www.archivistes.org >. Acesso em: 10.out.2007.
2007	Dilza Ramos Bastos e Maria Luiza de Almeida Campos publicam o artigo <i>Análise Documentária de Crônicas Jornalísticas. Uma busca de diretrizes teóricas e metodológicas.</i>	Arquivo & Administração v.6, n.1, jan./jun. p.27-41
2008	Dilza Ramos Bastos, Maria Luiza de Almeida Campos e Eliane Vasconcellos publicam o artigo <i>A pesquisa em crônicas jornalísticas: a análise da representação da</i>	Arquivo & Administração v.7, n.1 jan./jun. p.71-98

	<i>informação.</i>	
--	--------------------	--

## ANEXO 2

## ARRANJO DO ARQUIVO PESSOAL DE UBALDINO DO AMARAL FONTOURA



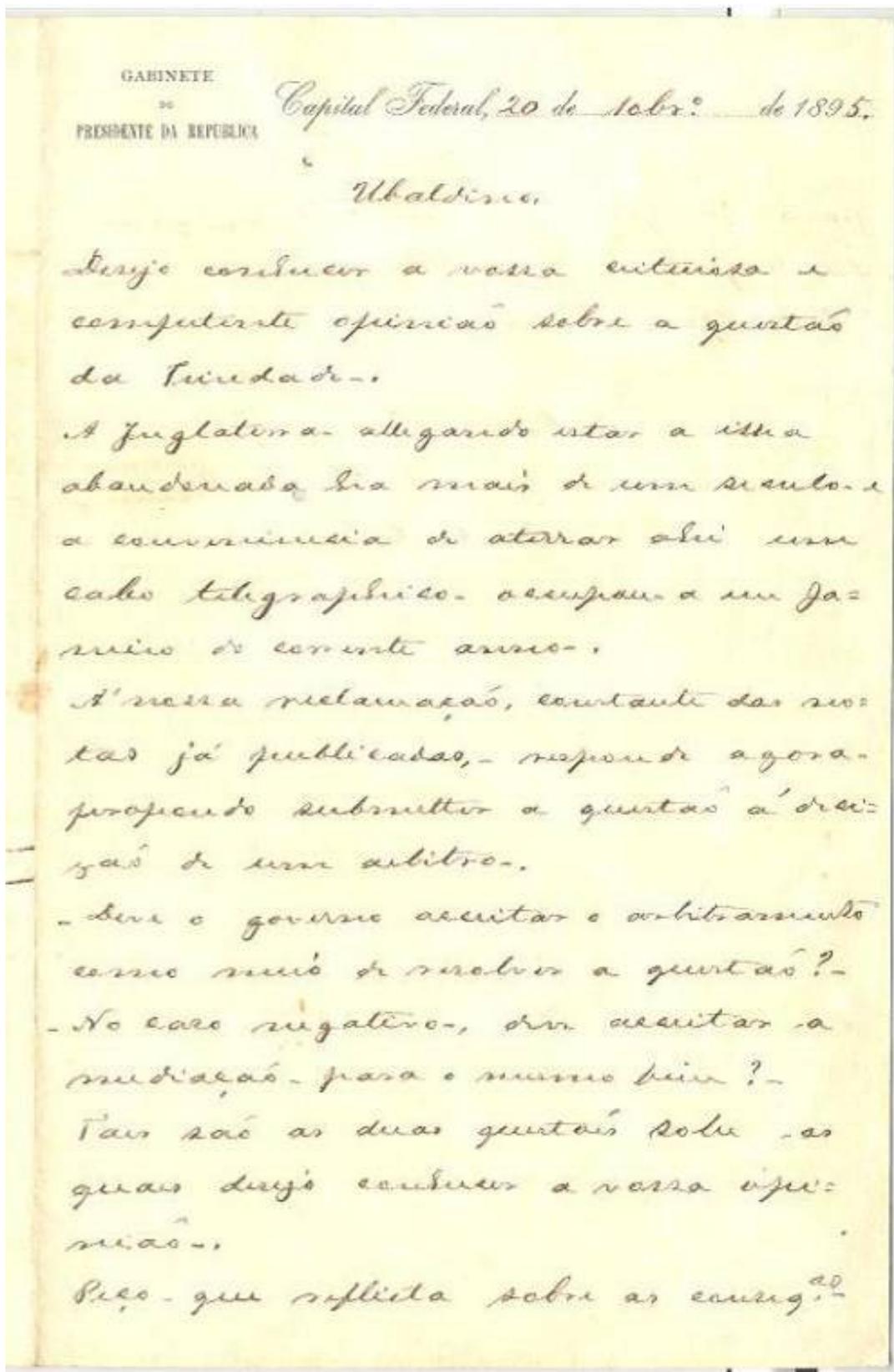
## ANEXO 3

Dossiê Prudente de Moraes da Série Correspondência do Arquivo Pessoal de Ubaldino do Amaral Fontoura

a) Tabela comparativa dos termos levantados e validados como pontos de acesso.

	Termos levantados a partir da indexação feita pelo arquivista responsável pela descrição e indexação	Termos validados pela arquivista responsável pela construção do vocabulário controlado, normalização e padronização
<b>Nível de descrição</b>	Dossiê	Dossiê
<b>Autor</b>	Barros, Prudente José de Moraes, Presidente da República	Morais, Prudente de, Presidente da República
<b>Assunto – Nome Geográfico</b>	Ilha da Trindade (Vitória/ES, Brasil)	
<b>Assunto – Pessoa física</b>	Sales, Manoel Ferraz de Campos	Sales, Campos
<b>Assunto – Pessoa jurídica</b>		Igreja de Nossa Senhora da Candelária (Rio de Janeiro, RJ)
<b>Assunto - Tópico</b>	Empréstimo - Paraná Partido político	Empréstimo - Paraná Partido político Eleição Política partidária Loteria Questão da Ilha da Trindade
<b>Termo Candidato</b>	Eleição presidencial Política partidária Loterias Obras Questão da Ilha da Trindade - Inglaterra	
<b>Entrada Secundária - Pessoa física</b>	Alves, Francisco de Paula Rodrigues	Alves, Rodrigues

## b) Documento do dossiê sobre a questão da Ilha da Trindade



UA  
CR 12 (01/02)

provaris - que da acuitação, que  
da regulação do arbitrário, -  
Inculpa a manada de

Collega e amige

Prubente aller am.

## Fundação Casa de Rui Barbosa

31/39



<b>pesquisa</b>
Digite as principais palavras: <input type="text" value="rudente de morais"/>
<input type="button" value="Pesquisar"/>
<b>índices</b>
<a href="#">» Autores</a> <a href="#">» Títulos</a> <a href="#">» Assuntos</a> <a href="#">» Palavras</a> <a href="#">» Todos os índices</a>
<b>circulação</b>
Código <input type="text"/> Senha <input type="text"/>
<input type="button" value="Consultar"/>
<b>orientação</b>
<a href="#">» Página Principal</a> <a href="#">» Fale conosco</a>



OrtoDocs © 2001

### c) Registro da Base Descritiva – Arquivos Pessoais do Dossiê Prudente de Morais

Código da Instituição:	BR_FCRB
Tipo de documento:	documento textual de arquivo Carta Cartão de visita Minuta Ubaldino do Amaral Fontoura - UA
IDENTIFICAÇÃO LÓGICA E FÍSICA:	UA CR UA CR 12 (dossiê). 04-12-1894 a 24-03-1902 dossiê
Autoria principal - Pessoa física:	MORAIS, Prudente de Presidente da República
TÍTULO do documento:	<b>Prudente de Morais /</b>
LOCAL/DATA:	<b>Rio de Janeiro ,</b>
DESCRIÇÃO FÍSICA:	11 manuscrito impresso pequeno médio 24 f
Destinatário - Pessoa física/jurídica:	FONTOURA, Ubaldino do Amaral
Âmbito e conteúdo:	Cartas (08), cartões de apresentação (02). O dossiê contempla assuntos como: empréstimo ao Paraná; projeto de loterias para conclusão de obras da Igreja da Candelária; questão da Ilha da Trindade (Vitória/ES) com a Inglaterra; cumprimentos; eleição presidencial; política partidária; governo de Campos Sales; convenção da dissidência paulista. Inclui minuta (01) de carta de Ubaldino do Amaral Fontoura para o presidente Prudente de Morais datada de 22/12/1895 com opinião sobre a questão da Ilha da Trindade e cópia de carta do referido presidente, datada de 20/12/1895, com letra de Ubaldino.
Idioma do texto:	Português
Notas gerais:	Existe documento sem data
Assunto-Pessoa física:	SALES, Campos
Assunto-Pessoa jurídica:	Igreja de Nossa Senhora da Candelária (Rio de Janeiro, RJ)
Assunto-Tópico:	Empréstimo (Finanças) Paraná Partido político Eleição Política partidária Loteria Questão da Ilha da Trindade
Entradas secundárias - Pessoa física:	ALVES, Rodrigues

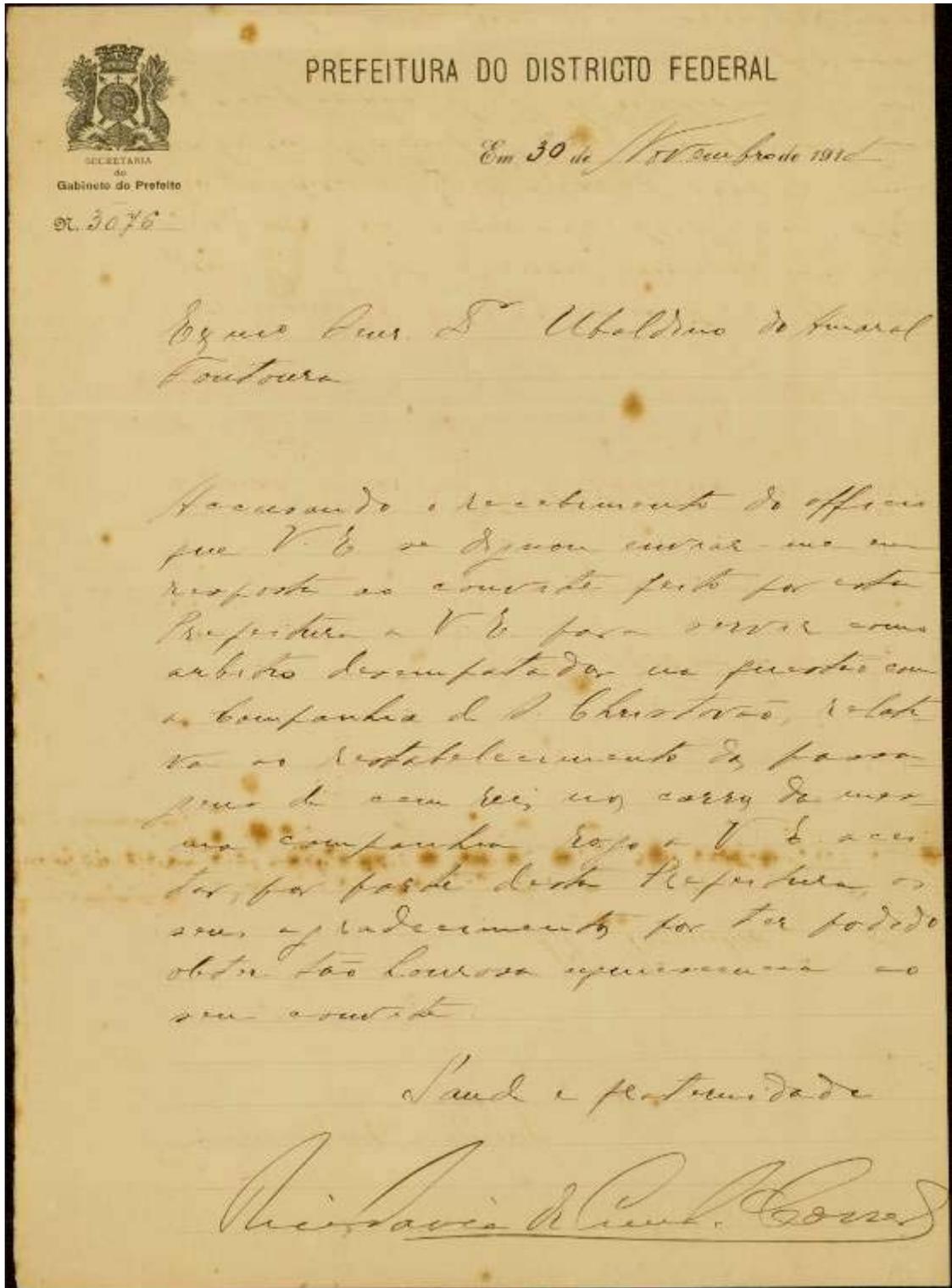
**ANEXO 4**

Item documental do Dossiê da Companhia São Cristóvão da subsérie Arbitragem Comercial da série Arbitragem do Arquivo Pessoal de Ubaldino do Amaral Fontoura

a) Tabela comparativa dos termos levantados e validados como pontos de acesso.

	Termos levantados a partir da indexação feita pelo arquivista responsável pela descrição e indexação	Termos validados pela arquivista responsável pela construção do vocabulário controlado, normalização e padronização
<b>Nível de descrição</b>	Item documental	Item documental
<b>Autor</b>	Correia, Rivadávia da Cunha, Prefeito do Distrito Federal	Correia, Rivadávia, Prefeito do Distrito Federal
<b>Assunto - Tópico</b>	Arbitragem	Arbitragem Árbitro desempataador
<b>Termo Candidato</b>	Árbitro desempataador	
<b>Entrada Secundária-Pessoa física</b>	Prefeitura do Distrito Federal	Rio de Janeiro (Distrito Federal). Prefeitura Companhia de São Cristóvão

## b) Documento do Item documental do Dossiê da Companhia São Cristóvão



c) Registro da Base Descritiva – Arquivos Pessoais do Item documental do Dossiê da Companhia São Cristóvão

## Fundação Casa de Rui Barbosa



|<< << >> >>|
>
Ficha
Marc
Lista
Índices
Avançada
Análise

---

7/12 

|<< << >> >>|
>
Ficha
Marc
Lista
Índices
Avançada
Análise

---

Código da Instituição:	BR_FCRB
Tipo de documento:	Documento textual de arquivo Ofício Ubaldino do Amaral Fontoura - UA
IDENTIFICAÇÃO LÓGICA E FÍSICA:	UA A . AC UA A AC CSC 03 (07). 30-11-1915 Item documental
Autoria principal - Pessoa física:	CORREIA, Rivadávia Prefeito do Distrito Federal
TÍTULO do documento:	Resposta /
LOCAL/DATA:	Rio de Janeiro ,
DESCRIÇÃO FÍSICA:	01 manuscrito médio 01
Destinatário - Pessoa física/jurídica:	FONTOURA, Ubaldino do Amaral
Âmbito e conteúdo:	Ofício de nº 3076, expedido por Rivadávia da Cunha Correia (prefeito do Distrito Federal) Ubaldino do Amaral Fontoura (advogado, árbitro desempataador) acusando o recebimento do ofício enviado por Ubaldino em resposta ao convite para o cargo de árbitro desempataador pela prefeitura do Distrito Federal
Idioma do texto:	Português
Assunto-Tópico:	Arbitragem Árbitro desempataador
Entradas secundárias - Pessoa jurídica:	Rio de Janeiro (Distrito Federal) Prefeitura Companhia de São Cristóvão

---

**pesquisa**

Digite as principais palavras:

**Pesquisar**

|<< << >> >>|
>
Ficha
Marc
Lista
Índices
Avançada
Análise

---

**índices**

- » [Autores](#)
- » [Títulos](#)
- » [Assuntos](#)
- » [Palavras](#)
- » [Todos os índices](#)

Exemplares

Holding ARQUIV

Tombo  **ok**

---

**circulação**

**Cadastro**

**Circulação**

Consultar código  **ok**

|<< << >> >>|
>
Ficha
Marc
Lista
Índices
Avançada
Análise

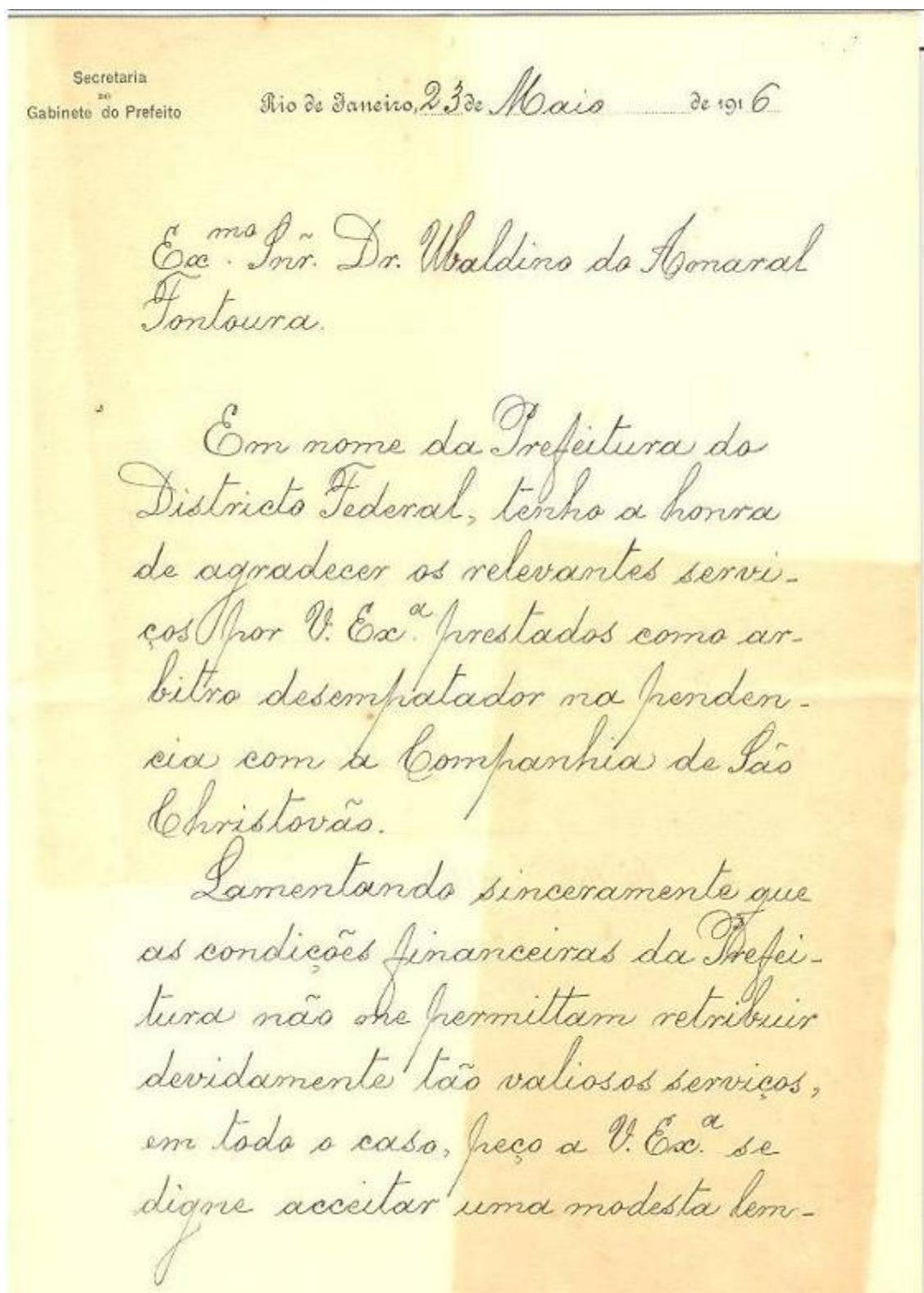
## ANEXO 5

Item documental do dossiê da Companhia São Cristóvão da subsérie Arbitragem Comercial da série Arbitragem da série Arbitragem do Arquivo Pessoal de Ubaldino do Amaral Fontoura

a) Tabela comparativa dos termos levantados e validados como pontos de acesso.

	Termos levantados a partir da indexação feita pelo arquivista responsável pela descrição e indexação	Termos validados pela arquivista responsável pela construção do vocabulário controlado, normalização e padronização
<b>Nível de descrição</b>	Item documental	Item documental
<b>Autor</b>	Prefeitura do Distrito Federal	Rio de Janeiro (Distrito Federal). Prefeitura
<b>Assunto - Tópico</b>	Arbitragem Honorário - pagamento	Arbitragem Honorários Passagem - implícito Linha de Bonde - implícito Transporte urbano - implícito
<b>Termo Candidato</b>	Cobrança de passagem Supressão de linha de bonde Transporte urbano	
<b>Entrada Secundária-Pessoa Física</b>		Sodré, A.
<b>Entrada Secundária-Pessoa Jurídica</b>	Prefeitura do Distrito Federal Companhia São Cristóvão	Rio de Janeiro (Distrito Federal). Prefeitura Companhia de São Cristóvão

## b) Documento do Item documental do Dossiê da Companhia São Cristóvão



UA

A. AC. CSC03 (01/02)

branca da mesma Prefeitura, o que  
será entregue pelo Director de Far-  
zenda em dia que a V. Ex.<sup>a</sup> for  
possivel.

Reitera a V. Ex.<sup>a</sup> os protestos  
de minha elevada consideração  
e apreço.

De V. S.<sup>a</sup> att. com o amor usual

A. Sodre



**ANEXO 6**

Item documental da Série Correspondência do Arquivo Pessoal de Ubaldino do Amaral

a) Tabela comparativa dos termos levantados e validados como pontos de acesso.

	Termos levantados a partir da indexação feita pelo arquivista responsável pela descrição e indexação	Termos validados pela arquivista responsável pela construção do vocabulário controlado, normalização e padronização
<b>Nível de descrição</b>	Item documental	Item documental
<b>Autor</b>	Castro, José Plácido de	Castro, Plácido de
<b>Assunto – Pessoa Jurídica</b>		Independência (Navio a vapor)
<b>Assunto - Tópico</b>	Leilão	Leilão Embarcação Limite territorial - Acre Limite territorial - Bolívia Tratado de Petrópolis - citado Revolução Acreana - implícito
<b>Termo Candidato</b>	Vapor Independência Limite Territorial	
<b>Entrada Secundária - Evento</b>	Tratado de Petrópolis	
<b>Entrada Secundária - Pessoa física</b>	Rojas, Rozendo R. Silveira, Olímpio da	Rojas, Rozendo Silveira, Olímpio da

## b) Documento do Item documental da Série Correspondência


  
 Rio de Janeiro, 28 de Outubro de 1867

Informações sobre o sítio de Independência,

Com 1862 ficaram o sítio de Independência, encalhado no seu  
 no lugar Campinho, ficando sob o Comandante de seu  
 Immediate e com parte da Tripulação.

Após o combate de 18 de Setembro fuido no lugar, o C.<sup>o</sup>  
 Augusto R. Rojas, Comandante da força bahiana  
 que ali combatia, mandou por solicitação do  
 Immediate avançar em guerra sítio arpor.

Com 5 de Outubro seguinte ou 17 dias depois, fuido  
 o no mesmo lugar novo combate com desta vez  
 os americanos deram-se os revolucionários e que  
 de facto aconteceu depois de 11 dias de sítio.

Aos poucos todos o força revolucionária sentiu que  
 não poderiam de vencer de novo que tratou en-  
 tão de tomar, andando-se o official que o guar-  
 nia com seus subordinados.

Terminando o combate em 15 de Outubro pela  
 capitulação da força bahiana sob o Comman-  
 do de seu C.<sup>o</sup> Rojas sítio em virtude da act.  
 de capitulação que obrigou entregar-se os ve-  
 tidos com todos os seus subordinados, bem  
 como tudo que se achava dentro do poligono  
 fortificado e mais o arpor de Independência.

2

Tropas, armamento e material a seu lado.  
 Essa foi em diante para o site de guerra para o efeito  
 desta acta de capitulação a pertença a palavra  
 que com antes subscricao (Pezzi; e Thiers) tomados  
 posteriormente os tropas bávaras constituiu como  
 segunda flotilha de guerra que, não sem sem  
 para transporte dos revolucionarios como para as  
 proprias tropas federaes de occupação de Arel  
 substitucional.

Na occasião que os revolucionarios se achavam to-  
 dos em Parte Ther, na Bavaria, o General Ochsberg  
 da Svezia appareceu e acidentalmente em flotilha  
 que depois foi pelo seu successo substituida.

Após o tratado de Chatouilly com os Ther de Janeiro  
 e consequentemente a que se fogia da flotilha e Thiers  
 ter de Arelia disse-me que o Governo não a recha-  
 rias por haver auctoem a declaração sobre a va-  
 por "Independencia".

Tanto de parte para o Ther achio de meu de-  
 que fiz uma declaração publica a esse respeito  
 e que fiz no "Jornal de Brasil" de 27 de Maio de 1848.  
 Por essa declaração històrica todos os Thiers da  
 revolução recuando a flotilha e declarava que  
 não os pahir tu sob a minha responsabilidade  
 como particular que ja o era daquelle Thiers em  
 dicente pois o Governo ja havia feito o nome



ações de autoridades.

Ao passar-se os Papeteo nomeados por ocasião  
e de Alibonno na ilha Lamba 24 de Janeiro, pagando  
as retas em nome de elle se achava 8.000 de compensa-  
ção e Papeteo na ilha de Alibonno, na ilha a  
Lamba e mais a gazolima Garcia, Francisco della  
machimiro e fazenda de sacos batatas.

Ao chegar ao seu sitio Papeteo assumiu as funções  
de seu cargo e se achava alli e depois de per-  
dida a incalçada no mesmo lugar em que se a-  
chava quando foi tomado aos bolivianos e  
Papeteo mandou occupar o nomeado para  
seu commandante Celso Guzmán Fontana.

Offiz de Distrito nos dias Papeteo que soube a  
quelle acto elle assumiu a responsabilidade  
de Capitan Provisorio detendo-se entre o  
Papeteo e o commandante e seu acto assumindo  
a nomeação que fizera de Com<sup>te</sup> a Fontana.

Offiz de Distrito por sua vez assumido a enca-  
da de assuntos nomeia depositaria que  
seu de navio abandonado a Alexandria  
Josi da Silva este tudo em 1904.

No anno seguinte 1905, se achava o navio a-  
través em seu porto acim de Cuzco, houve  
uma vacante muito rapida de si e se occupou  
aduzem para B.B. mar pagando. Com

A

Ⓟ
 a vasante do seu fidejussor vapor todo em suas  
 suas outras fidejussoras de salvamento pelo  
 mesmo Alexandre Frei de Lha, que conseguiu  
 novamente a flutuação do vapor em junho  
 de 1906. O empréstimo do vapor seta-  
 gan-He muito máquina e oleos muitas e  
 depositaria que já havia gasta mais de ci-  
 tudo contos, conseguiu suas outras partidas em  
 somente em junho, seguiram a fazer de mais  
 da do mesmo em haste-pública após de  
 comparem seu dinheiro ali com urgência e vi-  
 ta progressiva devaloração do vapor.  
 Curioso e amador de documentos e mandado de  
 valer o vapor foi deposto o requerimento  
 sendo publicados editais por 60 dias que ter-  
 minados em 19 de Setembro de 1907. O li-  
 ter se fez no dia seguinte sendo o mesmo lan-  
 ce de 50.500.000 Reals qual foi arrematado e se  
 achava avaliado em 60 contos.

Rio de Janeiro de 1907

Flavio de Lha

c) Registro da Base Descritiva – Arquivos Pessoais do Item documental da Série Correspondência

## Fundação Casa de Rui Barbosa

7/7

**pesquisa**

Digite as principais palavras:  
tendente de morais

**Pesquisar**

**índices**

- [» Autores](#)
- [» Títulos](#)
- [» Assuntos](#)
- [» Palavras](#)
- [» Todos os Índices](#)

**circulação**

Código  Senha

**Consultar**

**orientação**

- [» Página Principal](#)
- [» Fale conosco](#)

« » « » |

Ficha Marc Lista Índices Avançada Análise

Código da Instituição:	BR_FCRB
Tipo de documento:	documento textual de arquivo <i>Nota</i> Ubaldo do Amaral Fontoura - UA
IDENTIFICAÇÃO LÓGICA E FÍSICA:	UA CR UA CR 24, 28-10-1907 Item documental
Autoria principal - pessoa física:	CASTRO, plácido de Ex-governador do Acre Líder militar do movimento acreano contra o domínio boliviano
TÍTULO do documento:	Informações sobre o vapor Independência /
LOCAL/DATA:	Rio de Janeiro (BR) ,
DESCRIÇÃO FÍSICA:	01 manuscrito médio 04 f
Âmbito e conteúdo:	Nota informativa de José Plácido de Castro sobre os combates que aconteceram com as forças bolivianas depois do encalhe do vapor Independência no Acre em 1902. Relata os fatos que culminaram no leilão do vapor em 1907. Menciona o Tratado de Petrópolis.
Idioma do texto:	Português
Assunto-Pessoa Jurídica:	Independência (Navio a vapor)
Assunto-Tópico:	Tratado de Petrópolis citado Leilão Embarcação Limite territorial Acre Limite territorial Bolívia Revolução Acreana, 1902-1903, Implicido
Entradas secundárias - pessoa física:	ROJAS, Rozendo Coronel das tropas bolivianas SILVEIRA, Olimpio de General

« » « » |

Ficha Marc Lista Índices Avançada Análise

**ANEXO 7**

Item documental da Série Correspondência do Arquivo Pessoal de Ubaldino do Amaral Fontoura

a) Tabela comparativa dos termos levantados e validados como pontos de acesso.

	Termos levantados a partir da indexação feita pelo arquivista responsável pela descrição e indexação	Termos validados pela arquivista responsável pela construção do vocabulário controlado, normalização e padronização
<b>Nível de descrição</b>	Item documental	Item documental
<b>Autor</b>	[Tavares], Silva	[Tavares], Silva
<b>Assunto – Nome Geográfico</b>	Brasil	
<b>Assunto - Tópico</b>	República	Manifesto República Governo provisório - implícito Governo Deodoro da Fonseca, 1889-1891 - implícito
<b>Termo Candidato</b>	Manifesto Campanha para derrubar o governo	

## b) Documento do Item documental da Série Correspondência

Paris, 13 de Junho de 1891

Meu caro Cor.<sup>o</sup> Dr. Ubaldo.

Sua carta de 12, a que respondo, encerra-me de tristeza pelo que nella me mostra, mitigada embora por las expressões de bondade de um escripto tão recto como seu. Para que um homem de sua moderação alarme-se com as noticias horrorosas que me dá, é preciso realmente que a situação seja muito má.

Creio não illudir-me de todo pensando que o meu response activo do momento seja um boadinho util ao novo paiz ou pelo menos ao novo partido e ás novas idéas republicanas. Sobre tudo, tenho-me resfriado na crosta, sem deixar-me resfriar até o centro. Conservo a fé inabalavel no futuro do novo Paiz e na excellencia da Republica; conservo a fé malgums homens; creio <sup>aiuda</sup> na regeneração forçada de outros, ao influxo da opinião; e quanto á minha pessoa,

VA  
CA 94 (01/02)

honro-me muito para jamais sa-  
hir de lucto que me tem valido este que  
vale mais que tudo - a estima dos bons  
compatriotas. Num ponto de vista  
mais detalhado, tenho d'agora mantido  
muita correspondencia para o Brazil,  
alimentando a fe' e aconselhando a  
moderacao, tendo viajado <sup>escripta</sup> lido, conver-  
sado muito, formado boas relações, na  
imprensa, em uma palavra desporto  
as luctas no sentido de quem não pode  
de momento pelo menos abandonar a  
vida publica. Mas tenho sortado inter-  
views, manifestações de opiniaõ em publico,  
etc. Defendo o Brazil, a Republica,  
e calo-me sobre o mais.

Creio, pois, comisso, que fiz bem em vir.  
Tambem creio que farei bem em ir bre-  
ve, com teccions, até lá. Já tenho

Tomado esta resolução, ergido pela saudade  
 de que eu e minha Sinhua temos de dois  
 filhos que lá deixamos, e pela neces-  
 sidade que tenho de trabalhar por minha  
 família, (porque, em o Porto, sabe, eu  
 não sou rico) - quando recebi noticia  
 de que me chamavam me fui um manifes-  
 to. Procurei deitar a idéa immediata-  
 mente, mas parece-me que se' tarde,  
 pois vejo pelos jornais, que a operação  
 vai adiantada. Sua leitura pode in-  
 fluir meu espirito de um ou de outro me-  
 do. De facto, de que se trata? De uma  
 campanha de propaganda para descrever  
 o governo actual? O processo em vellos  
 inopportuno, (inda antiga da minha lingua),  
 e inefficaz. Tem uma attitudde emergien-  
 tes, moderada, e sobretudo habil, mas  
 conseguemosi e' de que estou realmente

UA  
CR 94 (02/02)

Carissimi.

Si fôr, como espero, conto com o prestígio de meu amigo para impedir qualquer manifestação a' minha chegada. Quero entrar tranquillo, desembaracado das luctas que se temão travado na minha ausencia. Eu não posso pretender apoio nacional, e qualquer apoio de grupo só serviria a utilis - quodalsque esforços que eu pudesse emprezar perante a Opinião.

Não julgue <sup>premiado</sup> ~~meu~~ pelo que levo dito ~~premiado~~, mas lei que si sepe exagera-se o merito de um homem, a mocidade e a massa enthusiasman-se, e, afinal, impoem. He o seu ponto de vista seu que elle tenha tempo de calma e friamente exammar os acontecimentos.

Desculpe-me a pressa com que lhe escrevo. Aqui fico a' espera de seus conselhos, como quando ahi estiver conto com as suas ordens.  
Apteta - lhe affectuosamente a mãe  
S. J. Tardes

c) Registro da Base Descritiva – Arquivos Pessoais do Item documental da Série Correspondência

**Fundação Casa de Rui Barbosa**

**pesquisa**

Digite as principais palavras:

fonte de morais

**Pesquisar**

**índices**

- [> Autores](#)
- [> Títulos](#)
- [> Assuntos](#)
- [> Palavras](#)
- [> Todos os Índices](#)

**circulação**

Código  Senha

**Consultar**

**orientação**

- [> Página Principal](#)
- [> Fale conosco](#)

12/14

[<<](#) [<](#) [>](#) [>>](#)

[>](#) [Ficha](#) [Marc](#) [Lista](#) [Índices](#) [Avançada](#) [Análise](#)

Código da Instituição:	BR_FCRB
Tipo de documento:	documento textual de arquivo Carta Ubalдино do Amaral Fontoura - UA
IDENTIFICAÇÃO LÓGICA E FÍSICA:	UA CR UA CR 94. 13-06-1891 Item documental
Autoria principal - Pessoa física:	[TAVARES], Silva
TÍTULO do documento:	Política /
LOCAL/DATA:	Paris (França) ,
DESCRIÇÃO FÍSICA:	01 manuscrito pequeno 02 f
Destinatário - Pessoa física/jurídica:	FONTOURA, Ubalдино do Amaral
Âmbito e conteúdo:	Carta de Silva [Tavares], de Paris, respondendo carta de Ubalдино do Amaral, demonstrando preocupação com a situação política do Brasil e com o futuro do sistema republicano brasileiro. Informa vontade de visitar o Brasil para rever os filhos e para colaborar com o manifesto que já se encontra bem adiantado. Pergunta, portanto, se é uma campanha para derubar o governo. Solicita ajuda de Ubalдино para evitar qualquer manifestação desagradável na sua chegada ao Brasil.
Idioma do texto:	Português
Notas gerais:	O documento ambienta-se durante o governo provisório, período de consolidação da República.
Assunto-Tópico:	Manifesto República Governo provisório implícito Governo Deodoro da Fonseca, 1889-1891 implícito
Entradas secundárias - Pessoa física:	ALVES, Rodrigues

[<<](#) [<](#) [>](#) [>>](#)

[>](#) [Ficha](#) [Marc](#) [Lista](#) [Índices](#) [Avançada](#) [Análise](#)

OrtoDocs © 2001

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)